



2007

O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA
MAIOR



RELATÓRIO & CONTAS GALP ENERGIA '07

01. A GALP ENERGIA	04
02. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	08
03. ESTRATÉGIA	13
04. INFORMAÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA	17
05. ACTIVIDADES	21
5.1 EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO	22
5.2 APROVISIONAMENTO, REFINAÇÃO & LOGÍSTICA	28
5.3 DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS	37
5.4 GÁS NATURAL	44
5.5 POWER	51
06. O GRUPO	55
6.1 GOVERNANCE	56
6.2 A ACÇÃO GALP ENERGIA	59
6.3 CAPITAL HUMANO	65
6.4 RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL	68
07. ANEXOS	75
7.1 INFORMAÇÃO ADICIONAL	76
7.2 CONTAS CONSOLIDADAS	79
7.3 GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS	134





01 A GALP ENERGIA

Criar valor para os clientes, colaboradores e accionistas, actuando nos mercados energéticos com ambição, inovação e competitividade, promovendo o respeito pelos princípios da ética e da sustentabilidade. É a missão da Galp Energia.

2007
O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA MAIOR

EMPRESA PORTUGUESA LÍDER NO MERCADO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS E NO MERCADO DE GÁS NATURAL EM PORTUGAL, COM UMA PRESENÇA FORTE NO NEGÓCIO DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO EM ANGOLA E NO BRASIL. A GALP ENERGIA TEM AINDA UMA PRESENÇA NO NEGÓCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS EM ESPANHA E NO CONTINENTE AFRICANO, NOMEADAMENTE EM CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E ANGOLA.

777 MILHÕES EUROS

Resultado líquido em 2007

773 MILHÕES BARRIS

Reservas e recursos contingentes
de petróleo da Galp Energia



17 mbopd

A produção diária
de crude da Galp Energia



1.038

Estações de serviço da
Galp Energia



252 mbopd

Crude processado
nas refinarias da Galp Energia
em 2007



165%

Valorização em bolsa em 2007



835 MIL

Clientes de gás natural
em Portugal



1.610 GWh

Energia gerada nas cogerações
da Galp Energia



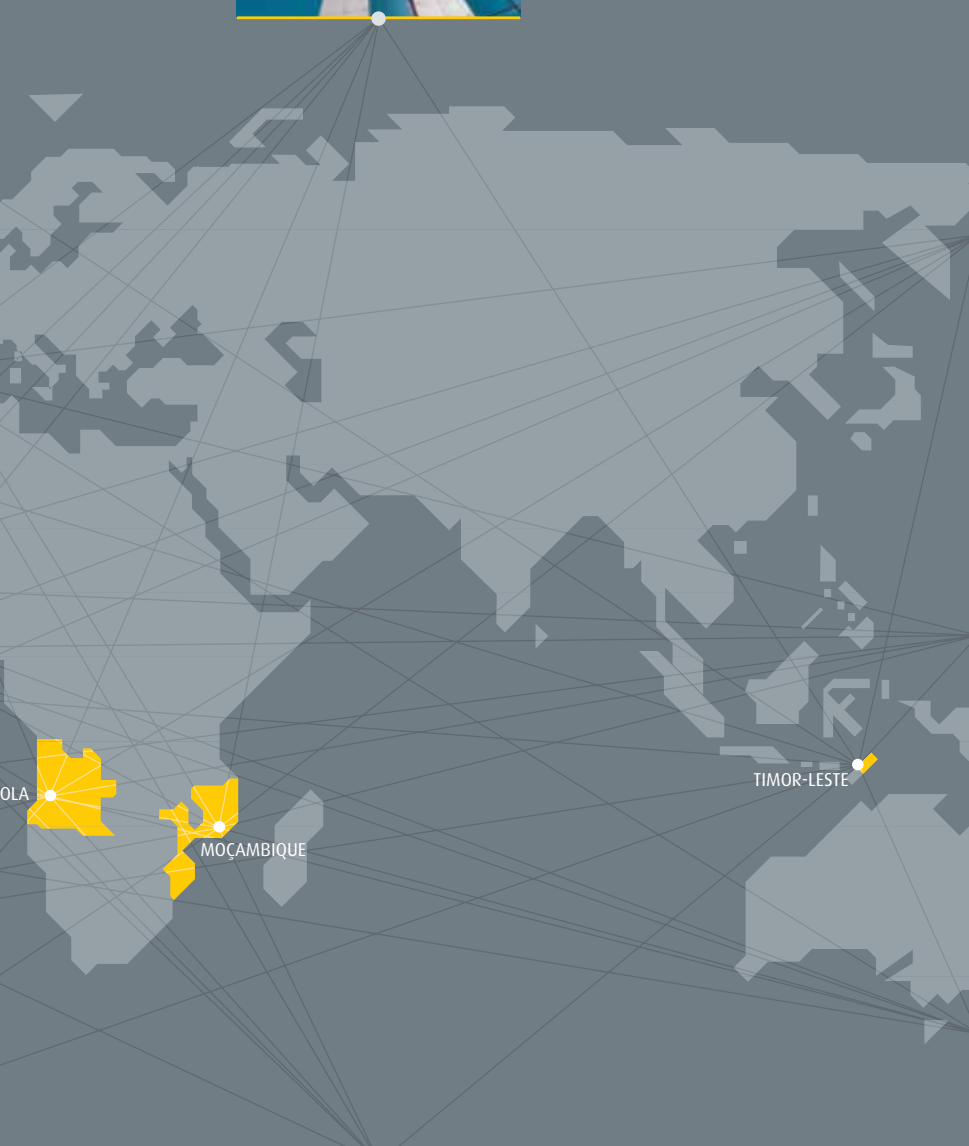
5.798

Total de empregados



120 MILHÕES

Transacções por ano
nas estações de serviço
da Galp Energia







02 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao longo de 2007 debatemos e avaliámos vários cenários para o futuro. Transformar a Galp Energia numa empresa integrada de energia é a ambição que queremos partilhar com os nossos accionistas.

2007
O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA MAIOR



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2007 foi um ano decisivo na história da Galp Energia. Foi o primeiro ano em que a empresa esteve cotada em Bolsa e, por isso, sujeita ao exigente escrutínio do mercado de capitais e foi também o ano em que a empresa deu os primeiros passos para a concretização dos objectivos expressos no seu plano estratégico.

Desde o IPO, em Outubro de 2006, até ao final de 2007, a capitalização bolsista da Galp Energia aumentou 217%. Esta valorização exprime o reconhecimento, por parte do mercado, da verdadeira dimensão da Galp Energia, da solidez e ambição da sua estratégia e da capacidade e determinação demonstradas por todos os seus colaboradores.

A Galp Energia tem uma estratégia de longo prazo sólida e claramente definida e provou, ao longo de 2007, ter as capacidades humanas e materiais que lhe permitiram identificar e aproveitar as oportunidades certas nos momentos certos. Foi assim na área de Exploração & Produção, onde a presença da Galp Energia em blocos de exploração de elevado potencial se revelaram frutíferos. Exemplo disso foi o anúncio da descoberta do poço de Tupi, uma das maiores descobertas da história da indústria petrolífera, pelo consórcio, integrado pela Galp Energia, que explora o Bloco BM-S-11, no Brasil.

Consciente da sua responsabilidade na procura de alternativas ambiental, social e economicamente sustentáveis, a Galp Energia iniciou em 2007 dois importantes projectos na área das energias renováveis: o projecto eólico e a produção de biodiesel hidrogenado, tecnologia de segunda geração.

Para coroar um ano repleto de sucessos, a Galp Energia alcançou, em 2007, o resultado histórico de 777 milhões de euros, numa envolvente de negócio adversa e após o *spin-off* das actividades reguladas de gás natural à REN, ou seja, a rede de transporte a alta pressão, a armazenagem subterrânea e o terminal de gás natural liquefeito em Sines.

Não posso terminar sem salientar que os sucessos alcançados, ao longo de 2007, são fruto do empenho e competência da gestão e dos colaboradores da Galp Energia. As capacidades que evidenciaram deixam antever com toda a segurança que a empresa encontrará, no seu capital humano, a força necessária para enfrentar e conquistar os desafios que o futuro lhe reserva e continuará a criar valor para os seus accionistas, provando-se uma vez mais merecedora da confiança que nela têm depositado.

A handwritten signature in black ink, reading "Francisco Murteira Nabo". The signature is stylized and fluid.

Francisco Murteira Nabo

Presidente do Conselho de Administração
Galp Energia



MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO

Caro(a) Accionista,

A Galp Energia concluiu o exercício de 2007 com um volume de negócios de 12,7 mil milhões de euros, um EBITDA de 1.288 milhões de euros, um resultado operacional de 1.011 milhões de euros e um resultado líquido de 777 milhões de euros. O resultado líquido calculado a *replacement cost* e ajustado de eventos não recorrentes atingiu os 418 milhões de euros, 1,4% ou 10,7% superior ao resultado de 2006 quando expresso em euros ou dólares, respectivamente.

Os resultados acima referidos traduzem um desempenho superior no contexto dos resultados apresentados pelas empresas congéneres europeias e foram conseguidos através de um esforço de focalização nos resultados de cada uma das unidades de negócio, na qualidade do serviço prestado aos nossos clientes, na optimização das operações e num controlo rigoroso dos custos.

Na unidade de Negócio Exploração & Produção agregámos ao nosso portfolio de exploração 21 novos projectos localizados em Angola (1), Moçambique (1), Timor-Leste (5), Portugal (7) e Brasil (7), elevando para 38 o número de projectos em que estamos envolvidos. Em termos de produção atingimos os 17 mil barris por dia, provenientes dos campos Kuito, BBLT (Benguela, Belize, Lobito, Tomboco) e Tombua-Lândana. A construção da plataforma para o campo Tombua-Lândana está em curso, prevendo-se a sua conclusão em meados de 2009.

O ano de 2007 ficará para a história da nossa Empresa como sendo o ano em que participámos nas primeiras descobertas da Bacia de Santos, no Brasil. Trata-se de uma bacia sedimentar, localizada em águas profundas excedendo os 2.000 metros e com as jazidas a profundidades superiores aos 5.000 metros. Participamos em 4 projectos, Blocos BM-S-8, BM-S-11, BM-S-21 e BM-S-24, tendo anunciado, ao longo do ano, as descobertas associadas aos poços Tupi-Sul (sucédâneo do Tupi-1) no BM-S-11 e Caramba no Bloco BM-S-21. Já em 2008 concluímos a perfuração do poço Júpiter no Bloco BM-S-24. Tratam-se de descobertas que alteraram o perfil e a ambição da Galp Energia. Concluímos o exercício de 2007 com 773 milhões de barris de reservas provadas, prováveis e contingentes, certificadas por um auditor independente, incluindo apenas os Blocos 14, 14-K e 32 em Angola e a jazida Tupi no Bloco BM-S-11. Os projectos em que continuamos a trabalhar na Bacia de Santos permitir-nos-ão atingir, a médio prazo e segundo as nossas melhores estimativas, os 2.000 milhões de barris de reservas.

Na unidade de negócio Refinação & Distribuição de Produtos Petrolíferos, demos início à realização do projecto de conversão das refinarias de Sines e Matosinhos, continuámos o esforço de optimização das operações de refinação e logística e mantivemos uma política de aprovisionamento competitiva e diversificada. Num contexto de evolução dos mercados de produtos petrolíferos claramente desfavorável, mantivemos a quota de mercado na rede de retalho

e crescemos no negócio de *wholesale*, tendo as vendas totais a clientes Galp atingido o valor máximo histórico de 9,4 milhões de toneladas. Destaco, em particular, o bom desempenho da nossa operação em Espanha, das vendas de produtos *premium* e da actividade das lojas de conveniência. Como facto relevante ressalto ainda o acordo com a Eni para a aquisição da AGIP Espanha e Portugal, o que, quando concretizado, em muito contribuirá para o fortalecimento e racionalização da nossa presença em Espanha.

A unidade de negócio Gas & Power, mais uma vez, contribuiu de forma relevante para os nossos resultados com um crescimento do EBITDA de 11%. Este crescimento foi repartido por todos os segmentos do mercado do gás natural, tendo as vendas atingido os 5,4 mil milhões de metros cúbicos. Durante o ano completámos a reestruturação jurídica das empresas de gás natural, consequência da concretização do processo de *unbundling*, continuámos os projectos de cogeração nas refinarias de Sines e Matosinhos, participámos num consórcio para a construção de um conjunto de oito parques eólicos com uma capacidade de 480 MW e concluímos o processo de licenciamento ambiental para a construção de duas unidades de 400 MW de ciclo combinado em Sines.

O que acima se resume demonstra a intensidade das nossas actividades ao longo de 2007. Os resultados apresentados traduzem a qualidade com que o fizemos. A valorização das acções da Galp Energia constitui a evidência objectiva do apoio de todos os nossos accionistas ao trabalho que realizámos.

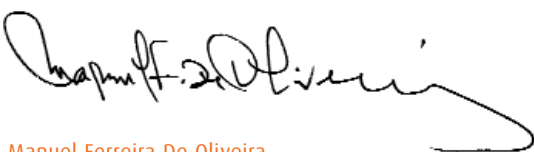
Ao longo de 2007 debatemos e avaliámos vários cenários para o futuro da Galp Energia. Deste trabalho resultou o que denominamos como uma Nova Ambição para a nossa Empresa: queremos desenvolver um portfolio de recursos que nos permitam sustentar uma produção de 150 mil barris por dia, queremos investir no nosso sistema de refinação para assegurar a sua competitividade a longo prazo, queremos que a nossa actividade de distribuição cresça para colocar em clientes Galp um volume próximo da nossa capacidade de refinação, queremos acompanhar o crescimento do mercado de gás natural, assegurando um aprovisionamento competitivo e diversificado e participando em projectos de liquefacção de gás natural e queremos desenvolver um portfolio de capacidade de geração eléctrica baseada na conversão de gás natural e em fontes de energia renovável. Ao fazer tudo isto, numa óptica de longo prazo, temos condições para duplicar o valor da nossa Empresa... e esta é a Ambição que queremos partilhar com todos os nossos accionistas.

Nada do que acima refiro é possível sem o empenho, profissionalismo e competência de todos quantos trabalham na Galp Energia. Tudo queremos fazer para que tal seja uma realidade, seleccionando os melhores, proporcionando um contexto de aprendizagem e formação contínuas e criando incentivos motivadores e competitivos.

As nossas políticas de responsabilidade social, de sustentabilidade, de Segurança, Saúde e Ambiente e o fortalecimento da marca Galp constituem pilares fundamentais sobre os quais queremos construir a nossa Ambição.

A todos os colaboradores devo os meus agradecimentos por tudo o que fazem pela empresa. A todos os membros dos Órgãos Sociais e a todos os accionistas agradeço o apoio e estímulo que sempre me ofereceram.

Finalmente, uma palavra de apreço e gratidão à excelente equipa executiva que me acompanhou ao longo do mandato que se encerra com este exercício.



Manuel Ferreira De Oliveira

Presidente Executivo
Galp Energia



03 ESTRATÉGIA

A nossa estratégia é ambiciosa - Transformar a Galp Energia num operador integrado de energia presente de uma forma relevante em toda a cadeia de valor do sector de *Oil & Gas*.

2007
O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA MAIOR

A GALP ENERGIA VIVE UM MOMENTO ÚNICO DA SUA HISTÓRIA, NO SENTIDO EM QUE ESTÁ A PÔR EM PRÁTICA UMA ESTRATÉGIA AMBICIOSA QUE A LEVARÁ A TORNAR-SE NUMA EMPRESA INTEGRADA DE ENERGIA AO LONGO DE TODA A CADEIA DE VALOR

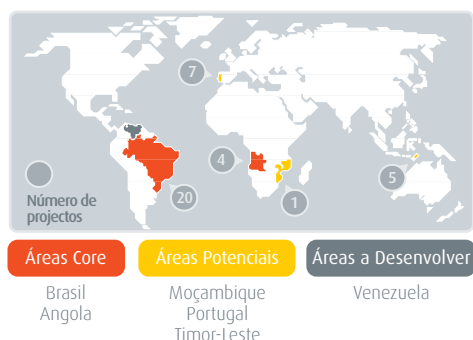
A ambição da Galp Energia consiste em crescer em cada um dos negócios em que está presente e promover uma maior integração entre eles, conquistando as oportunidades imensas que o seu portfolio de activos lhe oferece.

A qualidade desta carteira, aliada às competências dos seus profissionais e à capacidade demonstrada de converter oportunidades e de adquirir activos estratégicos num contexto extremamente concorrencial do sector, é prova da posição vantajosa que a empresa ocupa face às suas congéneres.

Também na Venezuela, país com elevadas reservas provadas de petróleo, a Galp Energia está a estudar, em parceria com a empresa petrolífera estatal PDVSA, o desenvolvimento de projectos na área de exploração e da produção de petróleo, entre os quais se inclui o projecto de avaliação e certificação de reservas na Faixa do Orinoco.

A menor dimensão conjugada com uma eficiente capacidade de decisão da Galp Energia face às IOC permite-lhe beneficiar de ser um porta-estandarte de Portugal na captação de novas oportunidades com forte adição de valor para o accionista e controlo dos riscos político e geológico.

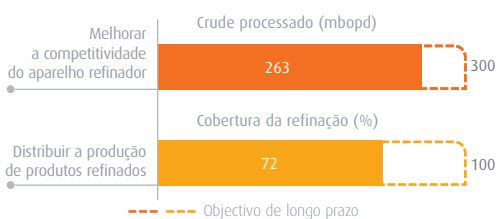
○ EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO



Com o objectivo de atingir um nível sustentado de produção de 150 mboepd, equivalente a metade da sua capacidade de refinação futura, a Galp Energia tem vindo a desenvolver a sua carteira diversificada de activos de exploração e de produção.

Nestas actividades, em que os projectos têm um período de gestação muito longo, a procura constante de novas oportunidades é um factor essencial para se garantir o crescimento de longo prazo. Assim, a Galp Energia adicionou em 2007 cerca de 20 novos projectos de exploração (i.e. 20 blocos) à sua carteira e garantiu a sua presença em bacias *offshore* de elevado potencial em Portugal, em Moçambique e em Timor-Leste.

○ REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO



Nesta área, a ambição da Galp Energia está concentrada em extrair mais valor dos seus activos, nomeadamente, das suas duas refinarias e duma rede de distribuição de produtos petrolíferos de elevado perfil no mercado ibérico.

A Galp Energia tem actualmente em curso um projecto de expansão da capacidade de conversão das suas refinarias, o que irá permitir-lhe aumentar o volume de processamento de crudes, processar crudes mais pesados e reduzir o peso do fuelóleo na produção, aumentando deste modo a *yield* de destilados médios. Se considerarmos as condições de mercado actuais, estas alterações terão certamente um impacto muito positivo na margem bruta gerada.

Objectivo estratégico de atingir um nível sustentado de produção de 150 mboepd

Novos projectos de exploração e produção em Portugal, Moçambique, Timor-Leste e Venezuela

Compra da rede de distribuição da Eni em Espanha permitirá duplicar a presença da Galp Energia nesse país

O negócio dos biocombustíveis é uma extensão natural do negócio da Galp Energia

Os grandes objectivos da Galp Energia na distribuição de produtos petrolíferos são o incremento do retorno da rede de distribuição com um aumento de eficiência e com o alargamento da oferta de produtos *premium* e *non-fuel*, assim como aproximar a capacidade de distribuição da capacidade de refinação que resultará da expansão em curso.

Recentemente, a Galp Energia acordou com a Eni a compra dos negócios da empresa italiana na Península Ibérica, o que lhe permitirá duplicar a sua presença em Espanha e obter importantes economias de escala com a combinação das duas redes de distribuição de produtos petrolíferos.

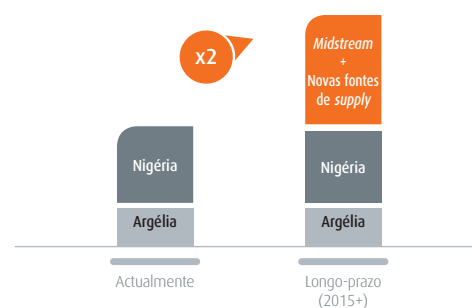
Os esforços nesta vertente não se esgotaram, porém, com esta operação de aquisição, a Galp Energia continua atenta a futuras oportunidades de crescimento por aquisição de outras redes de distribuição desde que essas oportunidades sejam geradoras de valor para os accionistas.

Na sequência do objectivo anunciado pelo Governo de Portugal, de o país atingir em 2010 uma incorporação de 10% de biocombustíveis nos combustíveis rodoviários, e sendo os biocombustíveis uma extensão natural do seu negócio principal, a Galp Energia pretende produzir e abastecer o mercado europeu com biodiesel de óleo hydrogenado e também estabelecer contratos de aprovisionamento de óleo vegetal a médio e longo prazo, de modo a reduzir o maior risco desta actividade, que é o acesso a matéria-prima a preços competitivos.

○ GAS & POWER

Enquanto incumbente do negócio do gás natural em Portugal, a Galp Energia está determinada em gerir a transição para o novo enquadramento regulatório em Portugal, que conduzirá a uma liberalização do mercado, de modo a conservar o valor do negócio no novo contexto.

Base de fornecimento de gás natural



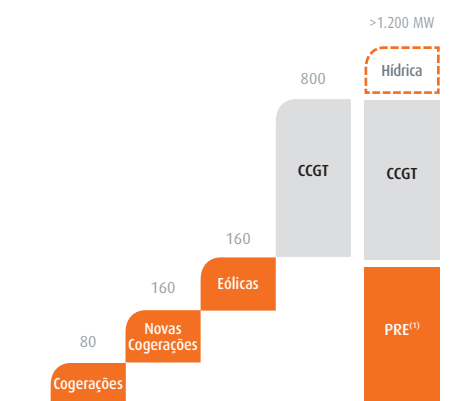
A presença da Galp Energia no mercado ibérico - um mercado de elevado potencial - vai permitir-lhe aproveitar as oportunidades de aumento das vendas de gás natural que aí surjam, com base na experiência e no *know how* adquiridos ao longo de dez anos.

Para isso será necessário aumentar, através de novos contratos, a capacidade actual de aprovisionamento de cerca de 6 bcm por ano.



Além disso, a ambição da Galp Energia de obter mais aprovisionamento passa também pela entrada no negócio do *midstream* de GNL, mercado com excelentes perspectivas de crescimento a nível mundial. Neste contexto, a Galp Energia está já a estudar diversas oportunidades, como o projecto DCLNG na Venezuela e Angola LNG II.

Portfólio de geração eléctrica



¹ Produção em regime especial

A aposta no Power como forma de extrair uma margem adicional, a margem *gas to power*, dos contratos de aprovisionamento de gás natural detidos pela Galp Energia permitiu angariar uma carteira de projectos superior a 1.000 MW - CCGTs, cogerações e parques eólicos - que irá estimular o consumo de gás natural bem como tornar mais eficiente a gestão dos contratos de aprovisionamento de gás natural.

A carteira de geração da Galp Energia, fundamentalmente geração a gás natural, poderá vir a ser complementada com as centrais hídricas que o Governo português pôs a concurso, o que permitiria atingir um portfólio de geração mais equilibrado do que o incumbente, com as melhores tecnologias disponíveis actualmente - eólica, CCGT e hídrica, nas vertentes económica e ambiental.

A realização destes investimentos em geração de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, eólica e hídrica, bem como os investimentos em biocombustíveis vai permitir, para além do seu racional económico, construir um portfólio de actividades mitigadoras da exposição ao risco CO₂ do actual portfólio de actividades da Galp Energia.

A presença na distribuição de produtos petrolíferos em África permite manter aberta uma janela de oportunidades para o futuro com o potencial crescimento dos próprios mercados, mas também capitalizar em futuras parcerias na área dos biocombustíveis e sustentar parcerias decorrentes da área da exploração e produção.

A Galp Energia está, neste momento, a construir bases sólidas de sustentação desta estratégia ambiciosa e exigente, mitigando os riscos daí decorrentes, que irá transformar a empresa num operador integrado de energia presente de uma forma relevante ao longo de toda a cadeia de valor.

Aumento da capacidade de aprovisionamento de gás natural poderá passar por projectos na Venezuela e em Angola

Carteira de projectos no Power superior a 1.000 MW



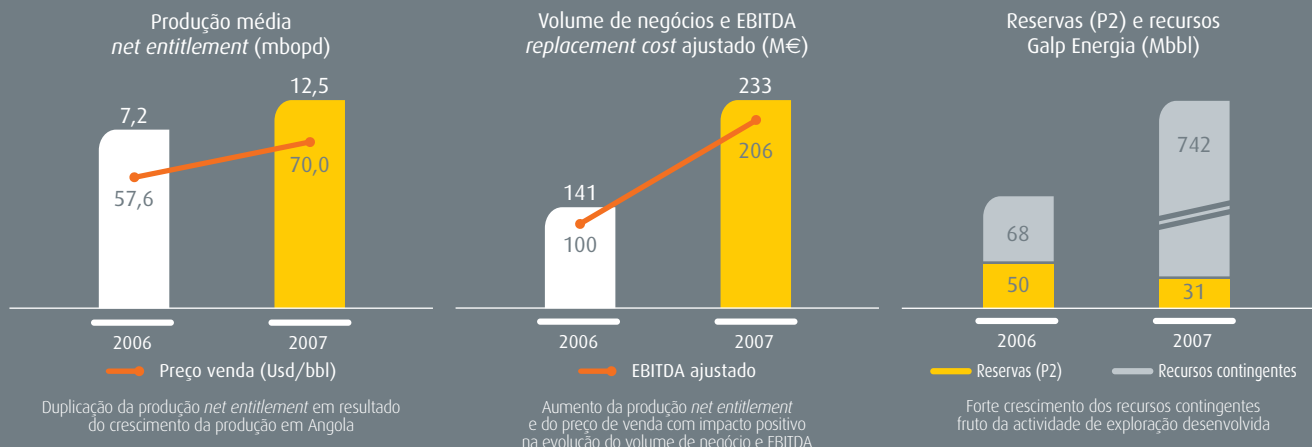
04 INFORMAÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA

Capacidade de entrega de resultados no passado suportará a estratégia para o futuro.

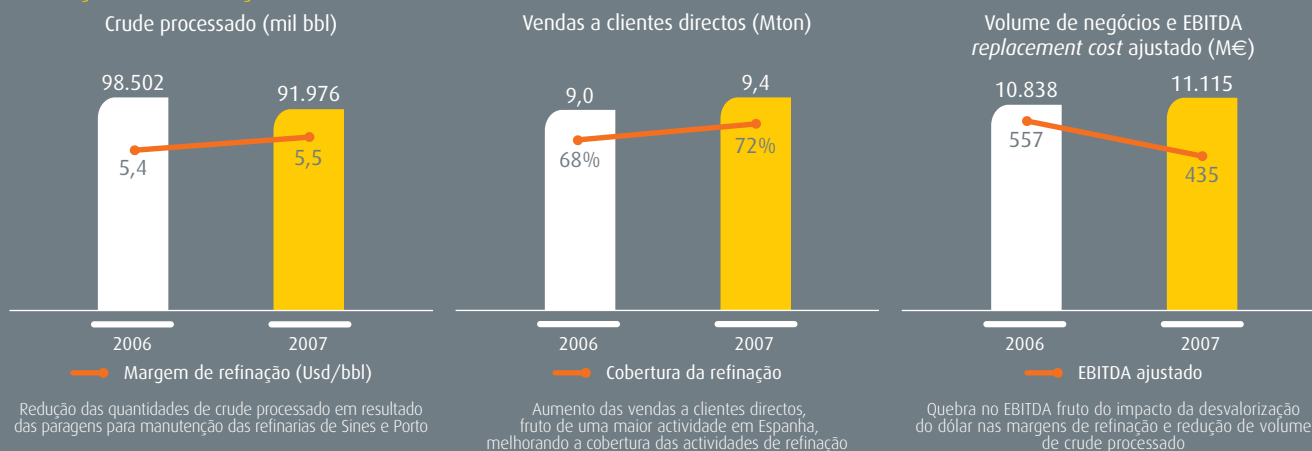
2007
O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA MAIOR

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

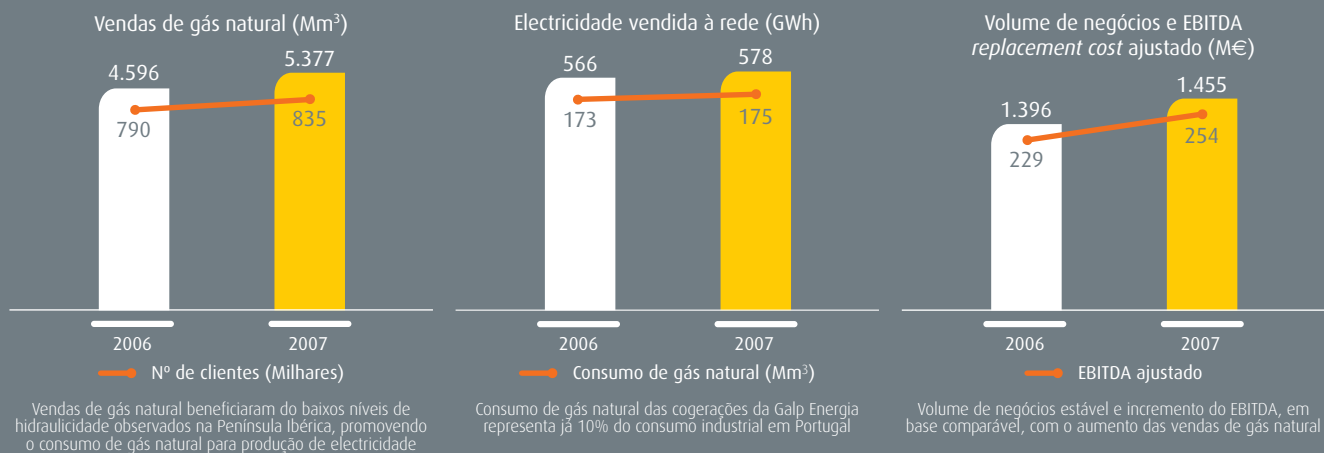
EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO



REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO



GAS & POWER





INDICADORES FINANCEIROS					Milhões Euros
	2004	2005	2006	2006P ¹	2007
Volume de negócios	9.273	11.134	12.090	12.090	12.557
CMVMC	7.598	9.471	10.318	10.345	10.819
Fornecimentos e serviços externos	468	525	550	621	630
Pessoal	251	268	291	284	276
EBITDA - IFRS	959	1.192	1.260	928	1.288
EBITDA <i>replacement cost</i> ajustado	825	877	977	886	891
Do qual:					
Exploração & Produção	26	40	100	100	206
Refinação & Distribuição	594	552	557	557	435
Gas & Power	218	284	320	229	254
Amortizações e provisões	309	296	291	270	271
Resultado operacional - IFRS	650	863	968	643	1.011
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado	517	580	686	616	620
Do qual:					
Exploração & Produção	(19)	18	66	66	150
Refinação & Distribuição	388	338	356	356	261
Gas & Power	162	225	266	196	215
Resultados financeiros	(72)	(75)	(43)	-	(45)
Resultados de associadas	25	51	40	40	60
Impostos	146	198	177	-	269
Resultado líquido - IFRS	453	701	755	479	777
Resultado líquido <i>replacement cost</i> ajustado	346	425	468	413	418

INVESTIMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL					Milhões Euros
	2004	2005	2006	2007	
Investimento	329	315	349	466	
Do qual:					
Exploração & Produção	71	82	106	193	
Refinação & Distribuição	165	142	131	168	
Gas & Power	93	88	112	103	
Activo líquido	5.492	5.934	5.242	5.750	
Capital próprio	1.846	2.386	2.037	2.426	
Dívida líquida	1.503	1.192	887	734	
Capital empregue médio	n.d.	3.387	3.192	2.971	

RÁCIOS					
	2004	2005	2006	2006P ¹	2007
Margem EBITDA <i>replacement cost</i> ajustado	12%	10%	10%	9%	9%
EPS - IFRS (€/acção)	0,547	0,845	0,910	0,578	0,937
EPS <i>replacement cost</i> ajustado (€/acção)	0,418	0,513	0,564	0,498	0,505
Debt to equity	81%	50%	44%	-	30%
ROACE <i>replacement cost</i> ajustado	n.d.	14%	17%	-	17%

ACÇÃO GALP ENERGIA					
	2004	2005	2006	2007	
Cotação a 31 Dez (€)	-	-	6,94	18,39	
Capitalização bolsista a 31 Dez (M€)	-	-	5.755	15.250	

¹Exclui o efeito do *unbundling* (mais valia e custos líquidos)

À excepção dos valores assinalados com IFRS, os valores apresentados excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não recorrentes, sendo que estes valores não são auditados. Os valores de 2004 estão apenas ajustados pelo efeito *stock*.





05 ACTIVIDADES

Estamos nos sítios mais distantes do mundo a descobrir e a produzir energia para os nossos clientes onde quer que eles precisem.

2007
O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA MAIOR

5.1 EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

“Através das suas actividades de exploração e de produção, a Galp Energia está presente em quase todos os continentes, principalmente em África e na América do Sul.

Com um historial reconhecido de parcerias de sucesso com as IOC's, nomeadamente a Eni, a Chevron e a Total, e com as NOC's como a Petrobras, a PDVSA e a Sonangol, a Galp Energia tira partido da sua posição de porta-estandarte de Portugal reforçando os laços com os países de língua oficial portuguesa.

A estrutura mais flexível e dimensão mais reduzida, se comparadas com as IOC's, permitem à Galp Energia aproveitar de uma forma mais célere as oportunidades geopolíticas que surgem no contexto internacional e gerir de forma equilibrada o risco político e geológico.

A Galp Energia participa em projectos de exploração, de desenvolvimento e de produção que utilizam tecnologia de ponta, especialmente nos projectos de águas profundas e ultra profundas.

A carteira da empresa nesta área é constituída primordialmente por activos em fase de exploração ou de desenvolvimento, o que permitirá a progressão da produção para um crescimento marcadamente orgânico”.

Fernando Gomes

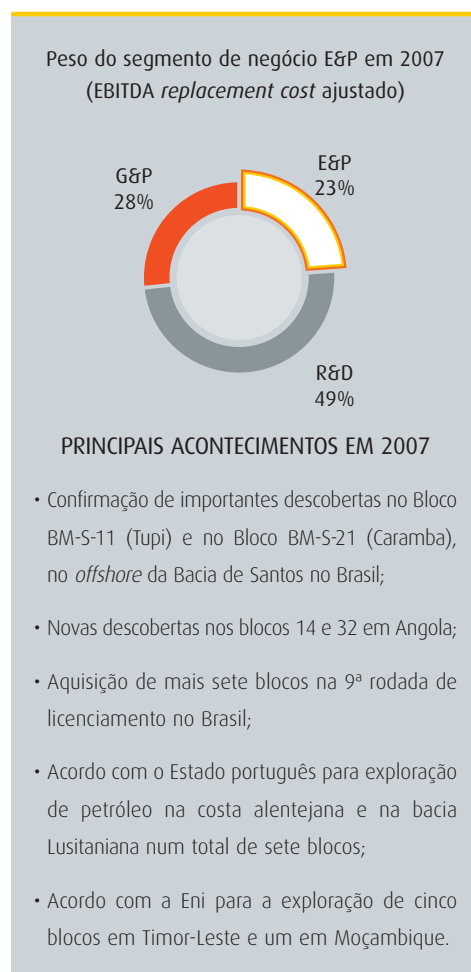
Administrador Executivo
Exploração & Produção

	2004	2005	2006	2007
Produção média <i>Working</i> (mbopd)	5,1	5,0	9,5	17,0
Produção média <i>net entitlement</i> (mbopd)	4,5	4,3	7,2	12,5
Preço médio de venda (Usd/bbl)	31,1	44,6	57,6	70,0
Opex (Usd/bbl)	6,1	6,4	4,2	4,4
EBITDA <i>replacement cost</i> ajustado (milhões Eur)	26	40	100	206
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado (milhões Eur)	(18,9)	18	66	150
Investimento (milhões Eur)	71	82	106	193

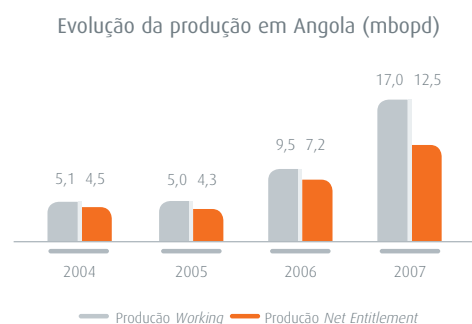


AS DESCOBERTAS NO TUPI, NO BLOCO BM-S-11 NA BACIA DE SANTOS NO BRASIL, TRANSFORMARAM O PERFIL DA GALP ENERGIA

O aumento anual de 49% desde 2004 comprova o crescimento sustentado que a produção da Galp Energia tem alcançado



alcançado. O campo que mais contribuiu para o aumento de produção em 2007, o BBLT, teve uma produção *working* de 13,77 mbopd, cerca de 81% do total. A produção *net entitlement* aumentou 73% face a 2006.



No campo BBLT, os trabalhos técnicos de optimização das instalações permitiram processar volumes de petróleo leve acima da capacidade nominal inicialmente instalada. No entanto, no final do ano surgiram dificuldades operacionais, devidas, por um lado, ao atraso na campanha de sondagens e à consequente redução do número de poços de desenvolvimento e, por outro, à existência de restrições no acabamento dos poços. Estes contratempos levaram a uma redução da produção face aos níveis do início do ano, situação que deverá manter-se no primeiro semestre de 2008.

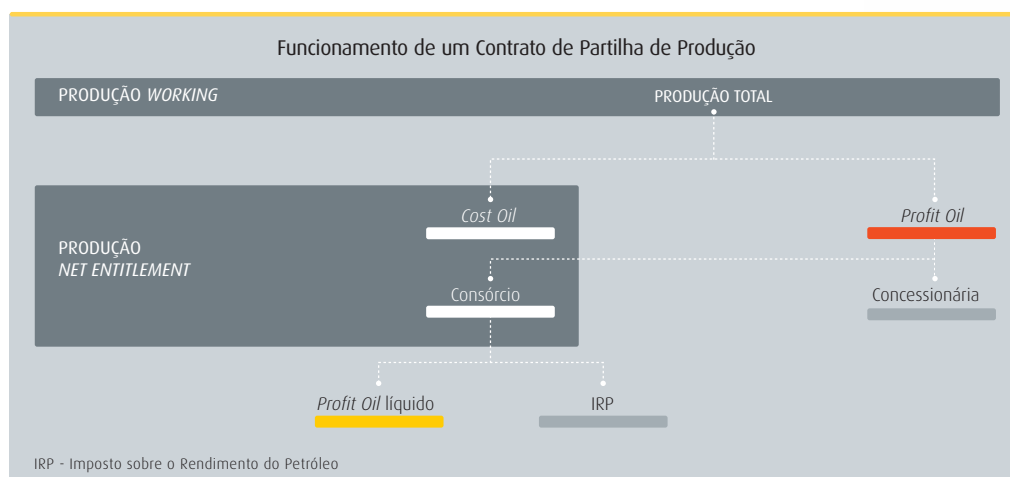
Com o objectivo de identificar a melhor solução para o desenvolvimento do campo Kuito após o termo do contrato de aluguer do FPSO em 2009, foram iniciados os estudos sobre a gestão do projecto pós-2009. Ainda neste campo, realizou-se em 2007 um poço de desenvolvimento com o objectivo de aumentar o nível de taxas de recuperação.

DESEMPENHO OPERACIONAL

ANGOLA

PRODUÇÃO

Toda a actual produção de crude da Galp Energia tem lugar no Bloco 14 do *offshore* de Angola. Com três campos em actividade, este bloco obteve em 2007 uma Produção *Working* de 17,04 mbopd, muito superior à do ano anterior, que foi de 9,47 mbopd. O aumento anual de 49% desde 2004 comprova o crescimento sustentado que a produção da Galp Energia tem



Cost Oil
Parte da produção alocada para cobertura dos custos do consórcio, normalmente entre 50% - 65%.

Profit Oil
Partilhado entre o consórcio e a concessionária nos termos acordados no contrato. Varia entre 10% a 70% dependendo da TIR actual.

Participações da Galp Energia em Angola

Bloco	Participação Galp	Operador
Bloco 14	9,0%	Chevron
Bloco 32	5,0%	Total
Bloco 14 K/A - IMI	4,5%	Chevron
Bloco 33	5,0%	Total

novos poços de exploração, o Lucapa e o Malange, que revelaram duas novas descobertas significativas de petróleo. Foram já submetidas às autoridades angolanas as respectivas propostas de designação das áreas de desenvolvimento e os trabalhos de avaliação destas descobertas continuarão em 2008.

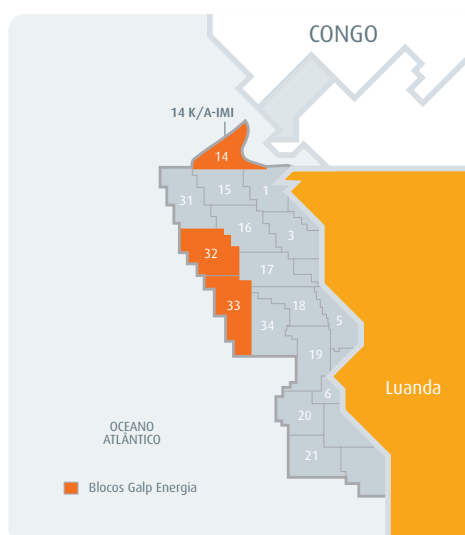
Dois novas descobertas significativas no bloco 14 em Angola

O consórcio que explora o Bloco 14 concentrou as actividades de desenvolvimento no campo BBLT, onde executou nove poços de desenvolvimento. Os reservatórios Tomboco e Benguela tiveram o *first oil* e iniciou-se a transferência de *intermediate oil* do BBLT para o FPSO do Kuito.

A fase de EPCI do projecto de desenvolvimento do TL, que envolve a fabricação de estruturas e equipamentos em simultâneo em várias partes do mundo, continuou a decorrer como planeado. Neste campo foram realizados três poços de pré-desenvolvimento e iniciou-se, já no final de Julho, a injeção de água no poço Landana-Norte, o único em produção actualmente.

Para além do desenvolvimento da produção, a Galp Energia continua a explorar activamente outras áreas do Bloco 14, tendo concluído em 2007 dois

Portfólio de E&P em Angola

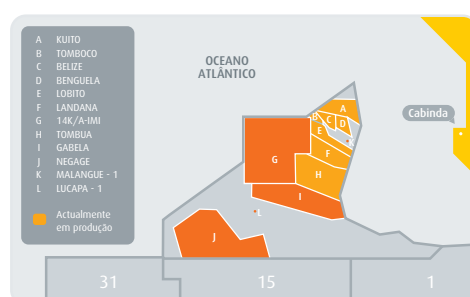




No projecto de Negage prosseguiram os estudos de viabilidade de *tie-back* a um bloco adjacente, tendo-se concluído que a solução de desenvolvimento deverá antes passar por uma solução autónoma com recurso a um FPSO, com possibilidade de desenvolvimento faseado.

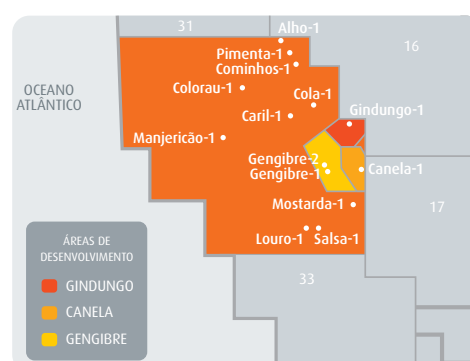
O projecto de Gabela avançou com a integração da informação obtida no poço Gabela-2A perfurado no final de 2006 e com a continuação dos estudos de viabilidade.

Bloco 14



O período exploratório estabelecido com as autoridades de Angola para o Bloco 32 terminou a 31 de Março de 2007. O consórcio que explora este bloco solicitou e obteve um período adicional de exploração de dois anos, pelo que as actividades de exploração se prolongaram durante todo o ano de 2007. Foram assim perfurados sete poços de pesquisa que vieram a revelar cinco novas descobertas promissoras de petróleo e dois poços para avaliação duma descoberta anterior. Além disso, o consórcio integrado pela Galp Energia continuou com os estudos técnicos de viabilidade das descobertas já realizadas, com destaque para a integração da descoberta Louro no futuro pólo de desenvolvimento.

Bloco 32



No que respeita à superfície ainda não explorada deste bloco, prosseguiu o levantamento sísmico *Long Offset*.

A Galp Energia participa ainda num consórcio para a exploração do Bloco 14K/ A - IMI. Neste bloco, conforme definido no CDP submetido ao ISC, prosseguiu o programa de trabalhos, tendo sido realizado o poço de pré-desenvolvimento KX-4 que permitiu avaliar o potencial dos reservatórios contíguos à área de Landana Oeste, localizada no Bloco 14. A arquitectura fiscal do projecto, resultado dum acordo entre as partes, foi submetida ao ISC para aprovação. Espera-se que este projecto se desenvolva em 2008, tirando partido da proximidade ao Bloco 14 com uma ligação às infra-estruturas do campo BBLT ou ao Kuito, ainda por determinar, tendo no entanto já sido perfurados dois poços para futura produção.

No Bloco 1/82 prosseguiram os trabalhos de remoção da estrutura de produção e das linhas de tubagens assentes no fundo do mar.

No Bloco Cabinda Centro, no qual a Galp Energia tinha uma participação de 20% mas pela qual não tinha sido pago nenhum bónus de assinatura, a Devon, operadora do bloco, anunciou o abandono das suas operações em Angola. Na sequência deste anúncio, a concessionária Sonangol decidiu anular o PSA vigente, tendo este bloco sido incluído na próxima fase de licitações a realizar em 2009.

BRASIL

BRASIL OFFSHORE

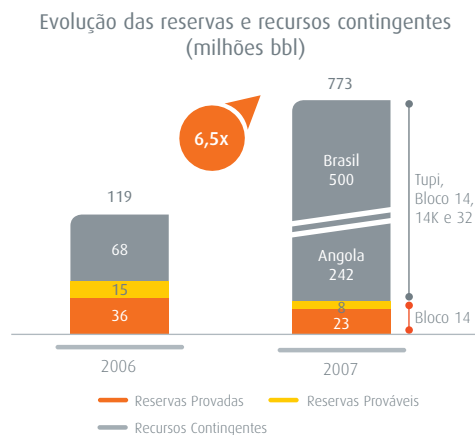
Nos blocos *offshore* explorados pela Petrobras, foi iniciado em Maio, no Bloco BM-S-11 da Bacia de Santos, o poço Tupi Sul, o primeiro poço de avaliação da descoberta realizada em 2006 com o poço Tupi-1, o que se traduziu num investimento de mais de 83 milhões de euros. O Tupi Sul está localizado a cerca de 10 km a sul do Tupi-1 e foi concluído em Julho de 2007. As primeiras avaliações apresentadas pela Petrobras indicam volumes recuperáveis entre cinco e oito mil milhões de barris de petróleo. Na sequência desta descoberta, foram iniciados os estudos preliminares com vista à realização dum projecto de desenvolvimento *fast-*

Cinco novas descobertas
de petróleo em sete
poços de pesquisa
no Bloco 32

track. Este projecto está dividido em duas fases distintas. A primeira consiste num teste de longa duração através da utilização de um FPSO durante um prazo entre seis a 12 meses, podendo atingir uma produção diária de 20 mil barris. A segunda fase, um teste piloto, contará com quatro poços de produção durante um período de dois anos, com um nível de produção diária entre os 80 e os 100 mil barris. Após este teste, será iniciado um desenvolvimento faseado, utilizando um FPSO de grande escala, ou seja, com cerca de 10 poços, que poderá atingir uma produção de 200 mbopd. O desenvolvimento completo do campo contará com múltiplas fases, entre 5 e 10, utilizando vários FPSO, prevendo-se que a produção possa atingir os 1.000 mbopd. Os níveis de produção referidos anteriormente baseiam-se em estimativas preliminares do operador, a Petrobras, pelo que só após a realização de estudos mais concretos se poderá determinar com maior fiabilidade o nível de produção destes testes.

Nos restantes blocos da Bacia de Santos foram realizados dois poços de exploração, nos Blocos BM-S-21 (Caramba)

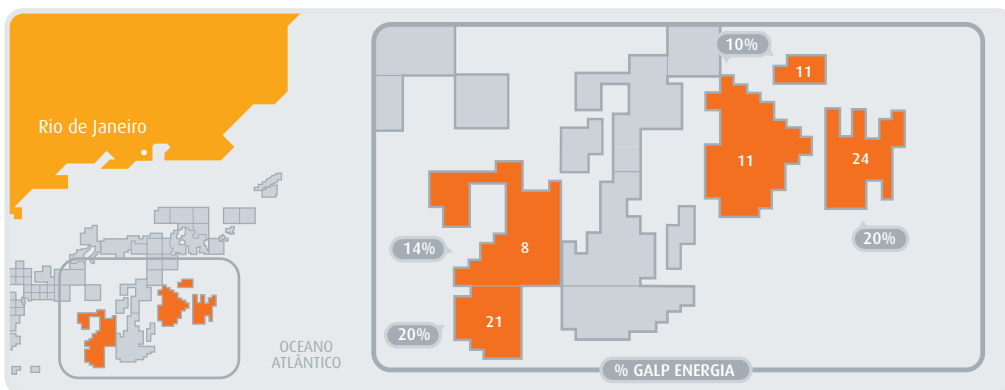
e BM-S-24 (Júpiter) – o último já em 2008 - que comprovaram a existência de jazidas de hidrocarbonetos. Para 2008 está planeada a avaliação da descoberta Júpiter que, conforme anunciado em Janeiro pela Petrobras, poderá ter uma área similar à do Tupi, com a diferença de que esta descoberta foi essencialmente de gás e condensado.



As primeiras avaliações apresentadas pela Petrobras apresentam volumes recuperáveis no Tupi entre cinco a oito mil milhões de barris de petróleo

Nos restantes blocos *offshore*, cinco na Bacia de Potiguar e um na Bacia de Espírito Santo, continuam os trabalhos de interpretação da sísmica disponível para identificação de prospectos

Bacia de Santos no Brasil

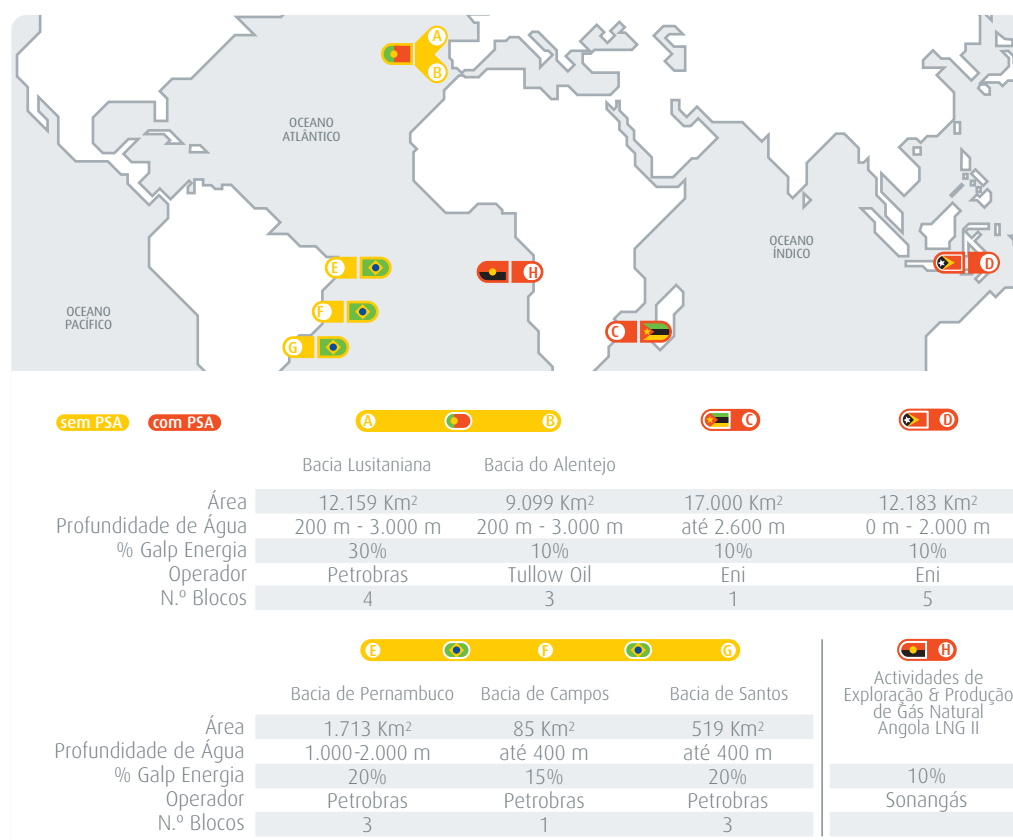


BRASIL *ONSHORE*

No Brasil *onshore* a Galp Energia está presente nas bacias de Espírito Santo, Potiguar e Sergipe/Alagoas. Apesar de as operações não serem comparáveis em dimensão com as do Brasil *offshore*, a Galp Energia encara a sua participação como uma forma de adquirir experiência como operadora num ambiente de risco controlado. Nestas três bacias, a Galp Energia tem participações em

41 blocos, 26 dos quais é operadora. Em 2007, iniciou-se um programa acelerado de sondagens e foram perfurados 12 poços nos blocos operados pela Galp Energia, cinco dos quais resultaram em notificação de descoberta, o que se traduziu numa taxa de sucesso de 42%. Já nos blocos operados pela Petrobras, foram perfurados quatro poços que deram origem a uma descoberta. Estas descobertas serão avaliadas durante o ano de 2008.

ÁREAS DE EXPANSÃO



Aquisição de sete blocos na 9ª rodada de licenciamento no Brasil

A Galp Energia procura activamente projectos que lhe permitam assegurar, por um lado, o aprovisionamento a longo prazo de petróleo e de gás natural de modo a poder abastecer o seu mercado em Portugal e Espanha, por outro lado, o cumprimento do seu objectivo ambicioso de médio e longo prazo de atingir uma produção sustentada de 150 mboepd. Foi neste contexto que a Galp Energia adquiriu em 2007 participações em 20 blocos, identificados no mapa, dos quais sete foram adquiridos na nona rodada de licitações promovida pelo Governo brasileiro.

Em 2007, a Galp Energia entrou também no sector do gás natural em Angola, participando num consórcio para o desenvolvimento de actividades de pesquisa e de exploração, no projecto Angola LNG II. Para além

da Galp Energia, integram o consórcio a Eni, a Sonangás, a Repsol, a Gas Natural e a Exem.

A Galp Energia tem ainda uma carteira de projectos em estudo que incluem o desenvolvimento eventual de projectos de exploração e de produção de petróleo e gás natural na Líbia e na Venezuela. A Galp Energia assinou um acordo com a PDVSA, para o desenvolvimento de actividades de exploração e de produção. Entre os projectos em estudo, destacam-se a participação da Galp Energia no projecto Magna Reserva, para a realização de estudos de quantificação e de certificação de reservas de petróleo na Faixa Petrolífera do Orinoco, e a participação no Projecto DCLNG, para o desenvolvimento de gás no *offshore* da Venezuela.

5.2 APROVISIONAMENTO, REFINAÇÃO & LOGÍSTICA

“A Galp Energia tem um aparelho refinador moderno na Península Ibérica, ligado a uma eficiente rede logística que permite abastecer Portugal de norte a sul e os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Com uma capacidade conjunta de 310 mil barris diários, as refinarias de Sines e do Porto processaram crude proveniente de mais de 10 países para obter um variado leque de produtos dos quais se destacam as gasolinas e os destilados médios.

A colocação de produtos refinados passa não só pelo abastecimento do mercado português mas também pela exportação, com particular incidência nos EUA.

Atenta às necessidades futuras dos seus clientes, a Galp Energia acredita que a decisão tomada em 2006 de alterar o seu aparelho refinador, dotando-o duma maior capacidade de conversão, será determinante para assegurar a competitividade da empresa no médio e longo prazo”.

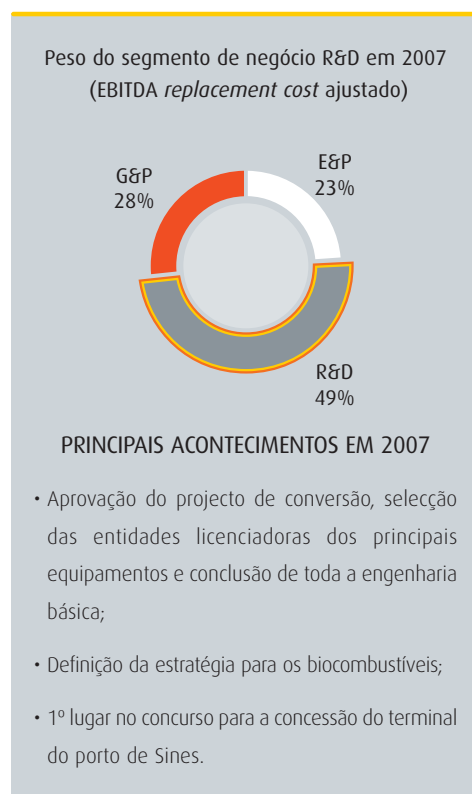
Marques Gonçalves

Administrador Executivo
Aprovisionamento, Refinação & Logística

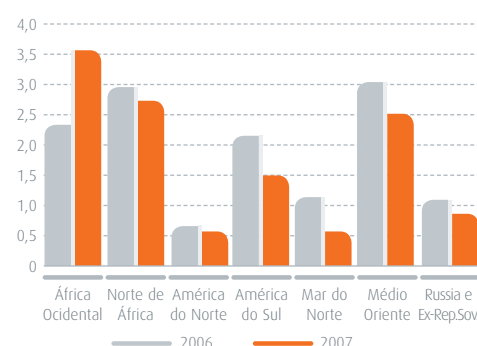
	2004	2005	2006	2007
Crude processado (mbopd)	259	267	270	252
Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	6,0	7,2	5,4	5,5
Vendas de produtos refinados (M ton)	15,1	15,9	16,2	16,0
Custos operacionais líquidos das refinarias (Eur/bbl)	1,1	1,2	0,8	1,5
EBITDA replacement cost ajustado R&D (milhões Eur)	594	552	557	435
Resultado operacional replacement cost ajustado R&D (milhões Eur)	388	338	356	261
Investimento R&D (milhões Eur)	165	142	131	168
Taxa de câmbio (Eur/Usd)	1,24	1,24	1,26	1,37



APROVADAS AS DECISÕES DE INVESTIMENTO QUE PERMITIRÃO RETIRAR MAIS VALOR PARA OS ACCIONISTAS DOS ACTIVOS ACTUAIS

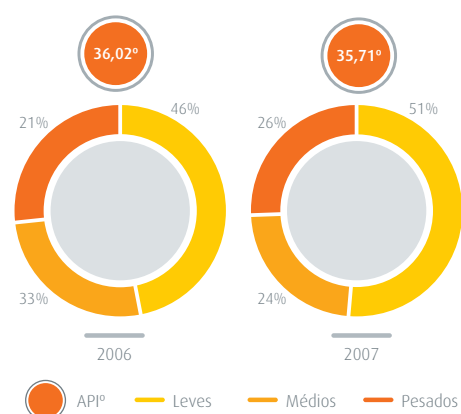


Origem do crude (Mton)



Em 2007 foram tratados nas refinarias da Galp Energia 13,8 milhões de toneladas de matéria-prima, dos quais 89% foram de crude. Em termos globais, houve uma quebra de 6% face a 2006, relacionada com paragens para manutenção nas refinarias de Sines e do Porto, encaradas pela empresa como essenciais para garantir a fiabilidade futura das refinarias.

Tipos de crude processados



DESEMPENHO OPERACIONAL

13,8 milhões
de toneladas
de matéria-prima
tratada nas refinarias
da Galp Energia

As refinarias da Galp Energia encontram-se estrategicamente localizadas no litoral do país, o que lhes permite receber crudes oriundos de quase todo o mundo, diversificando a sua base de fornecedores. Em 2007, a importação de crudes teve origem essencialmente na África Ocidental, no Norte de África e no Médio Oriente, regiões que representaram 72% do total. Entre os 14 países que forneceram crude à Galp Energia em 2007, o principal foi a Líbia, com 15% do total, o que demonstra a reduzida dependência de um só fornecedor de crude.

PRINCIPAIS ACTIVOS

REFINARIA DE SINES

- Entrada em funcionamento em 1979 • Capacidade de refinação de 220 mbopd • Tipologia: *Cracking*
- Uma das refinarias mais modernas da Europa • Inclui duas unidades de destilação a vácuo, um FCC, um *Visbreaker* e duas unidades de hidrodessulfuração de gasóleo • Produz gasolinas reformuladas desde os anos 90 para exportação para o mercado norte americano • Índice de complexidade de Nelson de 5,3 e de Solomon de 7,6 • Capacidade de armazenagem: 3.031 mil m³ • Número de empregados: 458 • Manutenção geral programada para Setembro/Outubro de 2008



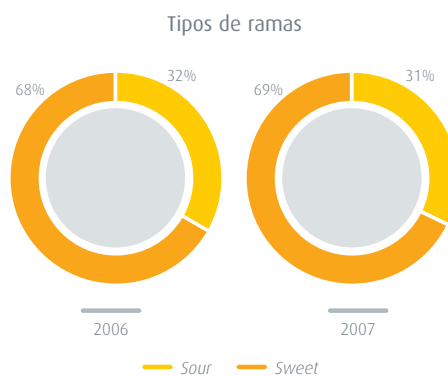
REFINARIA DO PORTO

- Entrada em funcionamento em 1969 • Capacidade de 90 mbopd • Tipologia: *Hydroskimming*
- Inclui uma fábrica de combustíveis, uma fábrica de aromáticos, uma fábrica de óleos base e uma unidade de mistura de lubrificantes • Produção de paraxileno, ortoxileno, tolueno e benzeno para o mercado português e de exportação • Índice de complexidade de Nelson de 6,9 e de Solomon de 7,9
- Capacidade de armazenagem: 1.986 mil m³ • Número de empregados: 471 • Manutenção geral programada para 2012



Os tipos de crude processado foram optimizados de acordo com a capacidade das unidades de cada refinaria mas também de acordo com o perfil de produção desejado. A Galp Energia tem capacidade para processar crudes mais pesados que o Brent, pelo que o preço do seu cabaz de crudes foi 4% inferior ao do Brent. Apesar de se ter verificado uma ligeira alteração no *mix* de crudes – leves, médios e pesados – processados, a densidade API^o manteve-se praticamente inalterada nos 35,7°, sendo que a do Brent é aproximadamente de 38,9°.

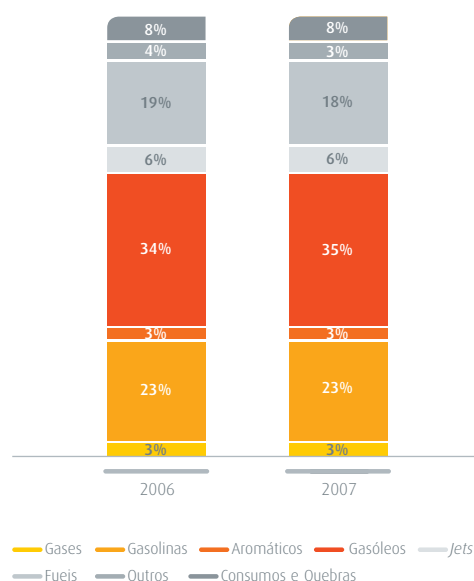
Quanto ao tipo de ramas, os crudes *sweet* são os que têm maior peso no total de crudes processados, consequência da capacidade de dessulfuração existente.



Destilados médios
e gasolina
representam 63%
da produção

Na estrutura de produção, os destilados médios e a gasolina continuam a ser os produtos com maior peso, com 40% e 23%, respectivamente.

Estrutura de produção



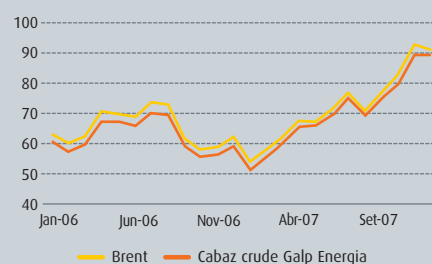
O peso dos consumos e quebras, de aproximadamente 8%, em conjunto com um contexto de preços de crude elevados, provocaram uma subida dos custos de energia associados à produção das refinarias penalizando os níveis de margens de refinação.

As vendas totais foram de 16,0 milhões de toneladas. Destas, cerca de 59% correspondem a vendas a clientes finais directos, 15% a exportações e o restante a outros operadores. As vendas de produtos petrolíferos no mercado nacional incluem um prémio de localização, a diferença entre o preço CIF e o preço FOB, que não é captado nas vendas para exportação e que beneficia a Galp Energia nas vendas ao mercado ibérico.

Vendas de produtos
refinados de 16,0 milhões
de toneladas

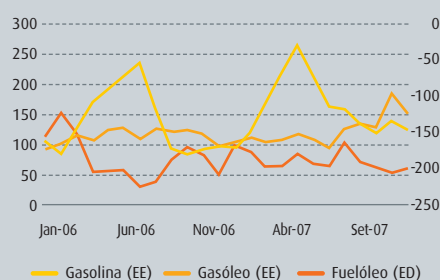
ANÁLISE DE MERCADO

Preço do crude (Usd/bbl)



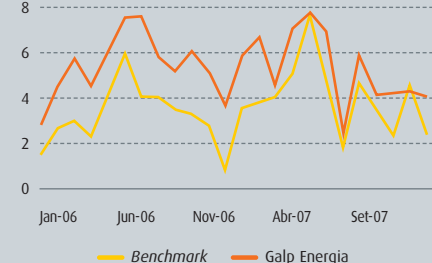
O cabaz de crude da Galp Energia beneficia de um desconto face ao Brent.

Crack spreads (Usd/ton)



Diferentes dinâmicas nos vários produtos petrolíferos.

Margens de refinação (Usd/bbl)



Margem de refinação da Galp Energia acompanha a evolução do benchmark.

Vendas de produtos refinados

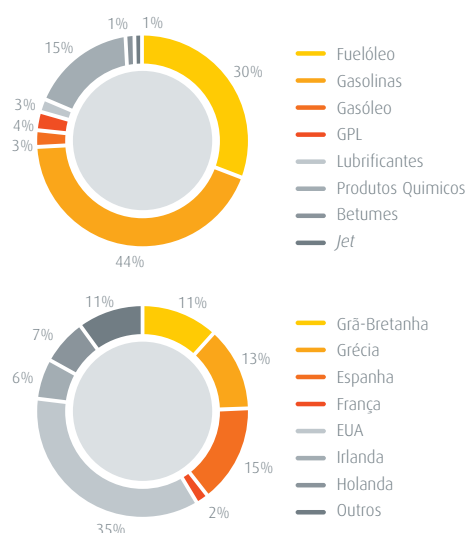


O aumento de 4% das vendas a clientes directos para as 9,4 milhões de toneladas, a par de uma diminuição no volume de produção, provocou a redução das exportações em 24% apesar de 2007 ter sido o segundo melhor ano em volume de exportações desde 1999.

As gasolinas e o fuel continuam a ser os produtos com maior peso com 44% e 30% do total, respectivamente, sendo os EUA o principal destino das exportações, essencialmente de gasolina.

O complexo refinador do Porto integra uma unidade de produção de aromáticos que representaram em 2007 3% do total da produção da Galp Energia. Em 2007, as vendas destes produtos atingiram as 530 mil toneladas, das quais 188 mil destinadas ao mercado ibérico e 341 mil à exportação. Os produtos destinados ao mercado Ibérico incluem sobretudo solventes, parafinas e enxofres para a indústria transformadora que é o mercado natural da Galp Energia. Os produtos para exportação, que têm como destino preferencial a Europa, são compostos essencialmente por enxofre, solventes e paraxileno, na sua maioria para a indústria petroquímica.

Perfil de exportações em 2007



Vendas a clientes directos finais atingiram as 9,4 milhões de toneladas

○ MANUTENÇÃO PROGRAMADA

As paragens gerais das refinarias têm lugar de quatro em quatro anos e têm como objectivo principal a manutenção dos equipamentos que não é possível realizar com a refinaria em funcionamento. Só efectuando este tipo de paragens é possível garantir níveis de eficiência e de fiabilidade elevados, pelo que estes processos são muito importantes para uma empresa como a Galp Energia.

Nos meses de Outubro e Novembro decorreu a paragem geral da refinaria do Porto, uma paragem complexa que envolveu todas as unidades da refinaria, incluindo as fábricas de combustíveis, de óleos base, de utilidades e aromáticos. Esta paragem teve como principais objectivos aumentar o ciclo de vida dos equipamentos, repor níveis de eficiência perdidos, inspeccionar e substituir equipamentos e preparar interligações para futuros projectos. A paragem teve um custo total de 35 milhões de euros.

Os EUA são o principal destino das exportações, principalmente gasolina

Em termos operacionais, está programada para o final do mês de Setembro de 2008, a paragem para manutenção da refinaria de Sines. Durante a paragem serão realizadas obras de reestruturação nas várias unidades, em particular no *cracking* catalítico, com uma intervenção generalizada, incluindo a instalação dum novo reactor que melhorará a eficiência desta unidade.

○ UM SISTEMA LOGÍSTICO MAIS REFORÇADO

Primeiro lugar no concurso
para a exploração
do primeiro terminal
de granéis líquidos
de Portugal

A Galp Energia dispõe dum sistema logístico que lhe permite abastecer não só todo o território nacional, incluindo os arquipélagos dos Açores e da Madeira, mas também uma parte relevante do território espanhol através dum terminal em Valência e da sua participação na CLH, empresa logística de produtos petrolíferos em Espanha. Neste país, a Galp Energia tem também acordos para a compra de produtos petrolíferos a outros operadores, *swaps* com operadores presentes também no mercado português, tornando o abastecimento do mercado espanhol mais eficiente.

Em 2007, a Galp Energia ganhou o primeiro lugar no concurso para a exploração do maior terminal de granéis líquidos do país, localizado no porto de Sines, uma infra-estrutura com um papel fundamental na operação produtora da refinaria, uma vez que é deste porto que são expedidos a grande maioria dos produtos e recebidos os crudes processados em Sines. A concretização desta operação está sujeita a aprovação pelas autoridades competentes.

A Galp Energia é também responsável pela exploração do terminal de Leixões, porto de apoio à operação da refinaria do Porto, que contou em 2007 com o funcionamento em pleno da monobóia. Este equipamento, que permite a carga e descarga de navios de aproximadamente 130.000 DWT, ao largo da costa, trouxe ganhos de flexibilidade nas origens e nos volumes do crude adquirido, com reflexo nomeadamente na redução do número de navios a contratar e no aumento da disponibilidade nas recepções e nas descargas, reduzindo o risco de falhas de abastecimento e, consequentemente, o custo de subestadias prolongadas de navios.



OUTLOOK

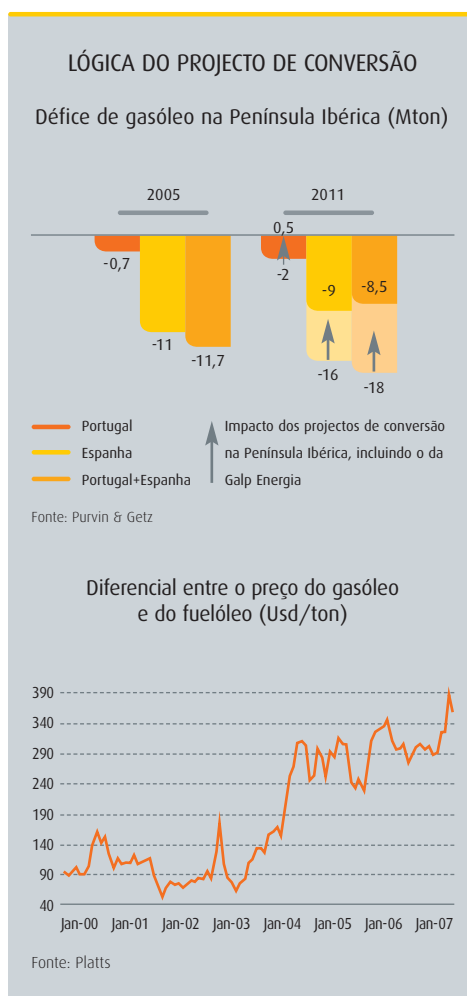
MELHORAR A COMPETITIVIDADE DO APARELHO REFINADOR

Um dos principais objectivos da Galp Energia é melhorar a competitividade do seu aparelho refinador. Nesse sentido, aprovou um plano de investimentos para otimizar e integrar as duas refinarias e aumentar a extracção de valor dos seus activos.

Destes investimentos destaca-se o projecto de conversão que visa aumentar 2,5 milhões de toneladas a produção de gasóleo em 2012, diminuindo a produção de fuelóleo aproximadamente um milhão de toneladas. O aumento da produção de gasóleo irá permitir, por um lado, responder às tendências de consumo do mercado ibérico, que tem manifestado uma procura crescente deste produto, por outro lado, aproveitar o diferencial de preços nos mercados internacionais entre o gasóleo e o fuelóleo. Além disso, a conversão vai permitir o tratamento de crudes mais pesados, actualmente disponíveis a custos mais baixos nos mercados internacionais de matérias-primas. Esta alteração permitirá também à Galp Energia responder à tendência no mercado de crudes, com uma oferta cada vez menor de crudes leves a médio e longo prazo.

Pelo impacto positivo que terão na complexidade e, consequentemente, nas margens de refinação, as alterações ao aparelho refinador permitirão extrair mais valor para o accionista dos activos existentes.

Em 2007, foram elaborados os cadernos de encargos e realizado o concurso para aquisição das licenças das novas unidades. Foram iniciados os *Basic Designs* respectivos, tendo sido concluída, pelos próprios licenciadores, toda a engenharia básica. Em Sines, foram escolhidas as licenças para o *Hydrocracker* de VGO e para o *Steam Reformer*. No porto o licenciamento incidiu sobre o *Vacuum* e o *Visbreaker*.



Projecto de conversão
visa aumentar a produção
de gasóleo e reduzir
a de fuelóleo

Durante os meses de Junho e Julho decorreu a consulta ao mercado para escolha dos *Main Contractors* que irão desenvolver a engenharia de detalhe e o *early procurement* dos equipamentos críticos, tendo sido escolhidos a Técnicas Reunidas, S.A., que irá desenvolver o projecto de Sines, e a Fluor Ltd. que terá a seu cargo o projecto do Porto. Estas empresas iniciaram os seus trabalhos em Setembro.

Técnicas Reunidas, S.A.
e Fluor, Ltd. escolhidas
para desenvolver
o projecto de conversão
em Sines e Porto
respectivamente

Construção de duas centrais de cogeração nas refinarias terá um importante contributo na redução dos consumos e quebras

○ REDUZIR OS CONSUMOS ENERGÉTICOS

Para além do projecto de conversão, está simultaneamente a decorrer um projecto para aumentar a eficiência energética das refinarias que consiste em diminuir o nível dos consumos e quebras, uma parte importante dos custos operacionais numa refinaria, especialmente com o preço do crude a 80-100 Usd/bbl.

Paralelamente, e com um importante contributo para a redução de consumos e quebras, estão em construção duas centrais de cogeração a gás natural, com uma capacidade de 82 MW cada, nas refinarias de Sines e do Porto. Estas centrais irão substituir as actuais caldeiras a fuelóleo, o que irá aumentar a fiabilidade do fornecimento de energia às refinarias, para além de promover uma redução a nível nacional das emissões de CO₂, SO₂ e NO_x e uma redução das emissões de SO₂ a nível local. A cogeração da refinaria de Sines entrará em funcionamento no quarto trimestre de 2008, aproveitando a paragem da refinaria para se fazer a sua ligação.

○ APOSTAR NOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Produção de Biodiesel hidrogenado tem inegáveis vantagens competitivas face ao FAME

Após o repto de incorporação de 10% de biocombustíveis, em Portugal, no ano de 2010, lançado pelo Governo português para antecipar o objectivo da União Europeia para 2020, a Galp Energia decidiu investir na produção de biodiesel hidrogenado, um negócio que se enquadra na sua actividade principal.

Se analisarmos ambas as cadeias de valor, as semelhanças são evidentes apesar das diferenças na obtenção de matérias-primas - com o acesso aos óleos vegetais através de acordos bilaterais com partilha do risco comercial - e na estrutura logística, que terá que ser ligeiramente adaptada de modo a possibilitar o transporte e o armazenamento dos óleos vegetais. A Galp Energia vê os biocombustíveis como uma melhoria da especificação dos combustíveis rodoviários e quer ter neste negócio uma actuação integrada ao longo de toda a cadeia de valor, desde a transformação do óleo vegetal até à distribuição do biocombustível.

De entre os produtos biocombustíveis existentes actualmente, a Galp Energia optou pela produção de biodiesel hidrogenado, que tem inegáveis vantagens competitivas face ao biodiesel de primeira geração, ou FAME, que, por razões técnicas, tem a sua incorporação no diesel final limitada a apenas 5%, o que não permite alcançar os objectivos definidos pelo Governo.

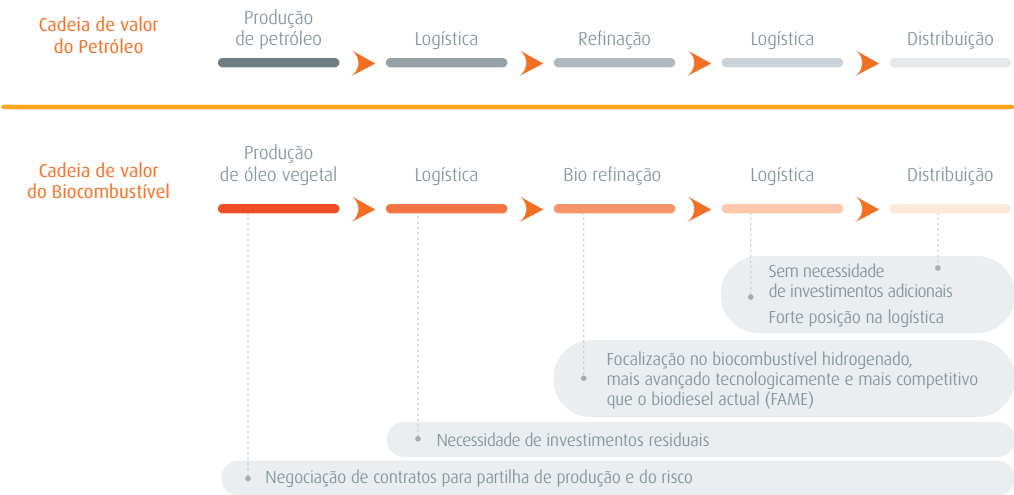
Apesar de a sua aposta ser a produção de biodiesel hidrogenado, a Galp Energia tem vindo, desde 2006, a incorporar, no gasóleo destinado ao mercado nacional volumes de biodiesel na variante FAME, disponibilizada por produtores nacionais independentes, cerca de 3,2% em volume.

O biodiesel hidrogenado apresenta vantagens não só face ao FAME. Sendo um produto de melhor qualidade e compatibilidade total com o diesel mineral e, consequentemente, sem limites à sua incorporação, o biodiesel hidrogenado é integrável no processo logístico actual e permite ainda a redução de emissões de CO₂, de NO_x e de enxofre, promovendo assim uma maior utilização de combustíveis amigos do ambiente.

Neste contexto, a Galp Energia pretende construir unidades de produção de biodiesel utilizando uma tecnologia inovadora, o *Ecofining*, que se traduz na hidrogenação catalítica e na isomerização de óleos vegetais.

No entanto, um dos factores críticos de sucesso desta estratégia consiste no aprovisionamento de matéria-prima em condições competitivas e sustentáveis, uma vez que este mercado é bastante menos líquido que o do petróleo. Neste sentido, a Galp Energia irá promover projectos agrícolas em áreas não cultivadas, privilegiando culturas não alimentares como a jatropha e o ricino, que não concorrem com a cadeia alimentar, em solos com menor potencial agrícola, e sempre recorrendo a matéria-prima ambiental e socialmente certificada.

Biocombustíveis, uma extensão natural do negócio da Galp Energia



À luz desta estratégia, a Galp Energia assinou, em Julho, um memorando de entendimento com a Petrobras para satisfazer pelo menos 50% das suas necessidades de óleos vegetais com a produção de 600 mil toneladas anuais no Brasil e a produção, comercialização e distribuição do biodiesel no mercado interno e no mercado europeu.

Em 2007, foi também assinado com a empresa moçambicana Companhia do Búzi um acordo que prevê o desenvolvimento de actividades agrícolas, entre as quais o cultivo e a transformação de sementes oleaginosas em óleos vegetais numa área de 40 mil hectares com uma área adicional de extensão rural, a exportar na sua maioria para Portugal, para posterior

processamento nas refinarias da Galp Energia. Foi também recentemente criada uma parceria com o grupo Visabeira, tendo-se constituído a empresa Moçamgalp, com o objectivo de produzir óleo vegetal de jatropha numa área de cerca de 50 mil hectares à qual acresce uma área de extensão rural. Estes dois projectos permitirão atingir um objectivo de produção de óleos vegetais acima das 200 mil toneladas por ano.

Os compromissos assumidos prendem-se com a responsabilidade ambiental da Galp Energia mas também com o objectivo de certificar ambientalmente os óleos vegetais produzidos, garantindo balanços energéticos e de carbono positivos.

Acordos no Brasil e Moçambique para satisfazer as necessidades futuras de óleo vegetal

Vantagens face ao Diesel Mineral

	FAME	BIODIESEL HIDROGENADO	CONCLUSÕES
Poder energético	(12%)	+1%	Melhor combustão
Número de cetano	+35%	+100%	e rendimento
Emissões de CO ₂	(60%)	(75%)	Menores Emissões
Enxofre	(90%)	(90%)	
Emissões de NO ₂	+10%	(10%)	
Estabilidade à oxidação	Marginal	Boa	Maior espectro de utilização
Ponto de turvação	Entre -5°C e 15°C	Entre -5°C e -30°C	
Densidade	+5%	(8%)	Maior facilidade de <i>Blending</i>

5.3 DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

“A área de Distribuição de Produtos Petrolíferos vende a maior parte dos produtos refinados pela Galp Energia para Portugal e Espanha. Com uma rede de mais de 1.000 estações de serviço e 210 lojas de conveniência, a Galp Energia é líder de mercado em Portugal e está também presente em Espanha, onde capitaliza uma marca de elevada notoriedade.

Para além do negócio de retalho, a Galp Energia tem também uma posição relevante no negócio do *wholesale*, vendendo um vasto leque de produtos para a indústria, para a construção civil e para os transportes. As vendas de GPL também representam um papel importante nesta área.

Apostada em aumentar a integração entre os negócios de refinação e de distribuição, a Galp Energia vê a expansão para Espanha como o caminho natural. Um mercado com taxas de crescimento superiores ao português e que permite à Galp Energia diversificar a sua exposição geográfica. A compra da rede da AGIP Espanha é um passo importante nesse sentido”.

João Pedro Brito

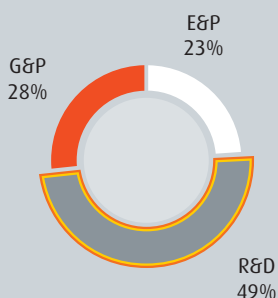
Administrador Executivo
Distribuição de Produtos Petrolíferos

	2004	2005	2006	2007
Vendas a clientes directos (M ton)	8,5	9,4	9,0	9,4
Estações de serviço (#)	1.094	1.060	1.045	1.038
Vendas por posto (mil m ³)	3,1	3,0	3,1	3,1
Lojas de conveniência (#)	149	178	201	210
EBITDA replacement cost ajustado R&D (milhões Eur)	594	552	557	435
Resultado operacional replacement cost ajustado R&D (milhões Eur)	388	338	356	261
Investimento R&D (milhões Eur)	165	142	131	168



A GALP ENERGIA TEM VINDO A INTEGRAR CADA VEZ MAIS OS NEGÓCIOS DE REFINAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO, COM UMA TAXA DE COBERTURA DE 72%

Peso do segmento de negócio R&D em 2007
(EBITDA *replacement cost* ajustado)

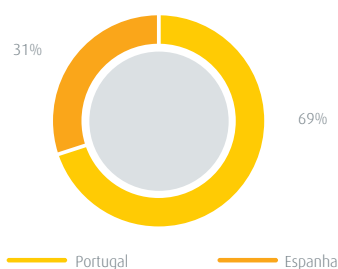


PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2007

- Assinatura do acordo para a compra da AGIP em Portugal e Espanha;
- Lançamento da gasolina GForce 95, mais um produto *premium*;
- Lançamento do programa de reestruturação do negócio *non-fuel* com a criação duma única insígnia – a Tangerina;
- Implementação de um novo sistema informático de suporte à gestão dos postos de abastecimento.

detrimento das exportações, o que beneficiou a quota de vendas de maior valor acrescentado.

Vendas por área geográfica em 2007



Vendas de produtos refinados em Espanha representam já 31% do total

Na Península Ibérica as vendas da Galp Energia alcançaram os 9,4 milhões de toneladas, ou seja, um crescimento de 4%. Este aumento foi mais visível no mercado espanhol, onde as vendas aumentaram 11%. Um desenvolvimento significativo foi as vendas em Espanha terem atingido 31% do total, uma prova de que a aposta em Espanha está a dar bons resultados.

Durante o ano de 2007, a Galp Energia conseguiu contrariar a queda no mercado português e apresentar um aumento de 1% nas vendas.

Apesar da retracção do mercado da distribuição de produtos petrolíferos em Portugal, cerca de 1%, observaram-se subidas na venda de *jets*, bancas marítimas e gásóleo.

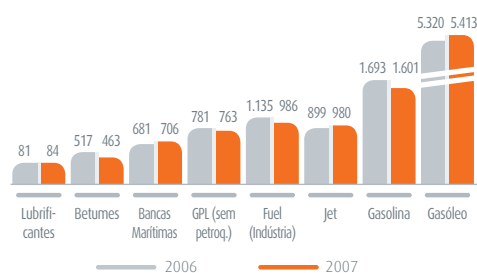
Contrariando a queda do mercado português, a Galp Energia apresentou um aumento de 1% nas vendas

DESEMPENHO OPERACIONAL

UM NEGÓCIO CADA VEZ MAIS INTEGRADO

Em 2007, a Galp Energia melhorou a taxa de cobertura da actividade da refinação pela de distribuição, que é uma das prioridades estratégicas da empresa. Utilizando como medida a produção média dos últimos três anos, a taxa de cobertura foi de 72% em 2007 face aos 68% do ano anterior. Esta melhoria foi alcançada por via dum aumento das vendas no mercado ibérico, em

Mercado de distribuição de produtos petrolíferos em Portugal (milhares ton)



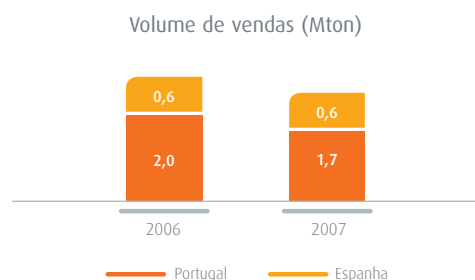
Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia

Em Portugal a Galp Energia tem vendas por posto superiores à média do mercado, demonstrando uma maior eficiência face aos concorrentes

Por outro lado, a redução das vendas de gasolina resulta da substituição progressiva de gasolina por gasóleo, que tem caracterizado o mercado de produtos petrolíferos nos últimos anos. Exemplo desta tendência é o facto de os registos de carros novos a gasóleo em Portugal representarem 64% do total.

UMA REDE DE RETALHO CADA VEZ MAIS EFICIENTE

A Galp Energia conseguiu manter nos 37% a sua quota no mercado de retalho em Portugal, defendendo assim a sua posição de líder de mercado apesar da diminuição das vendas e do aumento da concorrência. Em Espanha, as vendas baixaram ligeiramente na sequência da racionalização da rede de retalho.

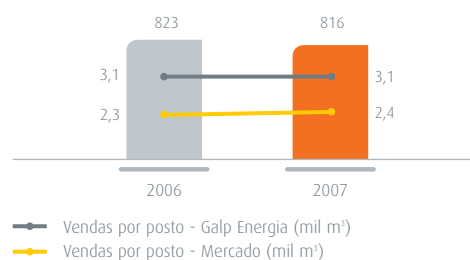


A Galp Energia pretende atingir em dois anos uma taxa de penetração de produtos *premium* de 15%

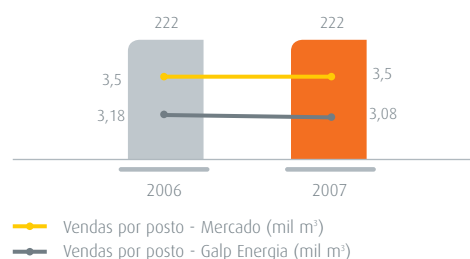
As vendas por posto, entre outros indicadores, medem a eficiência da rede de estações de serviço. Em Portugal, a Galp Energia tem vendas médias por posto claramente superiores à média do mercado, ou seja, 3,1 milhares de m³ contra 2,4 milhares de m³ para o mercado, o que demonstra uma maior eficiência face aos concorrentes. Em Espanha, as vendas por posto estiveram um pouco abaixo da média do mercado por ainda não estarem totalmente reflectidas as acções de racionalização da rede.

A Galp Energia está a implementar um sistema informático moderno para gerir as suas estações de serviço. Este sistema permite não só alterar remotamente os preços nas bombas como também acompanhar em tempo real as vendas de cada estação de serviço.

Número de estações de serviço em Portugal



Número de estações de serviço em Espanha



APOSTA NOS PRODUTOS *PREMIUM*

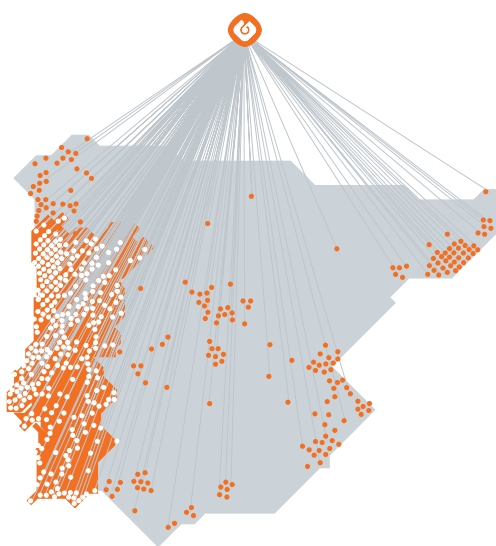
O objectivo da Galp Energia no segmento *premium* é a introdução duma versão *premium* por cada produto base, no que representa uma estratégia de penetração inovadora e única no mercado nacional.

Em 2007 foram lançados diversos produtos, entre os quais a gasolina Gforce 95. O aumento do consumo de gasolina 95 constituiu uma oportunidade para a Galp Energia introduzir no mercado a primeira gasolina *premium* de 95 octanas, demonstrando uma vez mais a sua capacidade de inovar.

Os volumes de vendas de produtos *premium* em Portugal tiveram um crescimento anual de 15%, o que permitiu melhorar o *mix* da distribuição de produtos petrolíferos.

A Galp Energia pretende atingir, em dois anos, uma taxa de penetração da gasolina Gforce 95 de 15%. A realização deste objectivo permitirá a aproximação à média europeia e a duplicação dos actuais 7% registados em Portugal.

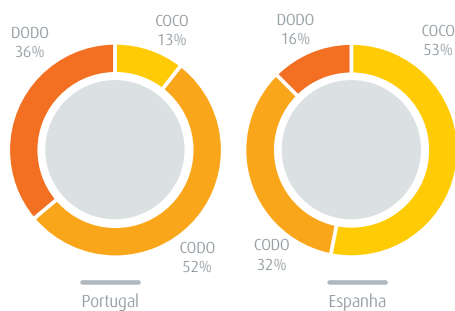
Estações de Serviço em Portugal e Espanha



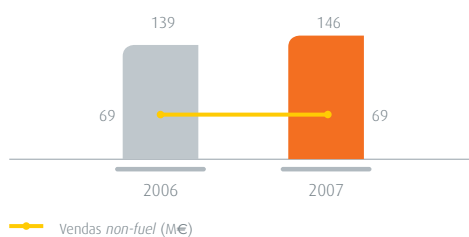
MODELOS DE EXPLORAÇÃO

O modelo de exploração das estações de serviço da Galp Energia não tem registado alterações de relevo nos últimos anos. Em Portugal, 52% da rede é gerida através do modelo CODO, ou seja, o posto é propriedade da empresa mas é explorado pelo revendedor. Em Espanha, a proporção de postos no sistema COCO, ou seja, de propriedade e exploração pela empresa, representa 53% do total da rede.

Estações de serviço ibéricas por tipo de operação (2007)

APOSTA NO NEGÓCIO *NON-FUEL*

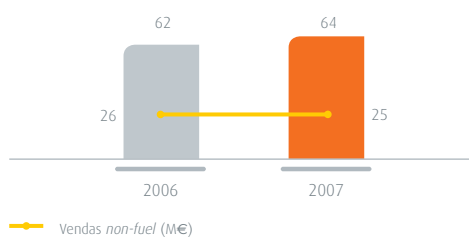
Lojas de conveniência em Portugal



Ao permitir extrair mais valor dos activos existentes, o negócio de *non-fuel* é uma solução natural para aumentar a rentabilidade das estações de serviço. Assim, a Galp Energia prossegue a sua política de expansão da rede de lojas, que totalizam agora 210. A nível ibérico as vendas *non-fuel* mantiveram-se estáveis em 2007.

O negócio *non-fuel* é uma solução natural para aumentar a rentabilidade das estações de serviço

Lojas de conveniência em Espanha



Até ao final de 2007, as lojas da rede Galp em Portugal dividiam-se essencialmente em dois tipos: M24 e Tangerina. As M24, uma *joint venture* com o Grupo Sonae em que a Galp Energia tem uma participação de 75%, são simultaneamente lojas de conveniência e pequenos supermercados que oferecem um leque variado de produtos e se encontram preferencialmente localizadas nas estações de serviço exploradas pela empresa. As lojas Tangerina, com uma oferta de produtos menos variada, são operadas por revendedores da Galp Energia.

Com o objectivo de criar uma insígnia e um conceito únicos, a Galp Energia lançou um projecto que irá agrupar, sob a marca Tangerina não só as lojas com este nome mas também as lojas M24. Está também previsto o alargamento a pequenas lojas dos revendedores, aumentando a rede de lojas geridas sob a mesma marca.

Este reposicionamento tem como principal objectivo apostar na venda de produtos por impulso e nas categorias de maior valor, reduzindo em cerca de 50% as gamas oferecidas e procedendo a uma concentração de categorias.

Simultaneamente foi criado um conceito único de cafeteira – o Tangerina Caffé.

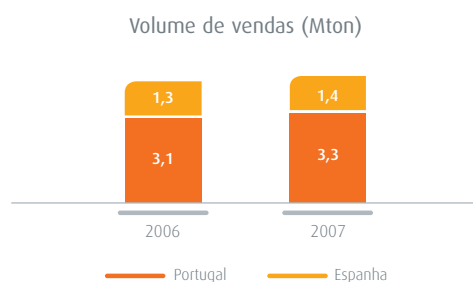
UMA MARCA FORTE

A marca Galp Energia é um activo estratégico para o Grupo, na medida em que tem permitido sustentar o crescimento do negócio no passado e será um suporte importante para a implementação da estratégia da empresa no futuro. O crescimento da empresa no mercado espanhol dos produtos petrolíferos terá na marca um apoio fundamental. De salientar que já hoje a Galp Energia é uma das marcas portuguesas mais reconhecidas em Espanha, de acordo com um estudo elaborado pela Câmara de Comércio Luso Espanhola.

Em 2007 a Galp Energia recebeu uma vez mais o estatuto de *Superbrand* e de marca de confiança dos portugueses, a marca viu assim reconhecida a sua diferenciação e relevância para os clientes.

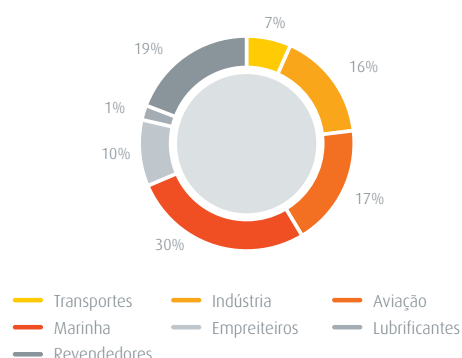
○ NEGÓCIO DE WHOLESALE

Em 2007 a Galp Energia recebeu uma vez mais o estatuto de *Superbrand*



No negócio de *wholesale* a Galp Energia manteve a sua posição de liderança em Portugal, com uma quota de mercado de 52%.

Vendas por segmento em 2007 (Portugal)

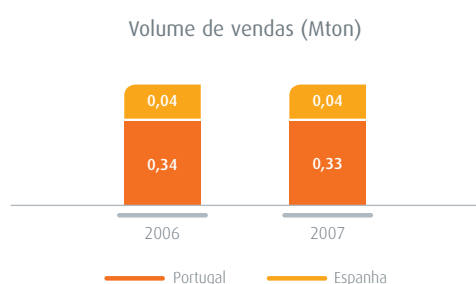


No mercado português, a expansão da actividade turística suportou o crescimento dos segmentos da aviação e marinha. Acompanhando a tendência generalizada de expansão do comércio marítimo global e nos portos portugueses em particular, consolidou-se a posição de mercado na marinha. A aposta na venda de fuel de baixo teor de enxofre para navios com destino a zonas de emissões controladas de enxofre veio a revelar-se determinante para este resultado. Nos lubrificantes, a Galp Energia consolidou igualmente a sua posição de mercado, com aumento da quota. Este resultado foi possível com a reorganização dos canais de venda e com novas abordagens comerciais e logísticas que surtiram efeito. No negócio dos betumes, foi desenvolvido um projecto que visa a criação de soluções que facilitem o transporte deste produto em sacos, permitindo assim atingir mercados mais deslocalizados em países em desenvolvimento.

Em Espanha, as vendas subiram com um forte contributo do segmento da aviação, impulsionado pelo início da exploração no aeroporto das Canárias.

○ GPL – UM MERCADO MADURO

Em 2007 o mercado de GPL caracterizou-se pela sua maturidade. Apesar do crescimento do negócio de gás natural, o nível de vendas deste produto estabilizou, bem como a quota de mercado da Galp Energia em Portugal, que se situa aproximadamente nos 44%. Em termos de divisão por segmento, a venda de GPL engarrafado continua a ser a mais significativa, cerca de 65%. A Galp Energia tem apostado na expansão do GPL canalizado, permitindo assim aumentar a rentabilidade deste negócio.



○ NOVOS PRODUTOS E CAMPANHAS

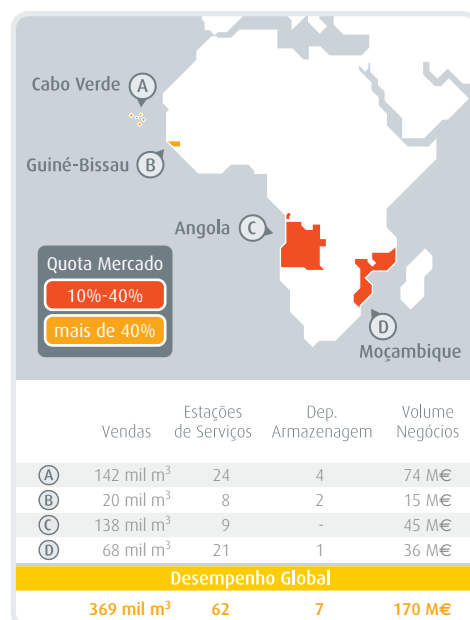
De forma a contrariar o declínio do mercado do GPL e a criar novos consumos através de novos produtos e serviços de valor acrescentado para os clientes, a Galp Energia promoveu o desenvolvimento de novos produtos a GPL: o *Cookspot barbecue* a gás e o aquecimento *Hotspot*, ambos para serem utilizados ao ar livre.

○ DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS EM ÁFRICA

A Galp Energia está também presente na distribuição de produtos petrolíferos no mercado africano, nomeadamente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, mercados onde o crescimento económico dos últimos anos tem sido bastante elevado, especialmente Angola que atingiu em 2007 um crescimento do PIB de 35%. Esta estratégia de internacionalização permite por um lado aproveitar as boas relações que a Galp Energia mantém nas suas

actividades de Exploração & Produção em África, por outro abrir as portas a futuras parcerias na área dos biocombustíveis.

Em 2007 a actividade comercial internacional cresceu significativamente em todas as áreas, atingindo vendas de 369 mil m³, nas áreas de Retalho, *Wholesale*, GPL e Lubrificantes, com reflexo nos resultados alcançados, mantendo a tendência de contribuição positiva para os resultados verificada nos últimos anos.



Em 2007 a actividade comercial internacional cresceu significativamente em todas as áreas



Hotspot Silver



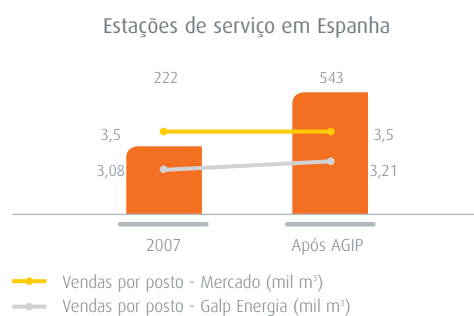
Hotspot Style



OUTLOOK

AQUISIÇÃO DA AGIP ESPANHA E PORTUGAL

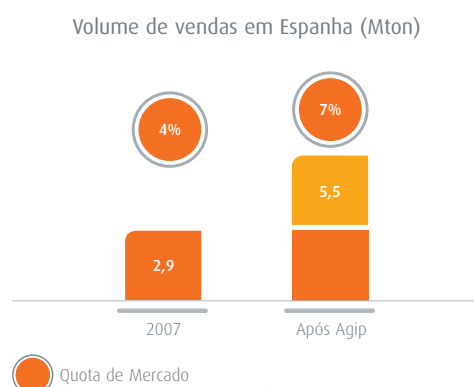
Acordo com a Eni para a compra da AGIP Portugal e Espanha



Fonte: Cores

Em Janeiro de 2008 a Galp Energia assinou um acordo com a Eni para a aquisição da rede de distribuição de produtos petrolíferos AGIP, que a Eni tinha em Portugal e Espanha, contribuindo assim para aumentar significativamente a presença da empresa em Espanha.

A taxa de cobertura do negócio de refinação pelo de distribuição poderá atingir os 91%



Fonte: Cores 2005

Com a conclusão desta operação, prevista para o primeiro semestre de 2008, a Galp Energia passará a gerir mais de 500 estações de serviço em Espanha e atingirá vendas superiores a 5 milhões de toneladas por ano, ou seja, o dobro dos volumes actuais, o que corresponderá a uma quota de mercado de 7% do mercado espanhol. Esta aquisição será fundamental para aumentar a diversificação do negócio, passando Espanha a representar 46% das vendas na Península Ibérica.

Por outro lado, esta aquisição permitirá à Galp Energia diluir os custos fixos, de estrutura e logísticos, em Espanha, reflectindo assim as sinergias importantes entre as duas redes.

Outro resultado imediato desta aquisição será uma maior integração das actividades de distribuição de produtos petrolíferos e de refinação. A taxa de cobertura do negócio de refinação pelo de distribuição deverá atingir os 91%, se considerarmos a produção média de produtos refinados dos últimos três anos.



5.4 GÁS NATURAL

	2004	2005	2006	2007
Vendas de gás natural (milhões m³)	4.014	4.234	4.596	5.377
Número de clientes (milhares)	683	739	790	835
Activo fixo de gás natural (milhões Eur)	1.411	1.416	725	727
EBITDA <i>replacement cost</i> ajustado G&P (milhões Eur)	218	284	229	254
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado G&P (milhões Eur)	162	225	196	215
Investimento G&P (milhões Eur)	93	88	112	103

EBITDA e resultado operacional em 2006 numa base proforma. Exclui efeito do *unbundling* (mais valia e custos líquidos).

“A Galp Energia orgulha-se de ter liderado o processo de introdução do gás natural em Portugal, que ocorreu há 10 anos, participando em todas as fases do desenvolvimento deste sector em Portugal, incluindo a construção das infra-estruturas, de alta a baixa pressão, e ajudando a criar o mercado do gás natural em Portugal.

Detentora de contratos de aprovisionamento de gás natural proveniente da Argélia e da Nigéria que atingem cerca de 6 mil milhões de metros cúbicos por ano, a Galp Energia abastece todo o território de Portugal Continental, onde vendeu 4,2 mil milhões de metros cúbicos em 2007.

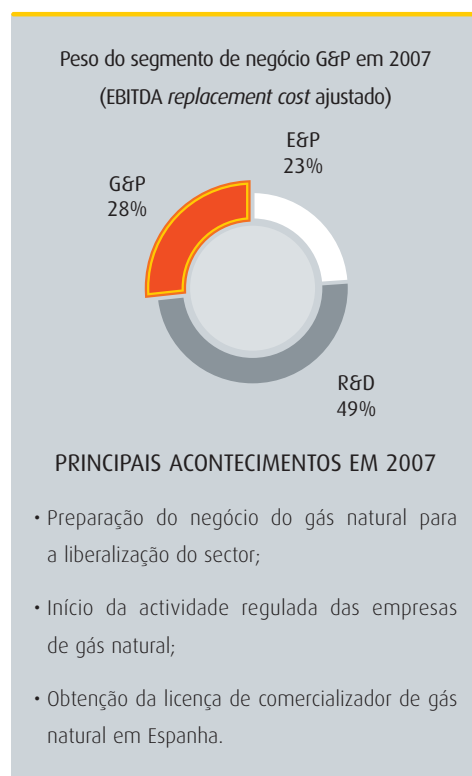
A liberalização do mercado do gás natural vem abrir novos e estimulantes desafios à Galp Energia. Do mesmo modo que sempre se posicionou, ao longo de muitas décadas, como o mais importante fornecedor de combustíveis num mercado competitivo, a Galp Energia antevê a repetição daquele êxito no mercado livre do gás natural.

Num mercado com fortes expectativas de crescimento, e pretendendo a Galp Energia assumir-se também neste negócio como um operador ibérico, torna-se fundamental o acesso a novas fontes de aprovisionamento, o que estamos determinados a obter”.

Enrico Grigesi

Administrador Executivo
Gás Natural

ENTRADA DA GALP ENERGIA NO MERCADO INDUSTRIAL DE GÁS NATURAL EM ESPANHA, UM MERCADO 10 VEZES SUPERIOR AO PORTUGUÊS



DESEMPENHO OPERACIONAL

2007 foi o ano de *build-up* do contrato de aquisição de GNL com a Nigéria

Vendas de gás natural atingiram um *record* anual de 5,4 bcm

Em 2007, as compras de gás natural atingiram os 5,4 mil milhões de metros cúbicos, um aumento de 17% face ao ano anterior que traduziu uma maior actividade do sector. As compras foram repartidas pelas actuais fontes de aprovisionamento da Galp Energia, a Argélia e a Nigéria. 2007 foi o último ano de *build-up* do contrato de aquisição de gás natural liquefeito à Nigéria, o que veio trazer uma maior flexibilidade à gestão do aprovisionamento. O gás natural adquirido à Sonatrach foi transportado desde a Argélia até Portugal pelo gasoduto EMPL e pelos gasodutos Al-Andaluz e Extremadura, em Espanha.

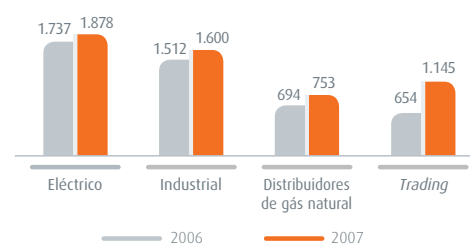
As vendas de gás natural em Portugal aumentaram 7% em 2007, o que confirmou a tendência de forte crescimento deste mercado, resultado da introdução ainda recente desta fonte de energia em Portugal, comparado com outros mercados europeus. A actividade de *trading* teve um forte crescimento de 75%, aproveitando condições favoráveis, sobretudo em Espanha, com os baixos níveis de hidraulicidade nos últimos meses do ano a induzirem o consumo de gás natural para produção de electricidade. Este efeito também se fez sentir em Portugal onde o consumo do sector eléctrico aumentou cerca de 8%.

No subsegmento industrial, o volume de vendas aumentou 6% em relação a 2006 e atingiu um *record* anual na indústria de 1,6 bcm com a ligação de dez novos clientes industriais.

As vendas às empresas distribuidoras atingiram os 753 milhões m³.

Na distribuição de gás natural – considerando apenas as distribuidoras participadas da Galp Energia – as vendas foram de 530 milhões m³, com crescimentos de 8% e 6%, respectivamente, nos subsegmentos residencial e industrial, o que confirmou o potencial de crescimento deste mercado.

Volume de vendas (milhões m³)



ACTIVOS ESSENCIAIS

CONTRATOS DE APROVISIONAMENTO DE GÁS NATURAL

• Quantidade: cerca de 6 bcm/ano • Empresas fornecedoras: Sonatrach, Argélia (gás natural), NLNG, Nigéria (gás natural liquefeito) • Prazo: 2020/2026 • Opção de entrega em qualquer ponto da Península Ibérica

GASODUTOS INTERNACIONAIS

• Participações no gasoduto EMPL e nos gasodutos espanhóis *Al-Andaluz* e Extremadura • Capacidade: 3,7 mil milhões m³/ano • Fonte estável de dividendos: 37 milhões de euros em 2007

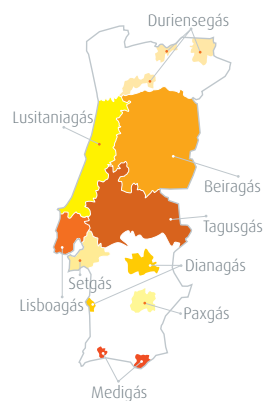
ARMAZENAGEM DE GÁS NATURAL

• Capacidade: 40 milhões m³ em exploração, 45 milhões m³ em construção e 110 milhões m³ de potencial de desenvolvimento • RAB @ 30.06.2007: 17 milhões euros • Remuneração: 8% sobre os activos regulados

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

• Participações em cinco distribuidoras regionais de gás natural e em quatro empresas de distribuição local
• Número de clientes: 835 mil • Extensão da rede de distribuição: 9.758 km • Vendas de gás natural: 530 milhões de m³

Mapa das concessões de distribuição de gás natural da Galp Energia



O número de clientes atingiu os 835 mil, mais 45 mil que em 2006. Em 2007, a Galp Energia continuou a sua campanha de conversão de clientes para gás natural, tendo realizado 45 mil conversões.

A rede de distribuição de gás natural tem, neste momento, 9.758 kms, dos quais 933 kms construídos em 2007, num investimento de aproximadamente 52 milhões de euros.

A Transgás Armazenagem iniciou a sua actividade em 2007 com uma cavidade já em funcionamento e durante o ano concluíram-se a preparação e os testes do furo destinado à construção da segunda caverna, com um potencial de 45 milhões m³ de gás natural, cujo arranque está previsto para 2011.

UM NOVO MODELO DE NEGÓCIO

DEZ ANOS DE GÁS NATURAL EM PORTUGAL

A Galp Energia comemorou em 2007 os 10 anos da introdução do gás natural em Portugal.

O gás natural foi introduzido em Portugal com o objectivo de se disponibilizar uma energia competitiva, cómoda e ecológica, além de permitir a diversificação dos recursos energéticos do país, reduzindo a dependência do petróleo.

A Galp Energia liderou este projecto nacional, participando em todas as etapas do desenvolvimento deste sector em Portugal, quer na construção das infra-estruturas de alta a baixa pressão quer na criação de raiz dum mercado do gás natural em Portugal.

A Galp Energia comemorou em 2007 os 10 anos da introdução do gás natural em Portugal



ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE GÁS NATURAL

O MERCADO ANTES DAS RECENTES ALTERAÇÕES

ATÉ FEVEREIRO DE 2006, O MERCADO PORTUGUÊS DO GÁS NATURAL ESTAVA DIVIDIDO EM DUAS GRANDES ÁREAS. POR UM LADO, AS ACTIVIDADES DE IMPORTAÇÃO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL OU GÁS NATURAL LIQUEFEITO ESTAVAM SUJEITAS A UMA ÚNICA CONCESSÃO ATRIBUÍDA A UMA EMPRESA DO GRUPO GALP ENERGIA, A TRANSGÁS S.A..

Por outro lado, a distribuição local e regional era efectuada sob concessão ou licença atribuída a empresas de distribuição local ou regional, nas quais a Galp Energia – à excepção da Portgás – tem uma participação significativa. Os consumidores de gás natural com um consumo anual inferior a dois milhões m³ eram abastecidos pelas empresas de distribuição regional – as concessionárias – e local – as licenciadas – enquanto que os consumidores cujo consumo anual era igual ou superior a dois milhões m³ eram abastecidos directamente pela Transgás. Para os grandes clientes, com consumos superiores a 50 mil m³, os preços não estavam regulados e eram fixados segundo uma lógica de mercado livre, concorrencial com outros produtos energéticos, e com base em contratos individuais. Para os clientes com consumos inferiores a 50 mil m³, a fórmula do preço e as actualizações referentes à taxa de inflação e ao preço do gás natural eram definidas nos contratos de concessão.

AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA NOVA LEGISLAÇÃO

A PUBLICAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 30/2006, DE 15 DE FEVEREIRO MARCOU A TRANSPOSIÇÃO PELO GOVERNO PORTUGUÊS DA DIRECTIVA COMUNITÁRIA SOBRE A LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO DO GÁS NATURAL.

Aquele diploma consagrou a liberalização dos mercados através do livre acesso de terceiros em condições de igualdade e determinou a separação das actividades comerciais das actividades de gestão de infra-estruturas. A directiva prevê também a existência dum regulador em cada estado-membro – no caso português a ERSE – e a obrigação de publicação das tarifas de acesso às diversas redes. Segundo a nova legislação, entretanto completada com o Decreto-Lei nº140/2006, de 26 de Julho, as distribuidoras de gás natural com mais de 100.000 clientes são obrigadas a proceder à separação jurídica entre as actividades de distribuição e de comercialização de gás natural, enquanto que para as restantes será apenas necessária uma separação contabilística entre as duas actividades. A nova legislação obriga ainda à criação de comercializadores de último recurso, que vendem gás natural a uma tarifa regulada, e de comercializadoras livres cujo o preço de venda do gás natural é fixado numa lógica de mercado livre. Para ambas as actividades será necessária a atribuição de uma licença por parte do Governo português. A nova legislação definiu também o calendário de liberalização do sector, que se espera venha a decorrer até 2010.

Calendário de liberalização do sector de gás natural em Portugal



○ IMPACTO DAS ALTERAÇÕES NA GALP ENERGIA

Em 2006 foram separadas as actividades de transporte de gás natural, regaseificação de gás natural liquefeito e de parte da actividade de armazenamento de gás natural através da venda à REN de parte dos activos relacionados com aquelas actividades.

Depois da alienação dos activos regulados, a Galp Energia continuou a desenvolver a actividade não regulada de aprovisionamento de gás natural através dos contratos de aprovisionamento já existentes e das participações nos gasodutos internacionais.

Foi também atribuída à Galp Energia uma concessão válida por 40 anos para o exercício da actividade de armazenamento subterrâneo de gás natural.

Após a alienação das referidas actividades à REN, a Galp Energia continuou a desenvolver a actividade de comercialização de gás natural, através das comercializadoras de último recurso e comercializadora livre.

Antecipando a liberalização do sector e os consequentes desafios e alterações que se prevêem, a Galp Energia desenvolveu todos os esforços no sentido de se preparar para uma nova realidade de negócio.

Esta actuação foi transversal à organização, implicou alterações jurídicas e organizativas – entre as quais a nova designação social Transgás SPGN, S.A. que levou à criação da comercializadora livre Galp Gás Natural, S.A. – e abrangeu áreas como a marca e a relação com os clientes. O lançamento da marca Galp Energia Gás Natural, única, forte e próxima dos consumidores teve como objectivo agregar numa só todas as marcas existentes e de operar um *rebranding* das empresas e negócios do Grupo ligados ao gás natural.

Nova marca para o gás natural



No subsegmento industrial, foi atribuído à Transgás S.A., anteriormente denominada Transgás Indústria, S.A., o estatuto de comercializadora grossista de último recurso, para a qual foram transferidos todos os clientes daquele segmento.

A liberalização do fornecimento dos clientes com um consumo superior a um milhão de m³ por ano já a partir de 2008 trouxe novos desafios para os quais a empresa se preparou em 2007 através do desenvolvimento de políticas para a comercialização em mercado livre, com a oferta de novas soluções aos seus clientes.

Com vista ao cumprimento da nova regulamentação do sector, na distribuição de gás natural, foi concluído o *unbundling*, através da separação contabilística das actividades reguladas e da reestruturação dos processos das empresas distribuidoras. Relativamente às empresas com mais de 100.000 clientes, ou seja, a Lisboagás, a Lusitaniagás e a Setgás, este processo implicou ainda a separação jurídica das actividades de distribuição e de comercialização de último recurso.

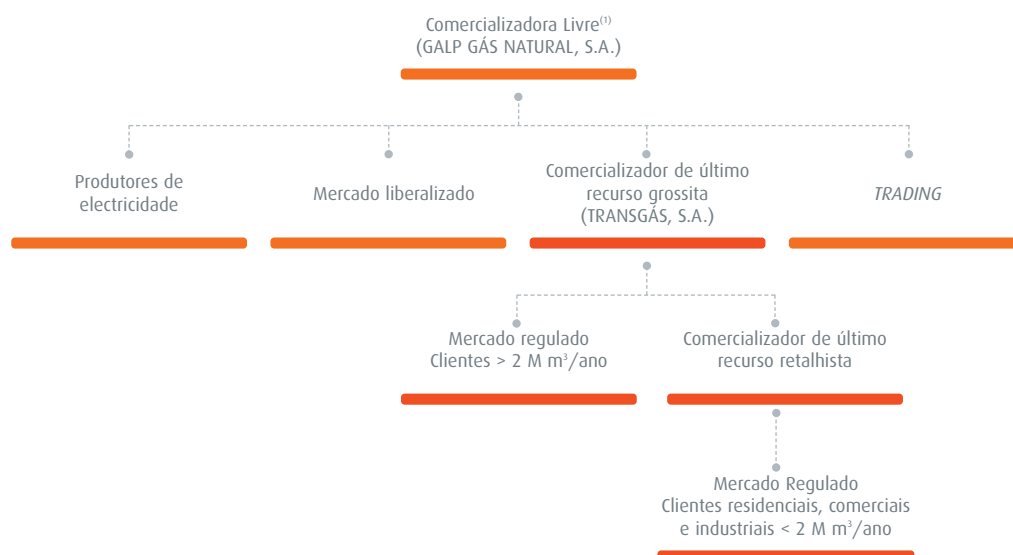
Obtenção de concessão válida por 40 anos para o exercício da actividade de armazenamento de gás natural

Lançamento da marca Galp Energia Gás Natural, única, forte e próxima dos consumidores



Processo de negociação
dos contratos de
concessão das empresas
distribuidoras
de gás natural
deverá estar concluído
no primeiro semestre
de 2008

Modelo de comercialização de gás natural da Galp Energia



⁽¹⁾ Aproveitamento de gás natural (Contratos com a Argélia e Nigéria) mais venda de gás natural no mercado livre.

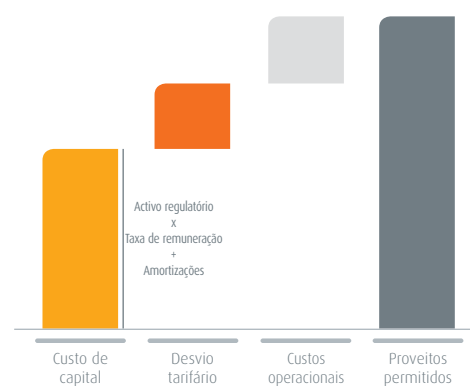
Foi igualmente iniciado o processo de negociação dos contratos de concessão das empresas de distribuição com o Estado português, que atribuíam direitos de exclusividade na distribuição e na comercialização de gás natural nas respectivas áreas geográficas. De forma a poder implementar o novo enquadramento regulatório do sector do gás natural, as empresas de distribuição de gás natural receberão concessões para as actividades de distribuição e de gestão de infra-estruturas, assim como licenças para a actividade de comercialização de último recurso em regime de exclusividade, passando a venda em mercado livre a estar apenas sujeita à obtenção duma licença. Este processo de renegociação deverá estar concluído no primeiro semestre de 2008.

ESQUEMA DE REGULAÇÃO

Todas as actividades reguladas são remuneradas de acordo com o modelo definido pela ERSE, que definiu os proveitos permitidos, base de cálculo das tarifas. Os proveitos permitidos são função duma taxa de remuneração do activo regulado, acrescida das

amortizações, dos custos permitidos pelo regulador e dos desvios tarifários. Em 2007 foi fixada em 8% a taxa de remuneração aplicável à actividade de armazenagem e espera-se para o primeiro semestre de 2008 a publicação da taxa aplicável às actividades de distribuição e de comercialização de último recurso.

Esquema regulatório



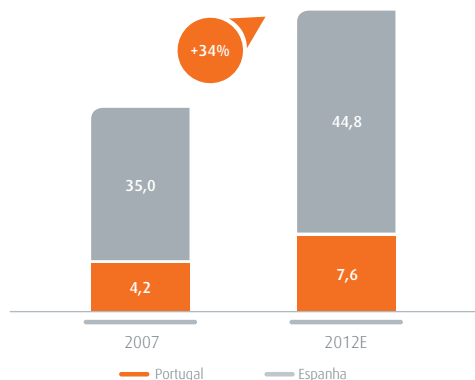
OUTLOOK

UMA CARTEIRA DE GAS & POWER MAIS INTEGRADA

A Galp Energia tem actualmente contratos de aprovisionamento de gás natural de seis mil milhões m³. Para satisfazer as necessidades futuras do mercado português e, pelo menos, manter a sua actual quota de mercado de 13% na Península Ibérica, a Galp Energia continuará sempre a procurar novas fontes de aprovisionamento, uma vez que considera ser este um factor crítico de sucesso.

A ambição da Galp Energia de obter mais aprovisionamento passa pela entrada no negócio de *midstream* de GNL. Neste contexto, a empresa está já a estudar diversas oportunidades com o projecto DCLNG na Venezuela e Angola LNG II.

Mercado de gás natural na Península Ibérica



O crescimento da Galp Energia no mercado do gás natural estará assente em dois grandes pilares: o aumento dos projectos de geração de energia eléctrica da empresa, que irão induzir o consumo próprio de gás natural e aumentar a integração entre os dois negócios e a proximidade geográfica do mercado espanhol, com um forte potencial de crescimento e uma dimensão, em termos de mercado industrial, cerca de dez vezes superior à do mercado português, e que se apresenta como um passo natural na estratégia de expansão geográfica da Galp Energia.

Os projectos em carteira da Galp Energia, ou seja, as duas centrais de cogeração com uma capacidade de 82 MW cada e a central de ciclo combinado em Sines, com 800 MW, deverão induzir um consumo de gás natural próximo dos 1,2 bcm por ano, o equivalente a cerca de 38% do actual mercado de gás natural em Portugal. Estes consumos vão permitir à Galp Energia uma maior garantia de colocação do gás natural assim como aumentar a eficiência da gestão dos seus próprios contratos de fornecimento.

A expansão geográfica das vendas de gás natural começou a ser preparada em 2007 com a atribuição à Galp Energia da licença de comercialização de gás natural em Espanha, permitindo a entrada num mercado altamente atractivo.

Os primeiros contratos de fornecimento a clientes industriais em Espanha foram negociados no final de 2007 e as vendas contratadas correspondem a um volume superior a 60 milhões m³ por ano.

Procurar novas fontes de aprovisionamento é um factor crítico de sucesso

Os projectos em carteira deverão induzir um consumo de gás natural próximo dos 1,2 bcm

5.5 POWER

“O forte crescimento que se espera no consumo de electricidade na Península Ibérica e a abertura do mercado da geração em Portugal justificam a aposta da Galp Energia no negócio do Power.

Também a presença no negócio do gás natural torna o desenvolvimento do negócio do Power numa escolha natural, trazendo mais flexibilidade e sinergias entre estes dois negócios.

Por outro lado, os clientes procuram cada vez mais ofertas integradas de energia. Estas tendências de mercado criam oportunidades atractivas de crescimento que a Galp Energia, como fornecedor de energia com vasta experiência, com uma marca de elevada notoriedade e com uma base de clientes sólida, não poderá desperdiçar.

A presença da Galp Energia no negócio do Power está centrada em três centrais de cogeração, com uma capacidade instalada de 80 MW. No entanto, o grande desafio é desenvolver uma carteira competitiva de geração com uma capacidade de 1.200 MW até 2010, entre cogerações, parques eólicos e centrais de ciclo combinado, continuando a procurar oportunidades de desenvolvimento de novos projectos em Portugal, nomeadamente na geração hídrica”.

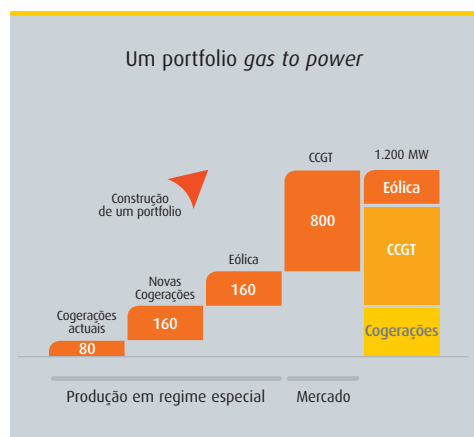
André Ribeiro

Administrador Executivo
Power

	2004	2005	2006	2007
Capacidade instalada (MW)	80	80	80	80
Energia produzida (GWh)	1.348	1.359	1.561	1.610
Electricidade vendida à rede (GWh)	364	500	566	578
Preço de venda à rede em regime especial (€/MWh)	72,7	80,7	91,4	89,9
Gás natural consumido (milhões m³)	129	159	173	175
EBITDA <i>replacement cost</i> ajustado G&P (milhões Eur)	218	284	229	254
Resultado operacional <i>replacement cost</i> ajustado G&P (milhões Eur)	162	225	196	215
Investimento G&P (milhões Eur)	93	88	112	103

EBITDA e resultado operacional em 2006 numa base proforma. Exclui efeito do *unbundling* (mais valia e custos líquidos).

EM 2007 A GALP ENERGIA APROVEITOU AS OPORTUNIDADES QUE LHE PERMITIRAM EXPANDIR A SUA CARTEIRA DE GERAÇÃO



2007 totalizaram um investimento de 22 milhões de euros. As metas mais importantes para esta área são pôr em operação, a tempo e dentro do orçamento, as cogerações das refinarias de Sines e do Porto uma vez que a entrada ao serviço destas cogerações irá contribuir para melhorar a eficiência energética das refinarias, reduzir o seu custo de energia térmica e reduzir as emissões de óxidos de enxofre e de azoto, entre outros poluentes, no âmbito da Directiva das GIC. Paralelamente, estas duas cogerações vão induzir um consumo de gás natural de cerca de 660 milhões m³, consolidando assim a integração dos dois negócios, o gás natural e o Power.

Construção de duas centrais de cogeração com um consumo de gás natural estimado de 660 milhões de m³

PRODUÇÃO EM REGIME ESPECIAL

COGERAÇÕES

Actualmente, a actividade da Galp Energia na área do Power consiste nas suas participações em três centrais de cogeração - Carriço, Powercer e Energin - com uma capacidade total de 80 MW. Em 2007 estas centrais tiveram uma produção de 1.610 GWh e um consumo de gás natural de 175 milhões m³, sendo de momento a única fonte de geração de energia eléctrica da Galp Energia e sujeita a produção em regime especial, ou seja, com acesso prioritário à rede e venda a uma tarifa regulada. Esta tarifa é calculada de forma a cobrir os custos evitados no investimento em tecnologias alternativas, os custos de operação e manutenção, custos de combustível e o custo de oportunidade ambiental. Como referência, considerando um preço de Brent de 50 Usd/bbl a tarifa seria de 65,69 €/MWh.

A Galp Energia está, neste momento, a desenvolver duas centrais de cogeração cada uma com uma capacidade de 82 MW - Sinecogeração e Portecogeração - que serão instaladas nas duas refinarias da empresa, que no ano de

PRIMEIROS PASSOS NA PROCURA DE ENERGIA RENOVÁVEL

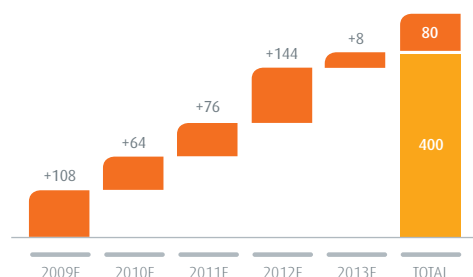
Em Setembro de 2007, o consórcio Ventinveste, que a Galp Energia lidera com uma participação de 34%, ganhou a fase B do concurso público para atribuição de pontos de recepção de energia eólica que veio atribuir uma potência de 400 MW, que poderá chegar aos 480 MW caso se decida instalar mais 20% de equipamento, opção disponível na lei.

Os 8 parques previstos no projecto deverão entrar em funcionamento até 2013.

Consórcio liderado pela Galp Energia ganha o concurso público para atribuição de 400 MW de potência em energia eólica



Projeção de capacidade instalada (MW)



Valores de final de ano

Em 2007 a Galp Energia
obteve a licença
de produção para a CCGT
a construir em Sines

A venda de electricidade proveniente de parques eólicos está sujeita a um regime especial que, tal como nas cogerações, consiste na venda garantida em volume e a uma tarifa regulada nos primeiros 15 anos do projecto ou até ser atingida uma produção de 33 GWh por MW instalado. Esta tarifa, que cobre essencialmente os mesmos custos que a tarifa da cogeração, excepto o do combustível, é de aproximadamente 73,6 €/MWh, actualizada pela taxa de inflação após o início das operações dos parques.

Integração do negócio
de Gas & Power permite
extrair uma margem
adicional

A actividade regulada e com uma remuneração garantida dos parques eólicos é também um instrumento fundamental para a gestão activa do risco de CO₂ pós-2012 na Galp Energia, uma vez que consiste numa fonte de geração de energia eléctrica sem emissões.

○ A ENTRADA NO MERCADO ELÉCTRICO

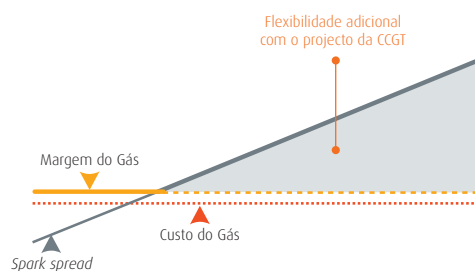
○ DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE GERAÇÃO

UM PORTFOLIO DE GAS & POWER MAIS INTEGRADO

Em Setembro de 2007, a Galp Energia obteve a licença de produção para uma CCGT a construir em Sines, com uma potência instalada de 800 MW, dando assim um passo importante para a produção de electricidade em regime de mercado.

Com este investimento, a Galp Energia pretende não só entrar num mercado de elevado crescimento como também explorar sinergias com a sua área de gás natural. Uma integração entre os negócios de gás natural e de Power permitirá, por um lado, tirar partido dos contratos de fornecimento de gás natural de que dispõe, por outro, arbitrar entre as margens de *trading* de gás natural e de electricidade, a *call option* emergente, gerindo duma maneira mais eficiente a sua carteira de aprovisionamento de gás natural.

Call option emergente da integração do negócio de Gas & Power



A Galp Energia está a preparar o lançamento, no início de 2008, dum concurso público internacional para a construção da central de ciclo combinado, cuja entrada em funcionamento está prevista para antes do final de 2010.

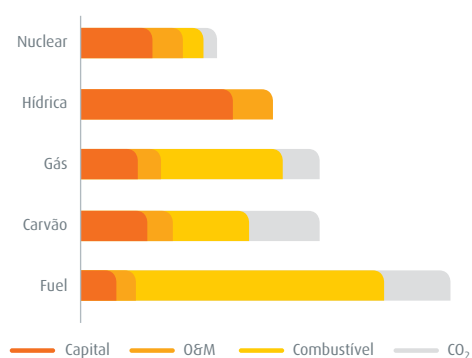
RECURSOS HÍDRICOS, UMA OPÇÃO NATURAL

Na sequência do lançamento pelo Governo português, em 2007, do PNBEPH, a Galp Energia decidiu procurar adicionar capacidade de produção hidroeléctrica à sua carteira de geração de electricidade, complementando deste modo a capacidade de geração termoeléctrica com produção através de fonte renovável de regime ordinário.

Com o lançamento de concursos durante 2008, o PNBEPH visa a construção de dez novas barragens com uma potência total de cerca de 1.000 MW, projectos em que a Galp Energia pretende tomar uma posição relevante.

Caso se concretize, a entrada na produção hidroeléctrica irá também reduzir a exposição relativa do *mix* de geração da Galp Energia às emissões de CO₂, permitindo-lhe simultaneamente aceder a uma tecnologia de custo competitivo e, sobretudo, com um custo marginal muito inferior ao das centrais termoeléctricas.

Estrutura indicativa da estrutura de custos por tipo de geração (MWh)



Ao fornecer capacidade de armazenamento, a produção hidroeléctrica irá igualmente atenuar a exposição da Galp Energia ao risco de mercado, permitindo-lhe explorar o diferencial de preços entre as horas de maior e de menor procura.

Esta fonte de geração de energia irá também permitir a cobertura natural do risco da capacidade termoeléctrica face ao teor hidráulico do sistema eléctrico português, melhorando a competitividade da Galp Energia face ao *mix* de geração da incumbente.

Para além da cobertura ao próprio negócio do Power, a geração hídrica é também uma forma de mitigar a correlação negativa entre os elevados níveis de hidraulicidade e o consumo de gás natural para geração eléctrica.

COMERCIALIZADOR LICENCIADO

Em 2007, a Galp Energia obteve a licença para comercializar electricidade em Portugal no mercado liberalizado, ficando formalmente habilitada a iniciar a sua actividade.

A Galp Energia pretende entrar em 2008 no mercado grossista de electricidade, pelo que participou no início do ano num leilão de capacidade virtual de produção de electricidade para entrega à *pool* eléctrica ou para venda através de contratos bilaterais.

Produção hidroeléctrica irá reduzir a exposição relativa do *mix* de geração da Galp Energia às emissões de CO₂

Obtenção de licença para comercialização de electricidade em Portugal no mercado liberalizado



06 O GRUPO

Enfoque no cliente, trabalho em equipa, empreendedorismo e orientação para os resultados e integridade e transparência. São alguns dos valores que pautam a actuação do grupo.

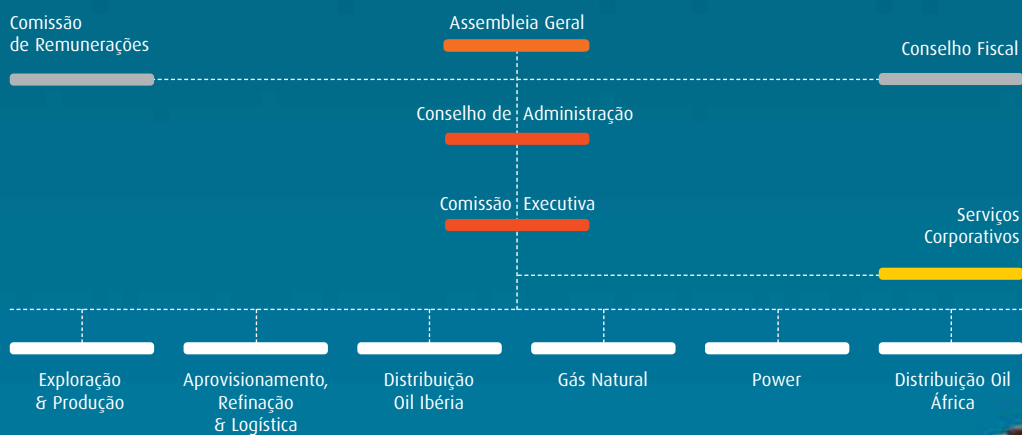
2007
O PRINCÍPIO
DE UMA ETAPA MAIOR

6.1 GOVERNANCE

A GALP ENERGIA ACREDITA QUE UMA ESTRUTURA DE GOVERNANCE CLARA E EFICAZ É ESSENCIAL PARA O SEU ÊXITO

Em matéria de governo societário, a Galp Energia tem orientado a sua actuação, pela transparência e pela coerência da sua relação com os investidores e com o mercado accionista, adoptando uma estrutura de *governance* que permita assegurar equitativamente os interesses e os direitos de todos os accionistas, tanto institucionais como particulares.

6.1.1 ESTRUTURA DE GOVERNANCE





COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Manuel Ferreira De Oliveira	Francesco Antonietti	José António Marques Gonçalves	João Pedro L. P. de Figueiredo Brito	Fernando Manuel dos Santos Gomes	Enrico Grigesi ⁽¹⁾	André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
PRESIDENTE EXECUTIVO	CHIEF FINANCIAL OFFICER	RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE APROVISIONAMENTO, REFINAÇÃO & LOGÍSTICA	RESPONSÁVEL PELA ÁREA DA DISTRIBUIÇÃO OIL IBÉRIA	RESPONSÁVEL PELAS ÁREAS DE E&P E DISTRIBUIÇÃO OIL ÁFRICA	RESPONSÁVEL PELA ÁREA DO GÁS NATURAL	RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE POWER
Administrador da Galp Energia desde Abril 2006 e Presidente Executivo desde Janeiro de 2007	Administrador da Galp Energia desde Setembro 2007	Administrador da Galp Energia desde Maio de 2005	Administrador da Galp Energia desde Maio de 2005	Administrador da Galp Energia desde Maio de 2005	Administrador da Galp Energia desde Janeiro de 2008	Administrador da Galp Energia desde Maio de 2005
Mais de 20 anos de experiência internacional e na indústria petrolífera	Experiência internacional e em cargos executivos dentro do grupo Eni	Mais de 20 anos de experiência internacional	Mais de 20 anos de experiência no sector petrolífero	Anterior Ministro da Administração Interna	Experiência profissional na área de Gas & Power	Experiência internacional na Banca de Investimento

(1) Cooptado na reunião do conselho de administração de dia 20 de Dezembro de 2007, em substituição de Massimo Rivara.

A estrutura de *governance* da Galp Energia visa a transparência e a eficácia

A estrutura de *governance* da Galp Energia visa a transparência e a eficácia e tem como principal objectivo uma separação clara de poderes entre o conselho de administração, a quem compete a supervisão, o controlo e o acompanhamento de questões de natureza estratégica, e a comissão executiva, cujas tarefas, delegadas pelo conselho de administração, são do foro operacional, relativas à gestão corrente das unidades de negócio e serviços, embora com um papel importante na definição e na revisão da estratégia da empresa.

Em 2007 o conselho de administração deliberou, sobre proposta da comissão executiva, sobre questões fundamentais para o futuro da empresa: foi revisto o plano estratégico, foram aprovados o projecto de conversão das duas refinarias, a entrada no negócio dos biocombustíveis, a aquisição da AGIP Portugal e Espanha e o plano de negócios para o período 2008-2012 ao mesmo tempo que foi clarificada e definida a política de distribuição de dividendos.

O modelo de gestão actual assenta em seis unidades de negócio e 15 serviços corporativos, sob a liderança e a orientação de cada um dos administradores executivos com base nos princípios da horizontalidade, da flexibilidade, da simplicidade, da eficiência e da delegação de responsabilidades e visando a criação de valor para o accionista e a captação de sinergias dentro das unidades de negócio e entre elas. Aos serviços corporativos cabe apoiar as unidades de negócio em todas as suas vertentes e evitar a duplicação de funções.

A fiscalização da empresa está a cargo dum conselho fiscal e duma sociedade de revisores oficiais de contas. Ao primeiro compete, entre outras tarefas, a fiscalização do processo de preparação e de divulgação de informação financeira e de revisão de contas, bem como aferir a independência do revisor oficial de contas, designadamente no que diz respeito à prestação de serviços adicionais. Ao revisor oficial de contas compete efectuar todas as verificações e exames necessários à revisão e à certificação legal das contas.

Remuneração global (M€)

Conselho de Administração	0,3 ⁽¹⁾
Comissão Executiva	3,6
Conselho Fiscal	0,1

(1) Não inclui a remuneração da comissão executiva.

À comissão de remunerações, constituída por representantes dos accionistas Amorim Energia, CGD e Eni, cabe a definição da política de remuneração a aplicar a todos os membros dos órgãos sociais.

Em 2007 realizou-se a primeira Assembleia Geral da Galp Energia enquanto sociedade aberta, o que veio trazer novos desafios e mais responsabilidade, porque os pequenos accionistas tiveram a oportunidade, pela primeira vez, de dialogar com o conselho de administração da empresa, apresentar dúvidas e partilhar opiniões. Realizada no dia 28 de Maio de 2007 no Centro de Congressos de Lisboa

e amplamente divulgada nos *sites* do investidor da Galp Energia e da CMVM e na comunicação social, a Assembleia Geral contou com a presença de 50 accionistas, presentes ou regularmente representados, que no seu conjunto representaram 82,136% do capital social. Os quatro pontos em votação, que incluíam a aprovação do relatório de gestão e das contas de 2006, a proposta de aplicação de resultados e um voto de confiança no conselho de administração e no órgão de fiscalização pelo seu desempenho no exercício de 2006, foram aprovados por unanimidade.

Primeira Assembleia Geral enquanto sociedade aberta contou com mais de 50 accionistas

ACORDO PARASSOCIAL

O acordo parassocial existente entre os accionistas de referência da Galp Energia, a Amorim Energia, a CGD e a Eni, estabelece as matérias sobre as quais as deliberações do conselho de administração deverão ser aprovadas por uma maioria superior a dois terços. Nestas matérias incluem-se a aprovação de investimentos estratégicos e do plano de negócios, bem como transacções com entidades relacionadas com qualquer um dos accionistas.

A própria composição do conselho de administração e da comissão executiva, para o mandato que se inicia em 2008 e seguintes, também se encontra definida neste acordo. O conselho de administração deverá ter 15 membros, cinco dos quais deverão integrar a comissão executiva. A CGD terá o direito de indicar um administrador que será sempre o Presidente do conselho de administração. Tanto a Amorim Energia como a Eni terão o direito de indicar seis administradores. Estas três entidades nomearão ainda em conjunto um administrador independente. O Presidente Executivo ("CEO") será escolhido em conjunto pela Amorim Energia e pela Eni, sujeito ao parecer favorável da CGD.

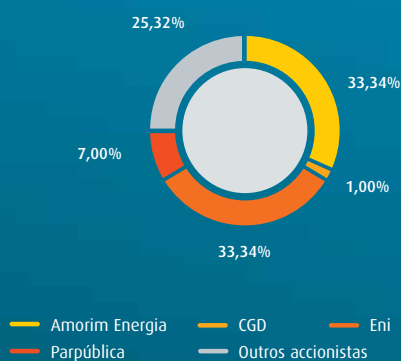
O Acordo Accionista encontra-se descrito em pormenor no Relatório de Governo da Sociedade.

6.2 A ACÇÃO GALP ENERGIA

EM 2007 O MERCADO RECONHECEU O VALOR DA RECÉM COTADA GALP ENERGIA, QUE SUBIU 165% DURANTE O ANO E FOI A QUE MAIS SE VALORIZOU NO ÍNDICE *DOW JONES EUROPE STOXX OIL & GAS*

6.2.1. ESTRUTURA ACCIONISTA

ESTRUTURA ACCIONISTA DA GALP ENERGIA A 31 DE DEZEMBRO DE 2007



Fonte: Galp Energia

Nota: A Participação Qualificada do Banco BPI foi alterada no dia 31 de Janeiro de 2008 para 3,995% e a Iberdrola vendeu a totalidade da sua participação em 30 de Janeiro.

No final de 2007 o *free float* da Galp Energia atingia os 25,32%. A estabilidade accionista da empresa manteve-se em 2007, com o Banco BPI, S.A. a reforçar a sua posição, que passou de 2,07% no final de 2006 para 5,09% no final de 2007, e a Caixa Galicia a diminuir a sua posição para valores inferiores a 2%.

Após o final de 2007, o Banco BPI reduziu a sua posição para 3,995% e a Iberdrola vendeu a totalidade da sua participação na Galp Energia, cerca de 3,83%.

No final de 2007, a Galp Energia tinha aproximadamente 43 mil accionistas particulares e institucionais, uma redução de 67% face ao número de investidores na Oferta Pública Inicial, realizada a 23 de Outubro de 2006.

OS MAIORES ACCIONISTAS

A **Amorim Energia** está sediada nos Países Baixos e os seus principais accionistas são, a Esperanza Holding B.V. (45%), a Power, Oil & Gas Investments B.V. (30%), a Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. (20%) e a Oil Investments B.V. (5%). O Comendador Américo Amorim controla, directa e indirectamente, 55% da Amorim Energia e os restantes 45% pertencem à Esperanza Holding B.V., controlada pela Sonangol, E.P., empresa estatal angolana que desenvolve a sua actividade no ramo petrolífero.

A **Caixa Geral de Depósitos, S.A.** é uma instituição de crédito integralmente detida pelo Estado português, cujos activos líquidos no final de 2007 eram de 105 mil milhões de euros.

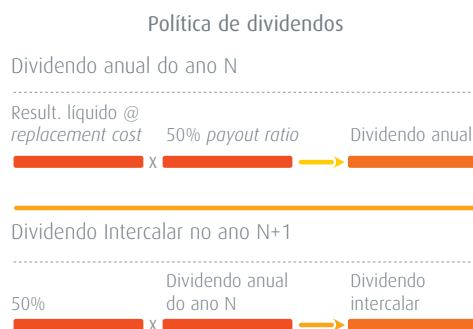
A **Eni** é uma empresa italiana do sector da energia cotada nas bolsas de Milão e Nova Iorque que desenvolve a sua actividade em mais de 70 países nas áreas de Exploração & Produção, Gas & Power, Refinação & Distribuição de Produtos Petrolíferos, Petroquímica e Serviços de Engenharia, Construção e Perfuração. A Eni tem uma produção de petróleo de 1,7 milhões bopd e obteve um resultado líquido de 10 mil milhões de euros em 2007. O *ticker* da Eni na Bloomberg é ENI IM e a sua capitalização bolsista a 31 de Dezembro de 2007 era de 100,3 mil milhões de euros.

A **Parpública** é uma empresa que gere as participações financeiras do Estado português em diversas empresas.

ACORDO PARASSOCIAL

A 29 de Dezembro de 2005, os accionistas de referência da Galp Energia - Amorim Energia, Estado português, através da participação da CGD e Eni - assinaram um acordo parassocial que os obriga a manter as suas participações na Galp Energia até dia 31 de Dezembro de 2010, prazo que se designou "*lock-in period*". Decorrido este prazo, as partes apenas poderão alienar as suas participações sociais em bloco, havendo direito de preferência para as restantes partes. O acordo parassocial termina no final de 2013.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

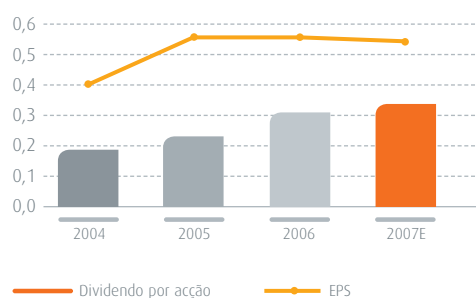


Em 2007 a Galp Energia definiu de forma inequívoca a sua política de dividendos. Por um lado, definiu-se uma distribuição de dividendos equivalente a 50% do resultado líquido apurado utilizando o método de *replacement cost* e, por outro, a Galp Energia decidiu fazer uma distribuição bianual de dividendos, tendo-se tornado numa das primeiras empresas portuguesas a fazê-lo. O dividendo intercalar passa assim a corresponder a 50% do dividendo anual distribuído anteriormente.

Neste sentido, o conselho de administração da empresa proporá à assembleia geral prevista para 6 de Maio de 2008 uma distribuição de dividendos relativos a 2007, equivalente a 0,32 €/acção, 5% acima do valor de 2006, a que corresponde um *dividend yield* de 2% tendo por base o valor da acção no dia 31 de Dezembro de 2007.

Proposta de dividendo de 0,32 €/acção, 5% acima do ano de 2006

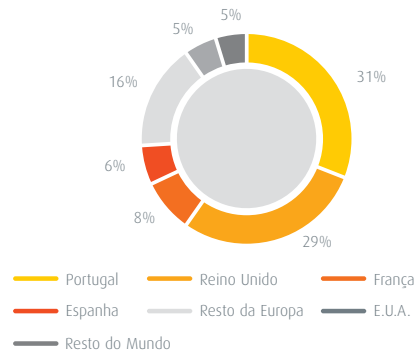


Dividendos e resultado líquido por acção
(€/acção)

Fonte: Galp Energia

Nota: Resultados por acção numa óptica *replacement cost*, com excepção de 2006 que se considerou resultado líquido ajustado do efeito *unbundling*.

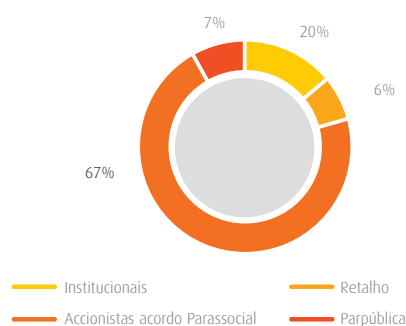
Dispersão geográfica dos investidores institucionais



Fonte: Thomson Financial

PERFIL ACCIONISTA

Tipo de investidor



Fonte: Thomson Financial

Investidores institucionais representam 20% do capital

Após a alienação de participação da Iberdrola, o Reino Unido passou a ser o país com maior peso em termos de investidores institucionais

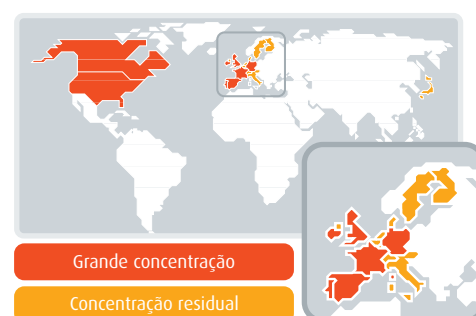
A base accionista da Galp Energia está dividida em quatro grupos distintos. Os signatários do acordo parassocial, a Amorim Energia, a CGD e a Eni, são o grupo com maior participação que perfaz 67% do capital social. Os investidores institucionais, cujo peso aumentou quase 6 p.p. entre 2006 e 2007, representam 20% do capital. Para este aumento contribuiu o fim do período de indisponibilidade das acções atribuídas aos pequenos subscritores e trabalhadores da empresa no âmbito da Oferta Pública de Venda, a 22 de Janeiro de 2007. A participação do segmento de retalho diminuiu 6 p.p. em 2007 para apenas 6% no final do ano.

Portugal continua a ser o país com maior número de investidores institucionais no capital da Galp Energia. Não obstante, a participação de investidores oriundos de

países como a França, a Espanha, o Reino Unido e os Estados Unidos da América tem vindo a aumentar progressivamente face a 2006. No total, estes países representam cerca de 50% dos investidores institucionais, tendo-se assistido durante 2007 a uma concentração de investidores institucionais fora da Península Ibérica, com a redução do peso de investidores institucionais nesta região de 89% para 37%. Observa-se assim que o aumento de investidores institucionais se concentrou fora de Portugal, o que demonstra uma maior visibilidade da Galp Energia na esfera internacional.

A venda da participação da Iberdrola de aproximadamente 3,83%, no final de Janeiro de 2008, foi colocada junto de investidores internacionais, maioritariamente no Reino Unido, o que mudou consideravelmente a base de investidores, passando a ser o país com maior peso em termos de dispersão geográfica.

Dispersão geográfica dos investidores institucionais



Fonte: Thomson Financial

FICHA TÉCNICA DA ACÇÃO GALP ENERGIA

BOLSAS

Euronext Lisbon

ÍNDICES

A acção da Galp Energia está incluída nos principais índices: PSI-20, Dow Jones STOXX 600, Dow Jones Europe STOXX Oil & Gas, Euronext 100, FTSE World Oil & Gas Index.

CÓDIGOS

ISIN	Símbolo: Galp (tipo B)	PTGAL0AM0009
	Símbolo: GalpK (tipo B)	PTGAL2AM0015
	Acções do Estado (tipo A)	PTGALSAM0003
	Acções do Estado (tipo B)	PTGALXAM0006
Sedol		B1FW751
WKN		AOLB24

TICKERS

Reuters – GALPLS; Bloomberg – GALP PL

Nº DE ACÇÕES

O Capital Social da Galp Energia é composto por 829.250.635 acções.

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA

A 31 de Dezembro de 2007, a capitalização bolsista da Galp Energia era de €15,2 mil milhões, comparado com os €5,8 mil milhões a 31 de Dezembro de 2006.

ANALISTAS

No final de 2007 a Galp Energia era analisada por 11 instituições financeiras, que nesse ano emitiram mais de 80 notas de *research* sobre a empresa. Destas 11 instituições, sete iniciaram a sua cobertura da empresa em 2007.

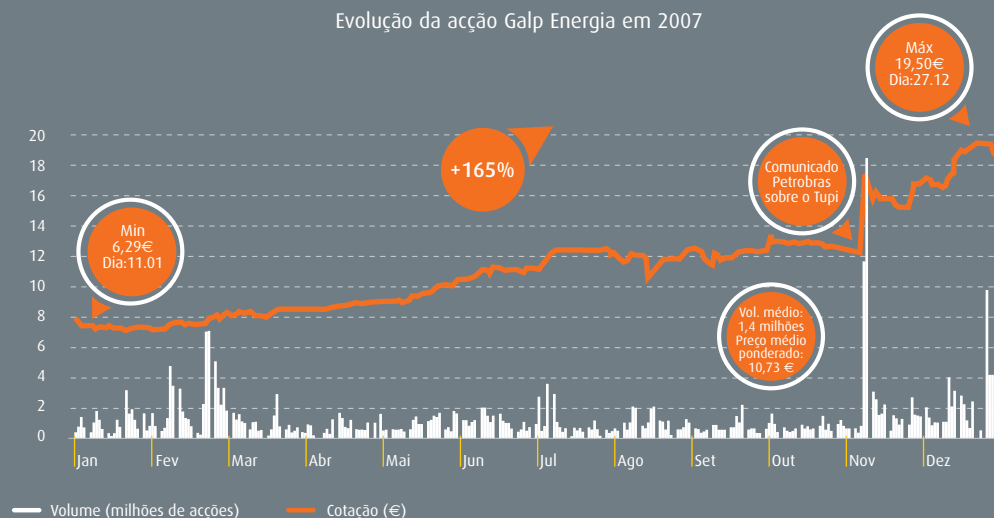
ENTIDADE	ANALISTA	PREÇO ALVO ⁽¹⁾	DATA	RECOMENDAÇÃO ⁽¹⁾
Banif Investment Bank	Gabriela Ramos	€ 15,70	09-11-2007	Buy
BPI	Enrique Soldevilla	€ 14,20	15-11-2007	Hold
Caixa BI	Carlos Jesus	€ 14,60	14-11-2007	Accumulate
Credit Suisse	Will Forbes	€ 18,00	14-12-2007	Outperform
Espírito Santo Research	Pedro Morais	€ 15,00	12-11-2007	Neutral
Lisbon Brokers	Sara Amaral	€ 17,00	18-12-2007	Hold
Merrill Lynch	Hootan Yazhari	€ 17,50	18-12-2007	Buy
Millennium BCP Investimento	Pedro Mendes	€ 14,50	14-11-2007	Neutral
Morgan Stanley	Andrew Bowman	€ 18,00	03-12-2007	Overweight
Santander	Pedro Balcão Reis	€ 14,20	09-11-2007	Buy
UBS	Anish Kapadia	€ 18,00	21-12-2007	Neutral

⁽¹⁾ Preços alvo e recomendações até dia 31 de Dezembro de 2007

Apenas as acções correspondentes aos códigos de ISIN, PTGAL0AM0009 e PTGAL2AM0015 estão admitidas à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon*. No dia 4 de Fevereiro de 2008 estas acções foram agregadas numa única linha de negociação, a transaccionar com o código ISIN PTGAL0AM0009. Deste modo, o símbolo GALPK foi retirado. As acções detidas indirectamente pelo Estado português através da Parpública não estão admitidas à negociação mas apenas registadas junto da *Eurolist by Euronext Lisbon*.

PERFORMANCE DA ACÇÃO

Evolução da acção Galp Energia em 2007



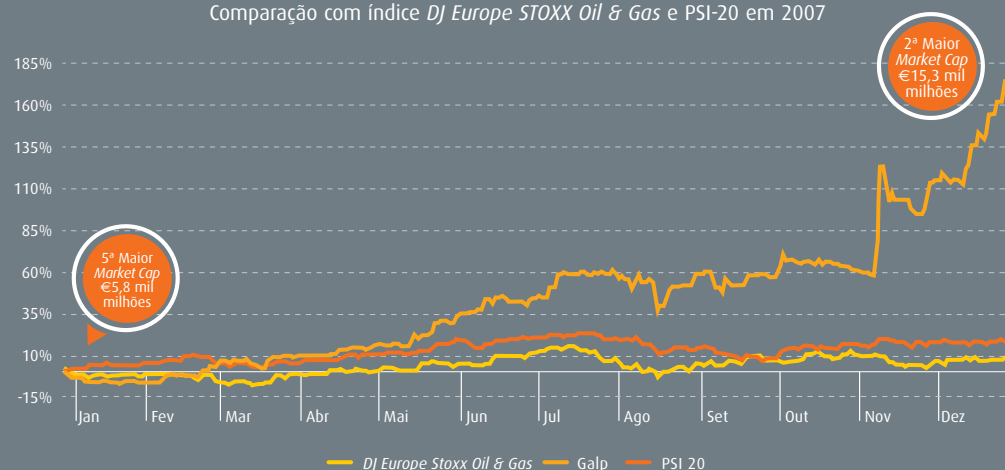
Fonte: Bloomberg

O rendimento total desde o IPO à data de 31 de Dezembro de 2007, incluindo dividendos pagos, foi de 243%.

Em 2007 foram transaccionados mais de 365 milhões de acções, o equivalente a 44% do capital da Galp Energia e a 2,1 vezes o seu *free float*, o que confirmou a elevada liquidez do título Galp Energia na Euronext Lisbon.

Comparativamente ao índice de *Oil & Gas*, *Dow Jones Europe STOXX Oil & Gas*, que valorizou 7% em 2007, a Galp Energia apresentou um desempenho francamente superior.

Comparação com índice DJ Europe STOXX Oil & Gas e PSI-20 em 2007



Fonte: Bloomberg

Em comparação com o PSI-20, o índice accionista de referência do mercado português, que valorizou 16% em 2007, a Galp Energia teve um desempenho muito positivo. Em termos de capitalização bolsista a Galp Energia ocupava, no início do ano, com 5,8 mil milhões de euros, a quinta posição neste índice, tendo terminado o ano de 2007 como a segunda maior empresa do PSI-20.

INVESTOR DAY

O primeiro *Investor Day* da Galp Energia teve lugar no dia 22 de Outubro de 2007, um ano após a estreia da empresa no mercado accionista – mais concretamente na *Euronext Lisbon* – com a sua Oferta Pública Inicial.

O evento permitiu juntar mais de 60 investidores e analistas nacionais e internacionais e serviu para aproximar a administração da empresa da realidade do mercado accionista.

Durante o *Investor Day*, os administradores executivos da empresa apresentaram informação detalhada sobre as respectivas áreas de negócio assim como sobre os seus principais objectivos.

As apresentações do *Investor Day* estão disponíveis no site do investidor da Galp Energia em

<http://investor.relations.galpennergia.com/galpir>

CALENDÁRIO FINANCEIRO 2008

Em linha com as melhores práticas de mercado e com o objectivo de manter a transparência nas relações com o mercado de capitais, a Galp Energia publica, no final de cada ano, o calendário financeiro com as datas da divulgação dos resultados trimestrais e da Assembleia Geral a realizar no ano de 2008.

Divulgação de resultados do 4º trimestre e doze meses de 2007	5 Março 2008
Aprovação do Relatório & Contas 2007	1 Abril 2008
Assembleia Geral	6 Maio 2008
Divulgação de resultados do 1º trimestre de 2008	14 Maio 2008
Divulgação de resultados do 2º trimestre e 1º semestre de 2008	6 Agosto 2008
Aprovação do Relatório & Contas do 1º semestre de 2008	28 Agosto 2008
Divulgação de resultados do 3º trimestre e nove meses de 2008	12 Novembro 2008
Divulgação de resultados do 4º trimestre e doze meses de 2008	4 Março 2009

— Eventos já realizados

© 6.3 CAPITAL HUMANO

COMPETÊNCIA, MOTIVAÇÃO E DEDICAÇÃO SÃO OS INGREDIENTES FUNDAMENTAIS PARA O ÊXITO DA EMPRESA

5.798 RAZÕES PARA ACREDITAR QUE A GALP ENERGIA ESTÁ PREPARADA PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS



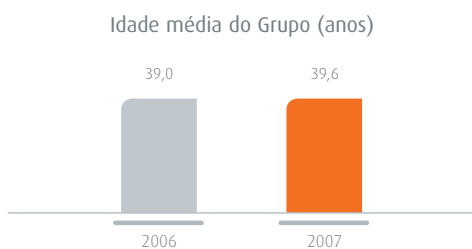
GESTÃO DE PESSOAS PARA O SUCESSO

Preparar e desenvolver o capital humano para responder aos desafios do seu plano estratégico é uma prioridade para a Galp Energia. Neste sentido, a empresa desenvolveu em 2007 as fases de diagnóstico e de conceptualização do projecto denominado *GPS – Gestão de Pessoas para o Sucesso* com o objectivo de instituir um modelo para a gestão integrada dos recursos humanos da empresa, orientado para o desenvolvimento das pessoas e para o crescimento dos negócios. No âmbito deste projecto foram revistas todas as políticas, instrumentos e processos de gestão dos recursos humanos no sentido da sua modernização, articulação e consolidação, em linha com as melhores práticas do mercado, nomeadamente no desenvolvimento de competências, programas de mobilidade, avaliação de desempenho e gestão de compensações.

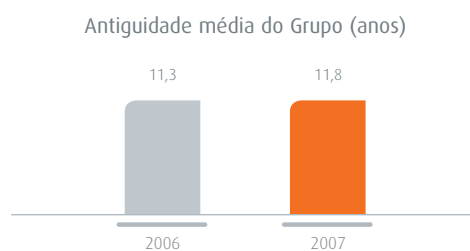
UMA NOVA GERAÇÃO

O processo de recrutamento da Galp Energia foi revisto, no sentido de fortalecer a relação com as universidades e assegurar um maior envolvimento das unidades de negócio, tendo em vista o recrutamento de jovens quadros com grande potencial de desenvolvimento.

Deu-se assim continuidade ao programa de “*trainees*”, dirigido aos melhores alunos das universidades mais conceituadas, que cumpriram durante cerca de um ano um programa de estágio exigente e selectivo, para posterior recrutamento dos que demonstraram melhores condições para poderem dar um contributo efectivo para o desenvolvimento da empresa.



A aposta na contratação de quadros mais jovens será essencial para dotar a Galp Energia, e em especial algumas das suas áreas específicas como a Exploração & Produção, de colaboradores com um nível mais elevado de qualificações. Outro efeito subsequente será a redução da idade e da antiguidade médias da empresa.



Em 2007, cerca de 37% dos colaboradores da Galp Energia eram mulheres, percentagem que aumenta para 40% se considerarmos apenas os quadros médios e superiores da empresa.

Criação em 2007 de um modelo de gestão integrado dos recursos humanos da empresa

SISTEMAS DE GESTÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho é um factor importante para não só assegurar um nível de exigência elevado mas também fomentar uma cultura de promoção e de recompensa baseada no mérito pessoal e da equipa com apoio em critérios objectivos. Em 2007 introduziram-se alterações no sistema de gestão de desempenho, com a separação da avaliação de objectivos da avaliação de competências. A primeira alteração incidiu no compromisso individual de entrega de resultados, tendo por base contratos de gestão subscritos pela gestão de topo, onde são estabelecidos e desagregados pelos diversos colaboradores os objectivos a atingir pelas diversas unidades de negócio. A segunda alteração focou a monitorização contínua do desenvolvimento individual, orientado para a adequação do perfil à função desempenhada.

Foi também introduzida a metodologia de avaliação a 360º que, neste primeiro ano de implementação, abrange toda a gestão de topo. Esta metodologia consiste na avaliação de cada quadro pelo seu superior hierárquico, pelos seus pares, pelos colaboradores que dele dependem, para além duma auto-avaliação.

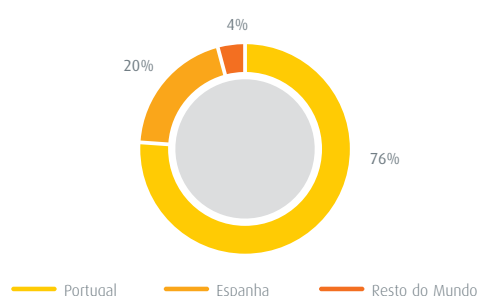
Cerca de 37% dos colaboradores da Galp Energia são mulheres

Cerca de 4%
dos trabalhadores
da Galp Energia
trabalham fora
da Península Ibérica

MOBILIDADE GEOGRÁFICA

O negócio da Galp Energia, tem-se tornado cada vez mais global, principalmente com o desenvolvimento das actividades de Exploração & Produção nos mais variados pontos do globo, nomeadamente, em Angola, Moçambique, no Brasil, na Venezuela, em Timor-Leste e em Portugal. De forma a responder a esta nova necessidade redefiniram-se as políticas de expatriação e destacamento no sentido de estimular a mobilidade geográfica. Neste momento cerca de 4% dos colaboradores da Galp Energia já trabalham fora da Península Ibérica.

Dispersão geográfica a 31 de Dezembro de 2007



3.700 colaboradores
receberam formação
em 2007

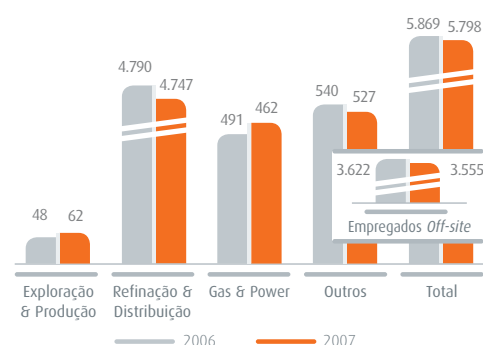
A FORMAÇÃO É UM FACTOR CHAVE

Considerando que para vencer os desafios que se colocam à Galp Energia é indispensável a boa preparação dos seus colaboradores, a empresa continua a apostar fortemente em acções de formação alinhadas com as necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores. Estas acções traduziram-se em 2007 em mais de 140.000 horas de formação, abrangeram cerca de 3.700 colaboradores e incidiram sobre temas como competências de negociação para as áreas comerciais e a consolidação da bolsa de auditores internos para a área de ambiente, qualidade e segurança.

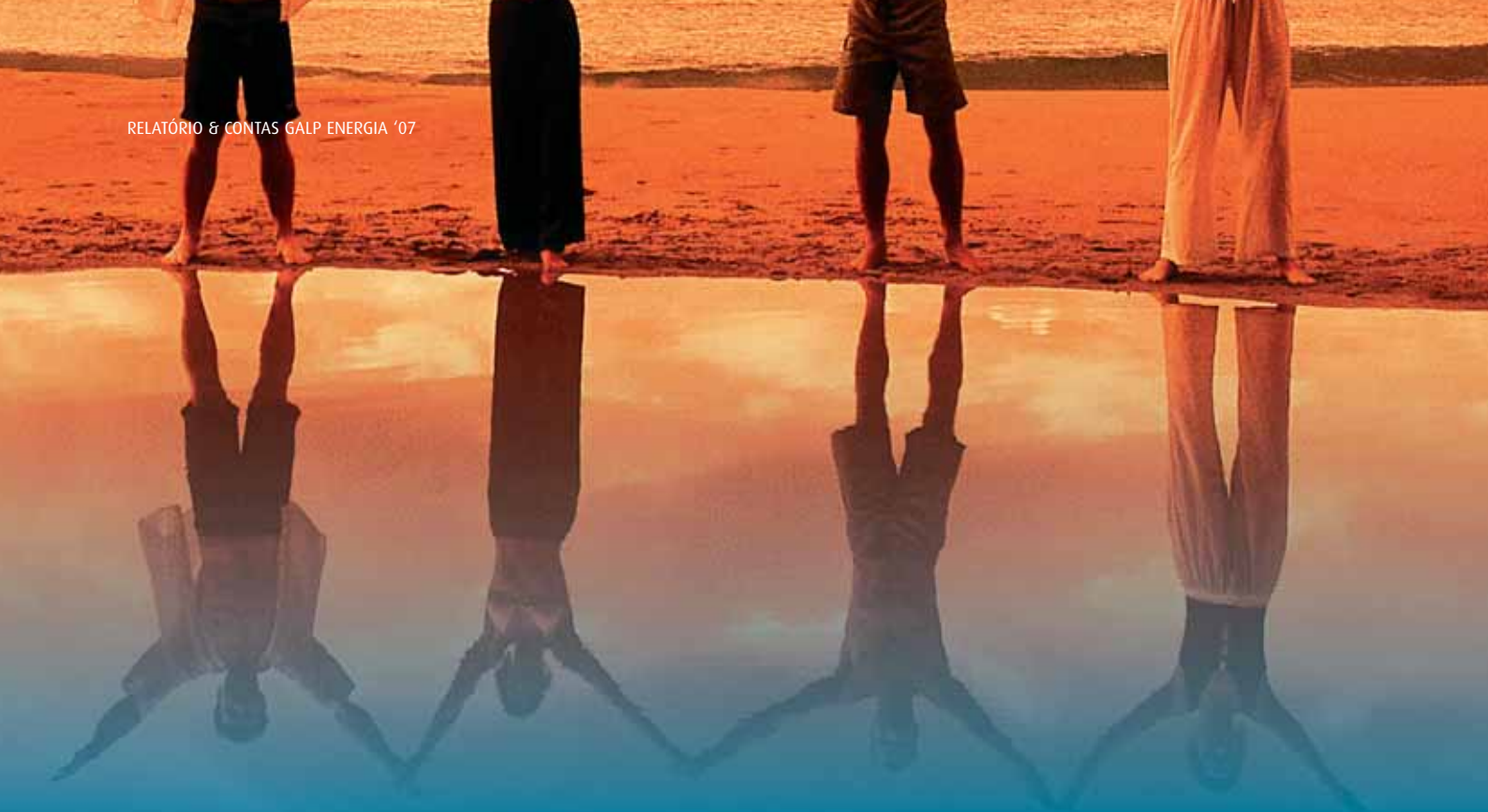
Em 2007 a Galp Energia lançou o projecto “Terças Temáticas”, um espaço de partilha de conhecimentos e de experiências, através de conferências sobre os mais variados temas, de âmbito sócio-profissional, orientadas quer por quadros da empresa quer por oradores externos, nas quais participaram cerca de 2.000 colaboradores.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Colaboradores por segmento de negócio



No final de 2007, a Galp Energia tinha menos 71 colaboradores do que no início do ano, resultado duma redução de efectivos em quase todos os segmentos de negócio. O único segmento que contrariou esta tendência foi a Exploração & Produção que, face aos desenvolvimentos durante o ano, nomeadamente o crescimento da actividade no Brasil, foi dotado de mais recursos.



© 6.4 RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A PRÓ-ACTIVIDADE E A PREVISÃO DA NECESSIDADE DE INVESTIR PARA SATISFAZER AS CRESCENTES EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE SEGURANÇA, TORNAM-SE CADA VEZ MAIS FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA CRIAÇÃO DE VALOR PARA TODAS AS PARTES INTERESSADAS

○ SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE

Na Galp Energia, à semelhança da evolução noutras empresas do mesmo sector tanto na União Europeia como a nível mundial, tem-se assistido, num contexto de sustentabilidade, à crescente integração dos objectivos ambientais e de segurança na estratégia das empresas.

VISÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE NA GALP ENERGIA

DE ACORDO COM O COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL QUE ASSUMIMOS, A NOSSA META É ALCANÇAR OS ZERO ACIDENTES, QUER SEJAM ACIDENTES PESSOAIS, MATERIAIS, AMBIENTAIS, OPERACIONAIS OU RODOVIÁRIOS.

Pretendemos alcançar uma cultura sustentável de prevenção baseada numa gestão de segurança, saúde ocupacional e protecção ambiental de elevado desempenho que garanta uma redução de riscos e uma reputação de excelência.

Neste percurso para a excelência, a Galp Energia monitorizará continuamente o seu desempenho.

NO FINAL DE 2010

A Galp Energia tornar-se-á uma referência europeia de segurança, saúde ocupacional e protecção do ambiente no sector petrolífero:

- Toda a organização integrará de forma sistemática a vertente segurança, saúde ocupacional e protecção ambiental nas suas operações quotidianas;
- Os nossos indicadores de segurança, saúde ocupacional e protecção ambiental serão dos melhores do sector na Europa.

Todas as entidades e o público em geral terão a possibilidade de confirmar o progresso e a melhoria alcançados.

○ POLÍTICA DE SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE

A nossa meta é alcançar
zero acidentes

A Galp Energia dedica grande parte dos seus investimentos ao ambiente e à segurança com o objectivo de alinhar as suas instalações com as melhores práticas e técnicas de produção e de gestão operacional disponíveis, melhorando as condições de segurança e eliminando ou reduzindo o impacto da sua actividade nos recursos hídricos, nas emissões atmosféricas e nos solos.

O modo como são geridos os activos da Galp Energia reflecte os princípios subjacentes à sua política de segurança, saúde e ambiente. Os planos de investimento visam implementar a estratégia de curto e de longo prazo da empresa e os objectivos de melhoria contínua no domínio da segurança, com a consequente redução da sinistralidade e a minimização dos impactos ambientais, prevenindo a poluição.

A Galp Energia entende que a protecção do ambiente para salvaguarda da segurança e da saúde de colaboradores, clientes e da comunidade em geral são valores essenciais para a sustentabilidade da empresa. Nesta medida, a empresa está consciente da sua responsabilidade na gestão do impacto das suas actividades, dos seus produtos e dos seus serviços nas comunidades em que se insere.

No plano tecnológico, as unidades industriais da Galp Energia seguem os padrões adequados às exigências de segurança, de produção eficiente de energia e de qualidade dos combustíveis petrolíferos.

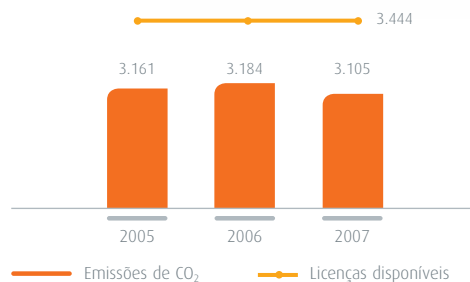
Em 2007 concluiu-se o processo de licenciamento ambiental das instalações PCIP (Prevenção e Controlo Integrados da Poluição), em que estão incluídas as refinarias. O objectivo principal deste licenciamento é garantir a protecção do ambiente no seu todo. Espera-se que em 2008 as licenças sejam emitidas na sua versão definitiva.

○ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No contexto internacional, a União Europeia assumiu um papel de liderança na redução das emissões de GEE, em especial de dióxido de carbono, tendo vindo a considerar um número de decisões que lhe permitirão cumprir os objectivos de redução de emissões estabelecidos para o período entre 2008 e 2012.

Alinhada com os objectivos da União Europeia, a Galp Energia assume como principal objectivo e desafio nesta matéria a redução de emissões de GEE pelas suas instalações industriais. Consciente da importância do sector dos transportes nas emissões nacionais de GEE, a Galp Energia procura influenciar indirectamente a redução das emissões deste sector, através da introdução no mercado de combustíveis com menor teor de carbono.

Emissões de CO₂ da Galp Energia (Kton)



A quantidade de licenças de emissão de GEE atribuídas ao sector da refinação e às cogerações exploradas pela Galp Energia para o período 2008-2012 serão suficientes para as necessidades das instalações, considerando os perfis de produção previstos neste período, ainda que sejam 3,7% inferiores às atribuídas no período anterior.

Considerando os futuros investimentos da Galp Energia nos sectores refinador e eléctrico, as novas instalações da empresa estarão sujeitas aos mecanismos definidos no actual quadro legislativo para as condições de acesso aos montantes reservados para novas instalações.

O projecto de conversão que a Galp Energia pretende realizar nas suas refinarias irá resultar num redimensionamento e numa reconfiguração da estrutura produtiva, com a instalação de uma unidade de *hydrocracker*, entre outros equipamentos. O gasóleo produzido nesta unidade terá um elevado teor de hidrogénio, superior ao gasóleo convencional, o que reduzirá as emissões de poluentes atmosféricos pelos transportes rodoviários. Após este projecto, a carteira de produtos da Galp Energia terá uma redução de *inputs* de carbono, o que implicará uma redução estimada de cerca de 60 mil toneladas de CO₂ por ano na utilização de gasóleo, gasolina, GPL e fuelóleo nos sectores industrial e dos transportes. Globalmente, o índice de emissão associado à utilização deste conjunto de produtos diminuirá cerca de 0,9%, o que confirma a importância ambiental deste projecto.

No período de 2005-2007, a Galp Energia cumpriu as quotas de emissão de CO₂ que lhe foram atribuídas, no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão





A par do projecto de conversão, também a instalação de duas centrais de cogeração nas refinarias irá ter efeitos positivos no meio ambiente. Este projecto terá um efeito de redução, a nível nacional, das emissões de CO₂, SO₂ e NO_x bem como das emissões de SO₂ a nível das próprias instalações, dada a substituição de caldeiras a fuelóleo por caldeiras a gás natural. Espera-se que a nível nacional as emissões de CO₂ diminuam cerca de um milhão de toneladas por ano.

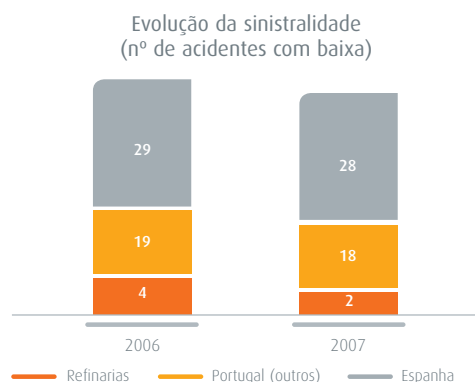
○ PROGRAMA DE SEGURANÇA DA GALP ENERGIA

A Galp Energia, tal como as suas congéneres, opera normalmente em ambientes de risco. Neste contexto, a empresa tem a responsabilidade de tomar todas as medidas e de efectuar todas as acções necessárias à eliminação ou minimização dos riscos existentes, salvaguardando a segurança de pessoas, dos bens e do ambiente, em prol da sua própria sustentabilidade.

A adequação dos comportamentos e das atitudes de todos os colaboradores da empresa às melhores práticas do mercado, em todas as actividades, é uma condição básica da sua sustentabilidade e está na origem do Programa de Segurança da Galp Energia, que tem como foco o desenvolvimento e a evolução da cultura de segurança de todos os colaboradores e parceiros da Galp Energia, com o objectivo de reforçar o compromisso assumido com a segurança de cada trabalhador.

O programa de segurança da Galp Energia tem como objectivo reforçar o compromisso assumido na segurança de cada trabalhador

Em 2007 foram mantidas todas as certificações e as acreditações que existiam em 2006



A aprovação dum conjunto de procedimentos críticos de segurança, saúde e ambiente e a formação de mais de 2.000 colaboradores foram, em 2007, marcos decisivos no desenvolvimento do programa e nos esforços de redução da sinistralidade e de procura da excelência.

○ QUALIDADE

○ POLÍTICA DA QUALIDADE

Enquanto empresa de referência no sector da energia, a Galp Energia está consciente da sua responsabilidade empresarial e da necessidade de contribuir, a par doutros agentes, para o desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, a empresa aprovou em Maio de 2007 uma nova Política da Qualidade, onde se enunciam os elementos do seu compromisso com a melhoria contínua, com os seus processos, produtos e serviços e a prioridade que estes aspectos têm na consolidação do prestígio da marca Galp Energia.

○ NA VANGUARDA DA PROCURA DE NOVAS SOLUÇÕES

No âmbito da qualidade, a Galp Energia continuou a apostar na melhoria contínua quer no aperfeiçoamento constante do desempenho dos seus produtos, com o lançamento da nova gasolina Galp Gforce 95, quer na procura de novas soluções tecnológicas, nomeadamente no que se refere aos biocombustíveis.

○ GARANTIA DE QUALIDADE

De modo a garantir o cumprimento da lei no normativo de referência e a promover a melhoria do desempenho global em matéria de AQS, a Galp Energia executou em 2007 um vasto programa de auditorias internas que garantiram a avaliação contínua do desempenho dos sistemas, dos processos e das actividades.

No âmbito das qualificações, a Galp Energia continuou em 2007 a sua estratégia neste domínio, tendo sido mantidas as certificações e as acreditações que existiam em 2006.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social e os valores que lhe estão inerentes têm orientado as acções da Galp Energia nos diversos sectores onde exerce a sua actividade.

Em 2007 destacaram-se dois grandes projectos que se enquadram na estratégia da Galp Energia no âmbito da responsabilidade social: a criação da Plataforma Nacional Contra a Obesidade e o apoio ao Fórum ECO.

PLATAFORMA CONTRA A OBESIDADE

A Plataforma Contra a Obesidade surgiu com a assinatura dum protocolo com o Ministério da Saúde para a criação de mecanismos de intervenção e de actuação eficazes e a promoção de padrões correctos de comportamento alimentar e de actividade física saudável. O objectivo é combater esta doença, considerada pela Organização Mundial de Saúde a epidemia global do século XXI.

Esta plataforma será mais amplamente divulgada sob a insígnia *Movimento Energia Positiva* e terá como principais acções campanhas de sensibilização nas escolas com a criação de um *kit* escolar com diversos equipamentos para estimular o exercício físico, a criação de equipas de promotores em locais com grande circulação de pessoas para sensibilização do público em geral e a criação dum menu – *A Sugestão Positiva do Dia* – nas estações de serviço da Galp Energia que disponibilizará sugestões de refeições saudáveis e variadas.

FÓRUM ECO

A Galp Energia assinou em 2007 um protocolo de adesão ao Fórum ECO, uma iniciativa que visa enquadrar e articular a participação da sociedade civil na defesa da floresta portuguesa e no combate aos incêndios florestais.

Inserido no programa global de responsabilidade social da Galp Energia, este apoio consistirá na disponibilização dum conjunto de meios próprios para a divulgação da campanha nacional de combate aos incêndios florestais, nomeadamente

a cedência de espaço publicitário das montras e portas de algumas das lojas de conveniência, bem como a realização de acções de sensibilização como a distribuição de folhetos nos postos de abastecimento.

OUTROS PROJECTOS

BERLENGA – Laboratório de Sustentabilidade.

Criação duma ilha sustentável em termos de energia, dotada de equipamentos para gerir e armazenar energia produzida a partir de fontes renováveis, produzir água potável, bem como tratar águas residuais e resíduos sólidos.

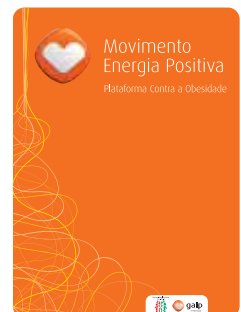
Apoio à Comunidade Vida e Paz, associação que distribui alimentos e mantimentos com recurso a carrinhas para as quais a Galp Energia disponibiliza combustível.

Parque de Serralves, envolvendo uma contribuição financeira por parte da Galp Energia. Entre as novidades a introduzir no âmbito do protocolo destaca-se a organização e dinamização do programa "Viver com Energia", o qual visa promover a consciência ambiental e a sensibilização para a utilização racional da energia.

Solidariedade com a AMI, desenvolvendo um sistema de recolha selectiva de resíduos informáticos, cuja valorização reverte a favor da Associação Médica Internacional.

Fundação Casa da Música. A Galp Energia apoia o projecto educativo desta fundação, fomentando a formação artística enquanto atributo essencial da cidadania e inclusão social.

Campanha de Segurança Rodoviária junto das escolas, apoiando acções de sensibilização para a segurança e promovendo comportamentos defensivos na estrada e nos transportes públicos, em conjunto com a ETG - Empresa de Transportes, em escolas dos Concelhos de Gondomar, Valongo, Porto, Maia, Penafiel, Paredes, Matosinhos e Vila Nova de Gaia.



Plataforma Contra a Obesidade

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)



2007 O PRINCÍPIO DE UMA ETAPA MAIOR

7.1 INFORMAÇÃO ADICIONAL

ORGÃOS SOCIAIS

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela empresa Galp Energia, SGPS, S.A..

A composição actual dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., eleitos para o mandato 2005-2007, é a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO⁽¹⁾

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidentes:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Dr. Francesco Antonietti⁽²⁾

Vogais:

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Enrico Griges⁽³⁾

Eng. Manuel Domingos Vicente

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Eng. Angelo Fanelli⁽⁴⁾

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva⁽⁵⁾

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidentes:

Dr. Francesco Antonietti

Eng. José António Marques Gonçalves

Vogais:

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Enrico Griges

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Dr. José Gomes Honorato Ferreira

Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Dr. Amável Alberto Freixo Calhau

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efectivo:

Deloitte & Associados, SROC S.A., com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 – 6.º – 1050-094 Lisboa, inscrita na OROC com o n.º 43 e inscrita na CMVM com o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992;

Suplente:

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL⁽⁶⁾

Presidente:

Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

Vice-presidente:

Dr. Victor Manuel Pereira Dias

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efectivo:

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos
representada pelo Dr. António Maldonado Gonelha

Vogais:

Amorim Energia, B.V.

representada pelo Comendador Américo Amorim

Eni S.p.A

representada pelo Dr. Giancarlo Cepollaro

(1) No dia 25 de Fevereiro de 2008 o Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura apresentou a renúncia às funções de membro do conselho de administração com efeitos a 31 de Março de 2008.

(2) Cooptado na reunião de conselho de administração de 19 de Setembro de 2007, em substituição do Eng. Giancarlo Rossi.

(3) Cooptado na reunião de conselho de administração de 20 de Dezembro de 2007, com eficácia a 1 de Janeiro de 2008, em substituição de Eng. Massimo Rivara.

(4) Cooptado na reunião de conselho de administração de 19 de Setembro de 2007, em substituição do Dr. Angelo Taraborrelli.

(5) Cooptado na reunião de conselho de administração de 24 de Abril de 2007, em substituição de Manuel Carlos Costa da Silva.

(6) O Dr. Carlos Manuel Baptista Lobo apresentou no dia 1 de Fevereiro de 2008 renúncia ao cargo de secretário da mesa da Assembleia Geral.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela empresa Galp Energia, SGPS, S.A..

A Galp Energia, SGPS, S.A. encerrou o exercício de 2007 com resultados líquidos positivos de 560.842.229 euros. Estes resultados são os constantes das contas individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentadas de acordo com os normativos contabilísticos nacionais, definidos no Plano Oficial de Contabilidade ("POC").

O conselho de administração propõe que esses resultados sejam aplicados da seguinte forma:

	€
Dotação à reserva legal (5%)	28.042.111
Distribuição de dividendos (0,32 €/acção)	265.360.203
Resultados transitados	267.439.915
Total	560.842.229

Por decisão do conselho de administração de 17 de Outubro de 2007, a sociedade efectuou o pagamento, no dia 7 de Novembro, de um dividendo intercalar relativo ao exercício de 2007, no valor ilíquido de 0,152 €/acção.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidentes:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Dr. Francesco Antonietti

Vogais:

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Enrico Grigesì

Eng. Manuel Domingos Vicente

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Eng. Angelo Fanelli

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRECTAS E INDIRECTAS EM 31/12/2007

(Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

ACCIONISTAS	Nº DE ACÇÕES	% CAPITAL	% VOTO
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Banco BPI, S.A.	42.220.051	5,09%	5,09%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Eni, S.p.A.	276.472.160	33,34%	33,34%
Iberdrola, S.A.	33.170.025	4,00%	4,00%
Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes accionistas	134.544.214	16,23%	16,23%
Total	829.250.635	100,00%	-

Em resultado das operações realizadas em bolsa, o Banco BPI, S.A. comunicou à Galp Energia, que à data de 31 de Janeiro de 2008 a participação qualificada imputável ao Banco BPI, S.A. era de 3,995%. Também em Janeiro, dia 30, a Iberdrola vendeu a totalidade da sua participação social na Galp Energia, cerca de 3,83%.

ACÇÕES PRÓPRIAS

Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2007 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2007, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

POSIÇÃO ACCIONISTA A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

Nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	TOTAL DE ACÇÕES 31.12.2006	AQUISIÇÃO			ALIENAÇÃO			TOTAL DE ACÇÕES 31.12.2007
		DATA	Nº ACÇÕES	VALOR	DATA	Nº ACÇÕES	VALOR	
Francisco Luís Murteira Nabo	1.900	08.02.2007	3.825	6,60	12.02.2007	3.825	6,75	
					01.03.2007	1.900	7,01	-
Manuel Ferreira De Oliveira		04.01.2007	735	6,81	-	-	-	
		04.01.2007	747	6,70	-	-	-	
		02.02.2007	780	6,40	-	-	-	
		02.03.2007	690	7,25	-	-	-	
		05.03.2007	715	7,10	-	-	-	
		11.04.2007	665	7,52	-	-	-	
		02.05.2007	626	7,99	-	-	-	
		01.06.2007	540	9,28	-	-	-	
		02.07.2007	1.013	9,87	-	-	-	
		02.07.2007	1.000	9,97	-	-	-	
		02.08.2007	926	10,80	-	-	-	
		03.09.2007	910	11,03	-	-	-	
		01.10.2007	921	10,86	-	-	-	
		06.11.2007	911	10,97	-	-	-	
	28.640	03.12.2007	656	15,23	-	-	-	40.475
Francesco Antonietti	-	23.07.2007	1.000	11,05	-	-	-	1.000
José António Marques Gonçalves	3.900	-	-	-	-	-	-	3.900
Fernando Manuel dos Santos Gomes	1.900	-	-	-	-	-	-	1.900
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	-	950
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-	-
Enrico Grigesì	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-
Camillo Gloria	-	-	-	-	-	-	-	-
Diogo Mendonça Rodrigues Tavares	940	-	-	-	-	-	-	940
Angelo Fanelli	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Nuno Gomes da Silva	2.410	-	-	-	-	-	-	2.410
Marco Alverá	-	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Alves de Oliveira Pinto	-	07.02.2007	15.000	6,41	-	-	-	15.000
Pedro António do Vadre Castelino e Alvim	-	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Maria Alberti	-	-	-	-	-	-	-	-
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-
José Gomes Honorato Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-
REVISOR OFICIAL DE CONTAS								
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-

NEGÓCIOS DE ADMINISTRADORES COM A SOCIEDADE

Artigos 66.º alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não se registaram em 2007 autorizações a membros do conselho de administração da Galp Energia para a realização de negócios com a sociedade.

EXERCÍCIO PELOS ADMINISTRADORES DE OUTRAS ACTIVIDADES

Artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais

Com excepção do Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito até à sua eleição para vogal do conselho de administração ocorrida em 24 de Maio de 2005, nenhum dos restantes administradores exerceu, durante o exercício de 2007, na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

Durante o exercício de 2007 os administradores não exerceram, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A SOCIEDADES DO GRUPO E POSIÇÕES CREDORES SOBRE SOCIEDADES PARTICIPADAS

Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro

Ver a Nota 16 (Prestação de serviços a sociedades do Grupo) do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas Individuais.

7.2 CONTAS CONSOLIDADAS

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Dezembro 2007	Dezembro 2006 + reexpresso ^(a)
Proveitos operacionais:			
Vendas	6	12.433.024	12.046.037
Prestação de Serviços	6	127.089	146.701
Outros proveitos operacionais	6	101.071	361.394
Total de proveitos operacionais:		12.661.184	12.554.132
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	7	10.429.950	10.405.054
Fornecimentos e serviços externos	7	630.197	550.151
Custos com o pessoal	7	281.206	306.538
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	7	256.850	256.639
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	7	20.805	34.817
Outros custos operacionais	7	31.337	32.769
Total de gastos operacionais:		11.650.345	11.585.968
Resultados operacionais:		1.010.839	968.164
Proveitos financeiros	9	16.646	32.234
Custos financeiros	9	(50.314)	(62.006)
Ganhos (perdas) cambiais		(8.866)	2.061
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	4	81.170	21.115
Rendimentos de instrumentos financeiros	28	645	1.047
Outros ganhos e perdas		(932)	(1.063)
Resultado antes de impostos:		1.049.188	961.552
Imposto sobre o rendimento	10	(267.993)	(202.910)
Resultado antes de interesses minoritários:		781.195	758.642
Resultado afecto aos interesses minoritários		(4.568)	(3.868)
Resultado líquido consolidado do período		776.627	754.774
Resultado por acção (valor em Euros)	11	0.94	0.91

(a) Valores reexpressos face às contas aprovadas no exercício de 2006 (vide nota 2.24).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O Conselho de Administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Francesco Antoniotti

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Enrico Grigesi

Eng. Camilo Glória

Eng. Angelo Fanelli

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverá

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Activo	Notas	Dezembro 2007	Dezembro 2006
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	13	2.107.736	1.927.247
Goodwill	12	17.222	17.032
Outros activos fixos intangíveis	13	309.502	324.767
Participações financeiras em associadas	4	148.755	147.362
Participações financeiras em participadas	5	1.047	1.017
Outras contas a receber	15	89.149	106.757
Activos por impostos diferidos	10	131.891	145.497
Outros investimentos financeiros	18 e 28	1.475	1.395
Total de activos não correntes:		2.806.777	2.671.074
Activo corrente:			
Inventários	17	1.422.064	1.065.264
Clientes	16	1.077.059	960.279
Outras contas a receber	15	330.049	318.702
Outros investimentos financeiros	18 e 28	6.538	14.023
Caixa e seus equivalentes	19	107.176	212.468
Total do activos correntes:		2.942.886	2.570.736
Total do activo:		5.749.663	5.241.810
Capital Próprio Passivo			
Capital próprio:			
Capital social	20	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(22.818)	(10.385)
Outras reservas	21	146.438	107.024
Reservas de cobertura		1.307	710
Resultados acumulados		717.562	254.757
Dividendos antecipados	30	(126.046)	-
Resultado líquido consolidado do período		776.627	754.774
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.404.327	2.018.137
Interesses minoritários	22	21.988	18.537
Total do capital próprio:		2.426.315	2.036.674
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	23	279.712	287.089
Empréstimos obrigacionistas	23	225.772	225.772
Outras contas a pagar	25	61.757	70.598
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	24	253.552	242.180
Passivos por impostos diferidos	10	147.593	92.927
Outros instrumentos financeiros	28	5	252
Provisões	26	82.571	82.643
Total do passivo não corrente:		1.050.962	1.001.461
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	23	335.767	566.081
Empréstimos obrigacionistas	23	-	20.435
Fornecedores	27	955.553	692.379
Outras contas a pagar	25	981.065	843.454
Outros instrumentos financeiros	28	-	2.927
Imposto corrente sobre rendimento a pagar	10	0	78.399
Total do passivo corrente:		2.272.386	2.203.675
Total do passivo:		3.323.948	3.205.136
Total do capital próprio e do passivo:		5.749.663	5.241.810

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O Conselho de Administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Francesco Antonietti

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Enrico Grigesí

Eng. Camilo Glória

Eng. Angelo Fanelli

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverá

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DEZEMBRO DE 2007 (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Dezembro 2007	Dezembro 2006
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		11.970.796	14.069.461
Pagamentos a fornecedores		(7.766.243)	(10.247.821)
Pagamentos ao pessoal		(177.493)	(216.735)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.560.429)	(2.505.927)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(280.074)	(176.783)
Contribuições para o fundo de pensões	24	(8.771)	(23.966)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados	24	(14.710)	(12.150)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados	24	(10.453)	(9.870)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(300.688)	(96.592)
Fluxos das actividades operacionais (1)		851.935	779.617
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações Financeiras		14.118	25.113
Activos fixos tangíveis		1.140	9.572
Activos fixos intangíveis		1.213	118
Subsídios de investimento	14	62.988	19.328
Juros e proveitos similares		5.118	14.572
Dividendos	4	55.756	43.591
<i>Unbundling</i>	31	24.026	790.161
Empréstimos concedidos		195	1.373
		164.354	903.828
Pagamentos respeitantes a:			
Participações Financeiras		(10.815)	(6.315)
Activos fixos tangíveis		(386.227)	(303.960)
Activos fixos intangíveis		(39.459)	(37.093)
Empréstimos concedidos		(34)	(301)
		(436.535)	(347.669)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(271.981)	556.159
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.287.680	842.501
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão			350
Juros e proveitos similares		2.794	1.122
Letras descontadas		7.532	2.327
		2.298.006	846.300
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.451.749)	(802.003)
Reembolso de Empréstimos do BEI no âmbito da operação de <i>Unbundling</i>	31		(309.255)
Juros de empréstimos obtidos		(14.739)	(22.582)
Juros e custos similares		(32.639)	(33.026)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(379.028)	(1.095.131)
Reembolso de letras descontadas		(7.956)	(5.247)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(103)	(134)
Juros de contratos de locação financeira		(4)	(4)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(1.110)	(3.270)
		(2.887.328)	(2.270.652)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(589.322)	(1.424.352)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(9.368)	(88.576)
Efeito das diferenças de câmbio		(8.364)	(4.236)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	822	93.634
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	(16.910)	822

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O Conselho de Administração

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Francesco Antonietti

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Enrico Griges

Eng. Camilo Glória

Eng. Angelo Fanelli

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Marco Alverá

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (IFRS/IAS)
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital Social	Prémios de emissão de acções	Reservas de conversão	Outras reservas (Nota 21)
Saldo em 1 de Janeiro de 2006		829.251	82.006	(1.879)	84.926
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	21	-	-	-	22.098
Distribuição de dividendos	30	-	-	-	-
Outros aumentos/diminuições reservas de cobertura	28	-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros	10	-	-	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(3.521)	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas associadas)	4	-	-	(4.985)	-
Variações de interesses minoritários	22	-	-	-	-
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio		-	-	(8.506)	22.098
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		829.251	82.006	(10.385)	107.024
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	21	-	-	-	39.877
Distribuição de dividendos/Dividendos Antecipados	30	-	-	-	-
Outros aumentos/diminuições reservas de cobertura	28	-	-	-	-
Outras Variações		-	-	-	(463)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	10	-	-	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(7.399)	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas associadas)	4	-	-	(5.034)	-
Variações de interesses minoritários	22	-	-	-	-
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio		-	-	(12.433)	39.414
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		829.251	82.006	(22.818)	146.438

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Técnico Oficial de Contas
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O Conselho de Administração
Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Francesco Antonietti
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Enrico Grigesì
Eng. Camilo Glória
Eng. Angelo Fanelli
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Dr. Marco Alverá
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

Reservas de Cobertura	Resultados acumulados	Dividendos Antecipados	Resultado líquido do período	Sub-Total	Interesses Minoritários (Nota 22)	Total
(2.905)	669.150	-	700.657	2.361.206	24.645	2.385.851
-	678.559	-	(700.657)	-	-	-
-	(1.092.952)	-	-	(1.092.952)	-	(1.092.952)
4.805	-	-	-	4.805	-	4.805
-	-	-	-	-	-	-
(1.190)	-	-	-	(1.190)	-	(1.190)
-	-	-	-	(3.521)	-	(3.521)
-	-	-	-	(4.985)	-	(4.985)
-	-	-	-	-	(9.976)	(9.976)
3.615	(414.393)	-	(700.657)	(1.097.843)	(9.976)	(1.107.819)
-	-	-	754.774	754.774	3.868	758.642
710	254.757	-	754.774	2.018.137	18.537	2.036.674
-	714.897	-	(754.774)	-	-	-
-	(252.092)	(126.046)	-	(378.138)	-	(378.138)
781	-	-	-	781	-	781
-	-	-	-	(463)	-	(463)
(184)	-	-	-	(184)	-	(184)
-	-	-	-	(7.399)	-	(7.399)
-	-	-	-	(5.034)	-	(5.034)
-	-	-	-	-	(1.117)	(1.117)
597	462.805	(126.046)	(754.774)	(390.437)	(1.117)	(391.554)
-	-	-	776.627	776.627	4.568	781.195
1.307	717.562	(126.046)	776.627	2.404.327	21.988	2.426.315

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	85
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	86
2.1 Bases de apresentação	86
2.2 Princípios de consolidação.....	86
2.3. Activos fixos tangíveis.....	87
2.4. Activos fixos intangíveis	88
2.5. Imparidades de activos não correntes, excepto <i>goodwill</i>	88
2.6. Locações.....	88
2.7. Inventários	88
2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas	89
2.9. Provisões.....	89
2.10. Responsabilidades com pensões.....	89
2.11. Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida	90
2.12. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira	90
2.13. Proveitos e especialização de exercícios	90
2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos.....	90
2.15. Imposto sobre o rendimento.....	90
2.16. Activos não correntes disponíveis para venda.....	90
2.17. Instrumentos financeiros	91
2.18. Licenças de emissão de CO ₂	92
2.19. Classificação de balanço	92
2.20. Eventos subsequentes.....	92
2.21. Informação por segmentos.....	92
2.22. Estimativas e julgamentos.....	92
2.23. Política de riscos e respectivas coberturas	92
2.24. Alteração de políticas contabilísticas	92
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	93
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	96
5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS	98
6. PROVEITOS OPERACIONAIS	99
7. CUSTOS OPERACIONAIS.....	99
8. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	100
9. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS.....	102
10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	102
11. RESULTADOS POR ACÇÃO	104
12. <i>GOODWILL</i>	104
13. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	106
14. SUBSÍDIOS.....	110
15. OUTRAS CONTAS A RECEBER	111
16. CLIENTES	112
17. INVENTÁRIOS.....	113
18. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	113
19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	114
20. CAPITAL SOCIAL	114
21. OUTRAS RESERVAS	115
22. INTERESSES MINORITÁRIOS	115
23. EMPRÉSTIMOS.....	115
24. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	117
25. OUTRAS CONTAS A PAGAR	121
26. PROVISÕES.....	122
27. FORNECEDORES.....	123
28. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	123
29. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	125
30. DIVIDENDOS.....	127
31. <i>UNBUNDLING</i>	127
32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.....	128
33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	129
34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	130
35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	131
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	131

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IAS/IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A) EMPRESA – MÃE:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de Dezembro de 2007 evidenciada na Nota 20.

Parte das acções da Empresa encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

B) O GRUPO:

Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de *upstream* e *downstream* na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que tem todos os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de *Upstream* e *Downstream* na área do petróleo bruto.

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleo em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (*upstream*) essencialmente em Angola e no Brasil, refinação e distribuição (*downstream*) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de aprovisionamento, distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente a Galp Gás Natural, S.A., LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que terminam em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens. Em virtude da legislação publicada, abaixo referida, relativamente à reestruturação dos mercados energéticos encontram-se em curso negociações para a reformulação dos actuais contratos de concessão das empresas distribuidoras de gás natural (Nota 33).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei nº30/2006 de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo-se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se claramente o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um exercício transparente da actividade. No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O livre exercício de comercialização de gás natural fica sujeito ao regime transitório estabelecido para a abertura gradual do mercado, tendo em consideração o estatuto de mercado emergente e da derrogação que lhe está associada.

Nos termos referidos no decreto-lei, as actividades que se integram na rede pública de gás natural, a comercialização de gás natural de último recurso e a operação logística de mudança de fornecedor estão sujeitas a regulação. Sem prejuízo das competências de outras entidades administrativas, a regulação sectorial é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Por forma a concretizar a separação das actividades de distribuição e comercialização de gás natural foram assinados contratos entre as distribuidoras regionais e a Galp Gás Natural, S.A. relativamente à transmissão de activos regulados. Adicionalmente, foram constituídas empresas comercializadoras (Nota 3), nas regiões em que o número de clientes é superior a 125 mil, com vista à separação da actividade de comercialização da actividade de distribuição.

b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

C) ACTIVIDADE

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de exploração e produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola e no Brasil;
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação & Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação & Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique e Guiné-Bissau com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e *joint-ventures* em Angola e Cabo Verde;
- O segmento de negócio de Gás & Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a geração de energia:
 - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade e às empresas distribuidoras da gás natural e UAG’s (“distribuidoras de gás natural”). A Galp Energia também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
 - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tendo em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³;
 - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em três centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 80 MW.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa utilizada, preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, evidenciadas na nota 2.24. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.17), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – *International Financial Accounting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

A 31 de Dezembro de 2007, a norma IFRS 8 – "Segmentos Operacionais" estava já emitida e publicada no Jornal Oficial da União Europeia ("JOUE") sendo a sua aplicação em exercícios contabilísticos que se iniciam em ou a partir de 1 de Janeiro de 2009, tendo o grupo Galp Energia decidido não adoptar antecipadamente o normativo. Não é expectável qualquer impacto na aplicação do novo normativo. Igualmente a data de 31 de Dezembro de 2007 a interpretação IFRIC 11 "IFRS 2 – Transacções intragrupo e de Acções Próprias" e "IFRIC 10 Relato financeiro intercalar e Imparidade" estavam já emitidas e publicadas no "JOUE" e com aplicação em exercício contabilísticos que se iniciam em ou a partir de 1 de Março de 2007 e 1 de Novembro de 2007, respectivamente. A interpretação IFRIC 11 não é aplicável ao grupo Galp Energia, sendo que a IFRIC 10, se refere a períodos intercalares sem qualquer impacto na sua implementação. Durante o exercício de 2007 foi aplicada pela primeira vez o normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações cuja aplicação é obrigatória nos exercícios contabilísticos com início em 1 de Janeiro de 2007 ou em data posterior e as correspondentes emendas ao normativo IAS 1 Apresentação de Demonstrações financeiras. O impacto da aplicação destas normas resultou no incremento de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros do grupo, e que se encontra descrita na nota 32.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

A) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS DO GRUPO

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo adoptada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente na rubrica interesses minoritários. Quando os prejuízos aplicáveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Os activos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos activos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções (incluindo as eventuais mais e menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 3.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são sempre consolidados.

B) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional encontram-se detalhadas na Nota 3.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade conjuntamente controlada na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

C) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação *goodwill* (Nota 2.2.d)) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, bem como uma avaliação anual do valor do *goodwill*, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão. Contudo, imparidades existentes em *goodwill* não serão revertidas.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

D) GOODWILL

As diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas são registadas na rubrica de *goodwill* (no caso de respeitar a *goodwill* em empresas do Grupo ou em empresas controladas conjuntamente) (Nota 12) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (no caso de respeitar a empresas associadas).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão, no capital próprio.

O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*deemed cost*) àquela data, e objecto de testes de imparidade, à luz da IFRS 1.

O *goodwill* gerado em aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), bem como o valor líquido do *goodwill* gerado em aquisições anteriores a essa data, não é amortizado, mas sujeito pelo menos anualmente a um teste de imparidade para verificar se existem perdas. Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente no balanço como dedução ao valor do activo e na demonstração de resultados na rubrica de outros ganhos e perdas, não sendo posteriormente revertida.

E) CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

São tratadas como entidades estrangeiras as que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica de "Reservas de conversão". As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

DIVISA	Vigente no final do ano		Média do ano	
	2007	2006	2007	2006
Dólares dos Estados Unidos da América	1.47	1.32	1.37	1.26
Reais do Brasil	2.60	2.81	2.66	2.73
Escudos de Cabo Verde	110.27	110.27	110.27	110.27
Dirhams de Marrocos	11.35	11.15	11.22	11.05
Franco CFA	655.96	655.96	655.96	655.96
Meticais de Moçambique	36.28	34.47	35.67	32.64

2.3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1, pelo seu custo considerado (*Deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas, das perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento. O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas de transporte, montagem e dos encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos fixos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de subsídios ao investimento auferidos e eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projectos de investimentos estejam concluídos ou prontos para uso.

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de Janeiro de 2004) e custo de aquisição, pelo método das quotas constantes, aplicada anualmente a partir do exercício de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	Taxas		
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20%	-	3,13%
Edifícios e outras construções	2,00%	-	10,00%
Equipamento básico	2,20%	-	12,50%
Equipamento de transporte	16,67%	-	25,00%
Ferramentas e utensílios	12,50%	-	25,00%
Equipamento administrativo	5,00%	-	33,33%
Taras e vasilhame	7,14%	-	33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10,00%	-	33,33%

As infra-estruturas afectas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas por um período de 45 anos por se entender que representa o período de vida útil económica daqueles activos.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos fixos tangíveis são registadas como activos fixos tangíveis, caso seja identificável e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos principais.

Actividade de exploração e produção petrolífera

As imobilizações corpóreas relacionadas com a actividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a:

- despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"), adicionadas dos custos de estrutura e financeiros incorridos até à data do início da produção, os quais são capitalizados em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso para imobilizado fixo, e são amortizadas.

As reservas provadas desenvolvidas e as reservas provadas totais utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção – UOP, foram determinadas por uma entidade especializada, com excepção das reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da taxa de amortização das despesas de desenvolvimento do campo “Kuito”, em que o Grupo procedeu a um ajustamento das mesmas por entender que é a melhor estimativa com referência a 31 de Dezembro de 2007. O ajustamento efectuado pelo Grupo deriva essencialmente do facto das reservas provadas desenvolvidas associadas ao campo “Kuito”, determinadas pela entidade especializada considerarem o término da produção em 2009 (data do término do arrendamento do FPSO), quando o Grupo acredita, na continuidade da produção até 2017 encontrando-se o operador – Cabinda Gulf Oil Company, numa fase de avaliação económica-financeira da melhor opção a tomar nesse sentido.

As despesas de desenvolvimento são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (*proved developed reserves*) no final desse período, adicionadas da produção daquele período. As despesas desta natureza que ainda se encontram em fase de pesquisa e desenvolvimento e como tal não operativas, encontram-se registadas em imobilizado em curso.

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais (*Total proved reserves*) no final desse período adicionadas à produção do período. A alteração face ao exercício económico de 2006, em que foram utilizadas reservas provadas desenvolvidas, teve por base o facto do Grupo entender que as despesas de pesquisa quando incorridas envolvem a área geográfica total do campo, independentemente da localização das reservas, pelo que amortizar estas despesas apenas com base nas reservas provadas desenvolvidas, estaria a antecipar amortizações relativas a despesas em pesquisa, que contribuiriam também para a descoberta das reservas ainda não desenvolvidas. Caso o Grupo tivesse utilizado o critério de amortização das despesas de pesquisa seguido no exercício 2006, as amortizações do exercício de 2007 viriam aumentadas em aproximadamente mEuros 4.000.

As despesas de pesquisa afectas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificadas em imobilizado em curso;

- ii) despesas de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura), amortizadas em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Todas as despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento;

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente.

2.4. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os activos fixos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade. Os activos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a actividade de *upstream* são reconhecidas como custo do exercício.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como activo fixos intangíveis, se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do activo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos fixos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, após o início de utilização.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou expectativa de uso do activo fixo intangível.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios futuros económicos dessas reconversões, através da venda continuada de gás aos fogos e pela inclusão destes no preço homologado pela Direcção Geral de Geologia e Energia (Dec-lei 140/2006 de 26 de Julho). Estas despesas estão a ser amortizadas em quotas anuais constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás.

As imobilizações incorpóreas incluem além das reconversões de consumos para gás natural, despesas incorridas com projectos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados, durante o período de duração dos respectivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

2.5. IMPARIDADES DE ACTIVOS NÃO CORRENTES, EXCEPTO *GOODWILL*

São efectuados testes de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificada uma desvalorização do activo ou activos em apreço.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade de activos fixos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados do activo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o activo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na actualização dos fluxos de caixa descontados reflecte o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) do Grupo Galp Energia utilizado para o segmento de negócio e País a que o Activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações e depreciações. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO PETROLÍFERA

As perdas por imparidade dos activos na actividade de exploração e produção petrolífera, são determinadas quando:

- Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Quando uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- Quando os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efectuado.

2.6. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- i) locações financeiras se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e
- ii) locações operacionais nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do contrato.

LOCAÇÕES EM QUE O GRUPO AGE COMO LOCATÁRIO

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de activos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na nota 2.3, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respectivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica fornecimentos e serviços externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

2.7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registadas ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas. Especificamente, o custo dos inventários é determinado de acordo com os seguintes critérios:

A) MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS

Petróleo bruto – O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas), aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o FIFO, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais – O custo de aquisição, que inclui o preço de factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

B) PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

O custo de produção, inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

C) PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS

Petróleo bruto – Corresponde ao petróleo bruto produzido na actividade de exploração e produção petrolífera e que se encontra em stock em 31 de Dezembro de cada ano, correspondente à quota parte no total do stock de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos directos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono.

Produtos derivados do petróleo – As entradas de produtos acabados e intermédios são valorizadas com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra directa e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o FIFO aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas, como método de custeio das saídas.

O grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO como método de custeio das saídas.

Outros produtos acabados e intermédios – O custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

D) MERCADORIAS

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o FIFO para o gás natural e GPL (gás de petróleo liquefeito) e o custo médio ponderado para os derivados de petróleo e restantes mercadorias, como método de custeio das saídas.

No caso da Galp Gás Natural, S.A., o custo de aquisição de gás natural também engloba, para a sua determinação, os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

E) UNDER/OVER LIFTING

Relativamente à actividade de exploração e produção petrolífera, no caso em que o Grupo tenha efectuado levantamentos abaixo da sua quota de produção (*Underlifting*) e as respectivas quantidades tenham sido emprestadas a outros sócios da *joint venture*, as mesmas são valorizadas ao preço de mercado e registadas como uma conta a receber na rubrica de outras contas a receber (nota 15).

Por outro lado, no caso em que o Grupo tenha efectuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção (*Overlifting*), as respectivas quantidades são valorizadas ao preço de mercado e registadas como uma conta a pagar na rubrica de outras contas a pagar (nota 25).

Estas contas a receber e a pagar são actualizadas no final de cada período com base nas respectivas cotações de mercado de petróleo bruto.

2.8. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

2.9. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

2.10. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

A Petrogal, a Sacor Marítima e algumas empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, SGPS, S.A., Lisboa – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e Driflat – Plásticos de Portugal, S.A.) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com excepção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades a Petrogal, a Sacor Marítima e as empresas do Grupo GDP, constituíram fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (“Fundo de Pensões Petrogal”, “Fundo de Pensões Sacor Marítima” e “Fundo de Pensões GDP”), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no activo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (nota 24).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela Lisboa Gás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (“GDL”) em reembolso os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos actuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projectadas (*Projected Unit Credit Method*) e comparam o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Sub-Grupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99;
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Sub-Grupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova S.A. (em 17 de Dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano as empresas do grupo contribuem, com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11. OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA - CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (nota 24). Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos actuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das unidades de crédito projectadas (*Projected Unit Credit Method*) e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12. SALDOS E TRANSACÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 2.17.f)).

2.13. PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O proveito decorrente de vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O preço de venda do gás natural é convencionado pelo Governo através da fixação de preços efectuada pela Direcção Geral de Geologia e Energia. O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente, de acordo com a fórmula prevista nos contratos de concessão. As leituras, facturação e respectivas cobranças relacionadas com a actividade de distribuição do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

As vendas de gás não facturadas são mensalmente registadas na rubrica de outras contas a receber com base na facturação esperada e corrigidas em resultados no período em que é efectuada a facturação (nota 15).

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.14. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são geralmente registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (nota 2.8), até à entrada em funcionamento dos mesmos (nota 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (nota 9). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos obtidos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos.

2.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp Energia.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (nota 10).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado na mesma rubrica.

2.16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

A) INVESTIMENTOS

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

B) DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

C) CLASSIFICAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO OU PASSIVO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

D) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação com empréstimos no âmbito de *Project Finance (Origination fees)*.

E) CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As contas a pagar não vencem usualmente juros e são registadas pelo seu valor nominal.

F) INSTRUMENTOS DERIVADOS

CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura; e
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação tendo por base princípios geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efectuada uma análise dos contratos existentes no grupo Galp Energia, no âmbito de detecção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detectado derivados financeiros susceptíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também em situações específicas à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente “swaps” e “opções” sobre petróleo bruto e produtos acabados e opções sobre petróleo bruto. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Em 31 de Dezembro de 2007 esses investimentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

G) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

2.18. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industrializadas do Grupo e as “licenças de CO₂” que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma provisão ou (ii) as mesmas não sejam alienadas em caso de excedentes das mesmas, situação em que é reconhecido um proveito.

2.19. CLASSIFICAÇÃO DE BALANÇO

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

2.21. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em cada período são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao proveito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na nota 8.

2.22. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requerem que se realizem estimativas que afectam os montantes de activos e passivos registados, a apresentação de activos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados actuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas actualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjectividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada susceptibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na actuação operativa são significativas.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a actividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de *goodwill*, (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos actuariais e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma.

RESERVAS DE PETRÓLEO BRUTO

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos activos da actividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos activos afectos à actividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da unidade de produção bem como para a avaliação da imparidade nos investimentos em activos associados a essa actividade. A estimativa de reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com abandono.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às actividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento.

Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos activos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos activos e reforçando a provisão para custos de abandono, respectivamente, em função da produção futura prevista. Em 2007 e 2006, o Grupo reconheceu amortizações de activos fixos associados à actividade de exploração e produção de petróleo bruto nos montantes de mEuros 53.352 e mEuros 24.010 respectivamente. No caso de se proceder a uma revisão em baixa das reservas provadas, o resultado líquido poderia ser negativamente afectado, no futuro, por um maior montante de custos com depreciações e provisões para custos de abandono.

GOODWILL

O Grupo efectua testes de imparidade anuais ao *goodwill*, conforme indicado na nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinadas baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *goodwill* em 31 de Dezembro de 2007 ascende a mEuros 17.222 (nota12).

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

PASSIVOS AMBIENTAIS

A Galp efectua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais (essencialmente para obrigações conhecidas com a descontaminação de solos), que são baseados na informação actual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo qualquer alteração nos factores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é anualmente revista. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o montante de provisões para fazer face a passivos ambientais ascendia a mEuros 9.008 (nota 26) e mEuros 11.034, respectivamente.

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS E FINANCEIROS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Ver nota 2.10.

2.23. POLÍTICA DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As actividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços de petróleo e gás natural e seus derivados, taxas de câmbio e taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da actividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com directrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

2.24. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O grupo Galp Energia decidiu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 alterar a sua política contabilística quanto à classificação na demonstração de resultados de determinados custos e proveitos abaixo discriminados, tendo efectuado reexpressão na informação relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 apresentada para efeitos comparativos.

- i) Derivados financeiros sobre *commodities*. O resultado dos derivados financeiros sobre *commodities*, nomeadamente *swaps* e opções sobre a margem de refinação encontravam-se registados em 2006 na rubrica de rendimentos de instrumentos financeiros da demonstração de resultados. O Grupo considerou ser mais apropriado classificar esses custos na rubrica de Custo das Venda, dado que os derivados financeiros sobre *commodities* são utilizados para cobrir o risco de flutuação da margem de refinação. Apesar da reclassificação, o Grupo continua a contabilizar esses derivados financeiros como *Macrohedging*, conforme preconizado no normativo IAS 39.
- ii) Imposto sobre o rendimento do petróleo (IRP). Atendendo a que o IRP, imposto suportado pela subsidiária Galp Exploração em Angola, se equipara ao Imposto sobre o rendimento, mais do que a um imposto específico sobre a venda de produtos, passou a ser classificado na rubrica de Imposto sobre o rendimento, tendo sido classificado na rubrica de Outros custos operacionais em 2006.
- iii) Apólices de seguros emitidos e pagos no grupo Galp Energia. Os custos e proveitos de algumas apólices de seguros emitidas e pagas, não relacionadas directamente com a actividade re-seguradora, levada a cabo pela subsidiária TagusRE, encontravam-se classificadas nas rubricas fornecimentos e serviços externos e prestações de serviço nas demonstração de resultados consolidada. É interpretação do Grupo, que as apólices de seguro emitidas e pagas, directamente relacionadas devem ser apresentadas pelo líquido, evitando um empolamento de igual montante em custos e proveitos nas demonstrações consolidadas.

As alterações efectuadas às políticas contabilísticas melhoram, segundo o Grupo, a interpretação por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Os impactos nas rubricas da demonstração de resultados consolidada podem ser resumidos como segue:

RUBRICAS	Reexpresso 2006	Derivados financeiros sobre <i>commodities</i>	Imposto sobre o rendimento do petróleo (IRP)	Apólices de seguros	2006
Prestações de serviços (nota 6)	146.701	-	-	(16.981)	163.682
Outros proveitos operacionais (nota 6)	361.394	(5.515)	-	-	366.909
Custo das vendas (nota 7)	10.405.054	4.876	-	-	10.400.178
Fornecimentos e serviços externos (nota 7)	550.151	-	-	(16.981)	567.132
Outros custos operacionais (nota 7)	32.769	(6.452)	(22.889)	-	62.110
Imposto sobre o rendimento (nota 10)	202.910	-	22.889	-	180.021
Rendimentos de instrumentos financeiros (nota 28)	1.047	3.939	-	-	(2.892)

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e actividades principais detidas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
	Localidade	País	2007	2006	
A) Empresas do grupo					
Empresa-Mãe:					
Galp Energia, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.
Subsidiárias:					
Galp Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.
Sub-Grupo Petrogal:					
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; Transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Subsidiárias:					
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias:	Madrid	Espanha	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	Madrid	Espanha	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
CLG - Compania Logística del Gas, S.A.	Madrid	Espanha	100%	100%	Armazenagem e distribuição de produtos derivados do petróleo.
Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal	Valencia	Espanha	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e sub-produtos.
Galp Serviexpress, S.L.U.	Madrid	Espanha	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e sub-produtos.
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Transportes Marítimos em navios próprios ou fretados.
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Tripul - Soc. de Gestão de Navios, Lda.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão técnica de navios, tripulações e abastecimentos.
S.M. Internacional-Transp. Marítimos, Lda.	Funchal	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Probigalp - Ligantes Betuminosos , S.A.(a)	Amarante	Portugal	60%	50%	Compra, venda, fabrico, transformação, importação e exportação de produtos betuminosos de aditivos que transformam ou modificam esses produtos betuminosos.
Soturis - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Actividade imobiliária designadamente, a gestão, compra e venda e revenda de imóveis.
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	Lisboa	Portugal	51%	51%	Distribuição, venda e armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes, e outros derivados de petróleo; exploração de postos de abastecimento, estações de serviço e oficinas de reparação, incluindo negócios conexos com estas actividades, nomeadamente de restauração e hotelaria.
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comércio por grosso de combustíveis gasosos, lubrificantes, termodomésticos, material de queima e de instalação de gás.
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. e subsidiárias:	Funchal	Portugal	100%	100%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	Recife	Brasil	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Gite - Galp International Trading Establishment	Vaduz	Liechtenstein	24%	24%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Galp Serviexpress - Serv. de Distrib. e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de transporte, armazenagem e comercialização de combustíveis líquidos, gasosos, óleos base e outros derivados do petróleo nos mercados interno e externo. A exploração directa ou indirecta de centros de distribuição de combustíveis e actividades auxiliares, nomeadamente, estações de serviço, oficinas, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Galpgeste- Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e subsidiária:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração ou gestão, directa ou indirecta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e actividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
C.L.T. - Companhia Logística de Term. Marítimos, Lda.	Matosinhos	Portugal	100%	100%	Exploração de Terminais marítimos e actividades conexas.
Petrogal Brasil, Lda.	Recife	Brasil	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda, a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural.
Petrogal Trading Limited	Dublin	Irlanda	100%	100%	Desenvolvimento da actividade de trading de petróleo bruto e produtos petrolíferos.
Petrogal Moçambique, Lda. e subsidiária:	Maputo	Moçambique	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Petrogal Angola, Lda.	Luanda	Angola	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias:	Bissau	Guiné-Bissau	100%	100%	
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	Bissau	Guiné-Bissau	80%	80%	Comércio de bancas marítimas.

FIRMA	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
	Localidade	País	2007	2006	
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	Bissau	Guiné-Bissau	65%	65%	Importação, armazenagem e distribuição de GPL.
Galp Açores - Distrib. e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiária:	Ponta Delgada	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem. de Gás, S.A.	Ponta Delgada	Portugal	67,65%	67,65%	Construção e ou exploração de estações de enchimento e respectivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.
Galp Madeira - Distrib. e Comercializ. de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiárias:	Funchal	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos lubrificantes e outros derivados do petróleo.
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	Portugal	75%	75%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte, recepção, movimentação, enchimento e expedição; e outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas actividades.
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	Funchal	Portugal	100%	100%	A sociedade tem por objecto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração directa ou indirecta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e actividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias.
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	Setúbal	Portugal	100%	100%	Desenvolvimento e exploração de Terminais Marítimos.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	Portugal	75%	75%	Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Combustíveis Líquidos, Lda.	Lisboa	Portugal	99,8%	99,8%	Comércio de combustíveis, lubrificantes e acessórios de automóveis, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e que não dependa de autorização especial.
Blue Flag Navigation - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	Portugal	100%	100%	A Sociedade tem por objecto o exercício da actividade de transporte marítimo, a exploração comercial de navios em nome próprio, na qualidade de proprietária ou afretadora, ou em nome alheio, enquanto operadora.
Galp Investment - Fundo	Lisboa	Portugal	(b)	(b)	Securitização de créditos.
Galp Investment Fund, PLC	Dublin	Irlanda	(c)	(c)	Securitização de créditos.
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (d)	Lisboa	Portugal	100%	66,66%	Realização de operações e a prestação de serviços de informação e comércio electrónico para utilizadores em mobilidade, bem como a prestação de serviços de gestão e operacionalização de comércio "online".
Tagus Re, S.A.	Luxemburgo	Luxemburgo	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro directas. Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	Recife	Brasil	100%	100%	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Petrogal Cabo Verde, Lda.	São Vicente	Cabo Verde	100%	100%	
Galp Exploração e Produção (Timor Leste), S.A. (e)	Lisboa	Portugal	100%	-	O comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos, em Timor Leste.
Sub-Grupo GDP:					
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:					
Driftal - Plásticos de Portugal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de plásticos ftálicos.
GDP Distribuição, SGPS, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
GDP Serviços, S.A. (f)	Lisboa	Portugal	100%	-	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.(g)	Viseu	Portugal	59,51%	59,48%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A.	Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A.	Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A.	Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Duriensgás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	Bucelas	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (h)	Aveiro	Portugal	85,19%	85,04%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lusitaniagás Comercialização, S.A. (i)	Aveiro	Portugal	100%	--	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.
Lisboagás Comercialização, S.A. (j)	Lisboa	Portugal	100%	--	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Galp Gás Natural, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infra-estruturas e equipamentos conexos.
Transgás, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Fornecimento de energia a empresas e compra e venda de gás natural.
Sub-Grupo Galp Power:					
Galp Power, SGPS, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	A gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício da actividade económica.
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Lisboa	Portugal	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Lisboa	Portugal	70%	70%	A Sociedade tem por objecto a produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia eléctrica e térmica, incluindo a concepção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as actividades e a prestação de serviços conexos.
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	A Sociedade tem por objecto a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis, incluindo concepção, construção e operação de sistemas ou instalações.

FIRMA	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal actividade
	Localidade	País	2007	2006	
Galp Power, S.A. (l)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de actividades directa ou indirectamente relacionados com energia.
Portcogeração, S.A. (m)	Lisboa	Portugal	100%	-	Produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.
Sub-Grupo Galp Power:					
Ventinveste, S.A. e subsidiárias: (n)	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos.
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas de construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Cabeco Norte, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Planalto, S.A.	Lisboa	Portugal	34%	-	Construção e exploração de parques eólicos.
Sub-Grupo Petrolgal:					
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	Aveiras de Cima	Portugal	65%	65%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte. Outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas actividades.
Caiaigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	Elvas	Portugal	50%	50%	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer actividades e a prestação de quaisquer serviços conexos com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	Sines	Portugal	60%	60%	Concepção construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	Lisboa	Portugal	50%	50%	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

- (a) Aquisição pelo Grupo de 10% do capital da Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A., pelo montante de mEuros 720, resultando um *Goodwill* de mEuros 530, passando assim o Grupo a deter 60% do capital daquela empresa.
- (b) e (c) No decurso do exercício de 2003 a Petrolgal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC ("Fundo") no montante máximo de mEuros 210.000 (nota 23), o qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. As transacções são efectuadas com recurso a um outro veículo com sede em Portugal - Galp Investment - Fundo - o qual procede a compra dos recebíveis e à sua colocação junto do Galp Investment Fund PLC. Dado estes Fundos se configurarem como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas ao nível das IAS/IFRS, relativamente a este tipo de operações, os activos e passivos dos Fundos, que são constituídos essencialmente pelas contas a receber de clientes da Petrolgal e as obrigações emitidas pelo Fundo, respectivamente, são consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo.
- (d) A subsidiária Petrolgal, S.A. adquiriu 33,33% do capital da Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A., passando a deter 100% do capital desta subsidiária.
- (e) A subsidiária Petrolgal, S.A. subscreveu 100% do capital social da Galp Exploração e Produção Timor Leste, S.A., a qual foi constituída em 29 de Maio de 2007.
- (f) A subsidiária GDP Distribuição, SGPS, S.A. subscreveu 100% do capital social da GDP Serviços, S.A., a qual foi constituída em 19 de Novembro de 2007.
- (g) Aquisição pelo Grupo de mais 0,03% do capital da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., pelo montante de mEuros 7, passando assim o Grupo a deter 59,51%,
- (h) Aquisição pelo Grupo de mais 0,16% do capital da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., pelo montante de mEuros 230, resultando um *Goodwill* de mEuros 118, passando assim o Grupo a deter 85,19% do capital daquela empresa.
- (i) A subsidiária Lusitaniagás - Companhia Gás do Centro, S.A. subscreveu 100% do capital social da Lusitaniagás Comercialização, S.A. a qual foi constituída em 24 de Julho de 2007.
- (j) A subsidiária Lisboagás GDL, Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa S.A. subscreveu 100% do capital social da Lisboagás Comercialização, S.A. a qual foi constituída em 24 de Julho de 2007.
- (l) A subsidiária Porten, S.A. detida pela subsidiária Galp Energia, SGPS, S.A. passou a designar-se Galp Power, S.A., com objecto social igualmente redesignado e passou a estar detida pela subsidiária Galp Power, SGPS, S.A., com efeitos retroactivos a 23 de Maio de 2007.
- (m) A subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. subscreveu 100% do capital social da Portcogeração, S.A., a qual foi constituída em 19 de Março de 2007.
- (n) A subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. subscreveu 34% do capital social da Ventinveste, S.A., a qual foi constituída em 22 de Agosto de 2007.

Com excepção da C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., da Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E., da Caiaigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., e Ventinveste, S.A., que foram incluídas pelo método proporcional conforme indicado na nota 2.2 alínea b), todas as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global.

As empresas integradas na consolidação pelo método de consolidação proporcional apresentam a 31 de Dezembro de 2007, os seguintes impactos (correspondentes às parcelas apropriadas) nas demonstrações financeiras consolidadas:

FIRMA	Impacto Consolidação Proporcional				
	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Resultado exercício
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	97.211	(80.316)	13.015	(19.258)	(6.243)
Caiaigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	154	(75)	684	(495)	189
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	16.100	181	2.437	(2.962)	(525)
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	98	(114)	165	(397)	(232)
Ventinveste, S.A. (a)	314	(299)	13	77	90
	113.877	(80.623)	16.314	(23.035)	(6.721)

(a) os montantes representam o consolidado do grupo Ventinveste, incluindo exclusivamente todas as Subsidiárias do ramo de actividade eólico.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas actividades detidas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são as seguintes:

FIRMA	Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa associada	
	Localidade	País	2007	2006	2007	2006	Activos	Passivos
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. (f) (j)	Madrid	Espanha	5,00%	5,00%	60.425	61.933	1.813.198	1.453.482
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd. (a)	Madrid	Espanha	27,40%	27,40%	30.259	33.418	394.517	284.082
Gasoduto Al-Andaluz, S.A. (a)	Madrid	Espanha	33,04%	33,04%	16.793	16.286	100.130	49.305
Gasoduto Extremadura, S.A. (a)	Madrid	Espanha	49,00%	49,00%	14.303	13.570	45.351	16.162
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (h)	Setúbal	Portugal	45,00%	45,00%	10.242	8.055	117.123	93.713
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL (g)	Mindelo	Cabo-Verde	33,21%	32,50%	7.918	7.073	52.994	29.155
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. (b)	Santarém	Portugal	41,31%	41,27%	3.745	2.720	54.534	45.468
Metragaz, S.A. (a)	Tânger	Marrocos	26,99%	26,99%	1.413	1.306	11.024	5.788
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (d)	Angra do Heroísmo	Portugal	23,50%	23,50%	1.238	1.297	25.290	20.025
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda. (g) (i)	Lisboa	Portugal	-	49,00%	-	555	-	-
Brisa Access, S.A. (g)	Cascais	Portugal	7,50%	7,50%	570	535	13.045	5.447
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (c)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	1.669	303	40.726	35.874
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (c)	Bucelas	Portugal	35,00%	35,00%	112	265	323	4
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. (b)	Lisboa	Portugal	20,00%	20,00%	68	46	2.624	2.286
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda. (e) (l)	Luanda	Angola	49,00%	49,00%	-	-	n.a.	n.a.
					148.755	147.362		
menos: Provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 26)					(2.006)	(5.332)		
					146.749	142.030		

- (a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S.A.
(b) Participação detida pela GDP Distribuição, SGPS, S.A.
(c) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S.A.
(d) Participação detida pela Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.
(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.
(f) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.
(g) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
(h) Participação detida pela GDP Distribuição, SGPS, S.A. e pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.
(i) Empresa alienada em 29 de Janeiro de 2007, da qual resultou uma mais valia de mEuros 945.
(j) Apesar de o Grupo deter apenas 5% do capital, é exercida uma influência significativa, motivo pelo qual a participação é valorizada tal como descrito na nota 2.2 c).
(l) Em 31 de Dezembro de 2007, a provisão para partes de capital das empresas associadas, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 26):

	2007	2006
Central E, S.A.	-	2.632
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	2.006	2.700
	2.006	5.332

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi o seguinte:

EMPRESA	Saldo inicial	Aumento participação (a)	Alienação de participação
Participações financeiras			
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	61.933	7.973	
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	33.418	-	
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	16.286	-	
Gasoduto Extremadura, S.A.	13.570	-	
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	8.055	-	
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	7.073	161	
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2.720	624	
Metragaz, S.A.	1.306	-	
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1.297	-	
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	555	-	(555)
Brisa Access, S.A.	535	-	
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	303	-	
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	265	-	
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	46	-	
	147.362	8.758	(555)
Provisões para partes de capital em empresas associadas			
Centra-E, S.A.	(2.632)	-	2.632
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(2.700)	-	
	(5.332)	-	2.632
	142.030	8.758	2.077

- (a) Inclui as operações de aumento de participação, acertos de preço de compra e prestações acessórias.
(b) O valor de mEuros 146 refere-se à variação do justo valor dos derivados financeiros no montante de mEuros 200 (nota 28), deduzido do imposto diferido, no montante de mEuros 53.

Informação financeira da empresa associada		Principal actividade
Proveitos	Resultado exercício	
520.380	162.005	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos bem como das respectivas estruturas de transporte.
197.575	113.447	Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
27.495	7.791	Construção e exploração do gasoduto Tarifa-Córdoba.
19.375	7.017	Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior.
39.370	5.832	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
65.911	2.865	Comercialização de hidrocarbonetos e actividades acessórias.
14.763	621	Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados.
16.048	982	Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magrehab-Europa.
6	(281)	Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis.
-	-	Revisão e reparação de automóveis e a venda de peças e acessórios de automóveis.
10.749	874	Prestação de quaisquer serviços de assistência e apoio a automobilistas.
38.659	3.808	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.
53	(412)	Prestação de serviços de importação e exportação, comercialização e fornecimento de equipamentos de produção de energia eléctrica.
5.536	103	Actividades de construção e engenharia civil em geral, projecto, construção e manutenção de instalações.
n.a.	2.330	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.

Ganhos/Perdas	Ajust. Conversão Cambial	Ajust. Reservas Cobertura (b)	Resultados exercícios anteriores	Dividendos	Saldo final
11.603	-	-	-	(21.084)	60.425
31.083	(5.033)	-	-	(29.209)	30.259
2.574	-	-	-	(2.067)	16.793
3.438	-	-	-	(2.705)	14.303
2.187	-	-	-	-	10.242
1.205	-	-	-	(521)	7.918
254	-	147	-	-	3.745
265	(23)	-	-	(135)	1.413
(59)	-	-	-	-	1.238
-	-	-	-	-	-
35	-	-	-	-	570
1.366	-	-	-	-	1.669
(153)	-	-	-	-	112
22	-	-	-	-	68
53.820	(5.056)	147	-	(55.721)	148.755
-	-	-	-	-	-
1.189	22	-	(517)	-	(2.006)
1.189	22	-	(517)	-	(2.006)
55.009	(5.034)	147	(517)	(55.721)	146.749

Resultante do contrato de compra estabelecido para a aquisição da participação detida na CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A., o custo da participação é anualmente revisto, até 10 anos a partir da data do contrato, face ao valor de vendas efectuado. O valor pago no exercício como adicional ao custo de compra ascende a mEuros 7.973.

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas registadas na demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 tem a seguinte composição:

Resultado de aplicação do método de equivalência patrimonial:	
Empresas associadas	55.009
Correcções relativas a exercícios anteriores em empresas do Grupo	5.036
Resultado da alienação de partes de capital em empresas do Grupo:	
Mais-valia na alienação da participação da Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	945
Acerto do preço na alienação da participação da Transgás Atlântico, S.A.	20.820
Outros	(640)
	81.170

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2007, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., procedeu à liquidação do montante relativo ao acerto do preço de venda dos activos do gás natural regulados o qual se encontrava previsto no contrato de promessa de compra e venda, celebrado em 30 de Agosto de 2006. O montante de mEuros 20.820 relativo ao acerto do valor da participação financeira detida na Transgás Atlântico, S.A., foi reconhecido por contrapartida da rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas (nota 31).

O valor recebido de dividendos no exercício de 2007 foi de mEuros 55.756, no entanto foi reflectido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas o montante de mEuros 55.721, que foi o montante aprovado em Assembleia Geral das respectivas empresas. A diferença de mEuros 35 refere-se a diferenças cambiais favoráveis que ocorreram no momento do pagamento e que foram reflectidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados.

Conforme referido na nota 2.2 d) o *Goodwill* positivo relativo a empresas associadas encontra-se incluído na rubrica de participações financeiras em empresas associadas, cujo detalhe em 31 de Dezembro de 2007 é como se segue:

Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	50.940
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	172
	51.112

5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras em empresas participadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 são as seguintes:

EMPRESA	Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
	Localidade	País	2007	2006	2007	2006
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	Porto	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	Lisboa	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
Agene - Agência para a Energia, S.A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Omégas - Soc. D'Etude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
Ambélis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	2,00%	2,00%	20	20
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
P.I.M. - Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	Mocambique	1,50%	1,50%	18	19
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	Maputo	Mocambique	15,38%	15,38%	7	8
OEINERGE - Agência Municipal Energia e Ambiente de Oeiras	Oeiras	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Cooperativa de Habitação da Petrogal da Petrogal, CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	7	7
Agência de Energia do Porto	Porto	Portugal	-	-	13	-
Ventinveste Industrial, SGPS, S.A. (a)	Oliveira de Frades	Portugal	34,00%	0,00%	17	-
Central-E, S.A.	Lisboa	Portugal	0,70%	-	2	-
CCCP - Cooperativa de Consumo de Pessoal da Petrogal, CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	(b)	(b)
EDEL - Empresa Editorial Electrónica, Lda.	Lisboa	Portugal	2,22%	2,22%	(b)	(b)
					1.251	1.221
Imparidades de Empresas Participadas						
Ambélis - Agência para a modernização Económica de Lisboa, S.A.					(7)	(7)
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.					(52)	(52)
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.					(145)	(145)
					(204)	(204)
					1.047	1.017

(a) Participação registada ao custo de aquisição pelo facto do Grupo não exercer controle e influência significativa sobre a entidade

(b) Valores das participadas inferiores a mEuros 1

As participações em participadas foram reflectidas contabilisticamente ao custo de aquisição por impossibilidade de serem avaliadas ao justo valor (nota 2.2 alínea c)). O valor líquido contabilístico dessas participações ascende a mEuros 1.047.

6. PROVEITOS OPERACIONAIS

Seguidamente apresenta-se detalhe dos rendimentos operacionais do Grupo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

RUBRICAS	2007	2006
Vendas:		
de mercadorias	4.326.473	4.004.133
de produtos	8.106.551	8.041.904
	12.433.024	12.046.037
Prestação de serviços	127.089	146.701(a)
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	60.236	53.088
Ganhos em Imobilizações	11.680	246.084
Subsídios à exploração	5.169	5.589
Outros	23.986	56.633
	101.071	361.394(a)
	12.661.184	12.554.132

(a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na nota 2.24.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A repartição geográfica das vendas está expressa na nota 8.

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

Houve um decréscimo na rubrica de prestações de serviços em virtude de no ano de 2006 estar incluído mEuros 14.981 respeitantes à imputação dos proveitos de 2004 a 2006 relativos ao Contrato de Cessão de Direitos de Utilização da Infraestrutura de Telecomunicações celebrado com a ONITELECOM, S.A., na sequência do resultado do processo de arbitragem do diferendo que opunha o Grupo com aquela empresa.

A diminuição, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na rubrica de ganhos em imobilizações deve-se ao facto de no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica incluir a mais valia no montante de mEuros 237.282, resultante da alienação dos activos fixos associados ao processo denominado de *Unbundling* (Nota 31). O montante de mEuros 11.680 referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 inclui mEuros 2.515 relativo ao acerto de preço da operação *Unbundling* da parte correspondente à rede de transporte (Nota 31).

7. CUSTOS OPERACIONAIS

O resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

RUBRICAS	2007	2006
Custo das Vendas:		
Mercadorias	2.486.525	2.180.840
Matérias-primas e subsidiárias	5.553.159	5.683.292
Imposto sobre petróleo	2.505.526	2.351.304
Variação da produção	(122.867)	184.194
Reduções ao inventário (Nota 17)	5.186	548
Derivados Financeiros	2.421	4.876(a)
	10.429.950	10.405.054
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos	15.502	26.194
Rendas e alugueres	45.179	37.175
Conservação e reparação	55.213	56.990
Publicidade	23.994	32.257
Transporte de mercadorias	95.939	92.894
Seguros	22.052	24.984
Comissões	11.918	10.189
Armazenagem e enchimento	50.655	42.562
Serviços e taxas portuárias	21.547	18.790
Outros serviços especializados	197.427	120.705
Outros fornecimentos e serviços externos	47.246	45.330
Outros custos	43.525	42.081(a)
	630.197	550.151
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	5.526	5.597
Remunerações do pessoal	185.765	191.744
Encargos sociais	38.530	39.248
Benefícios de reforma -pensões e seguros (Nota 24)	39.948	51.905
Outros seguros	8.666	8.705
Outros gastos	2.771	9.339
	281.206	306.538
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis (Nota 13)	225.588	228.923
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis (Nota 13)	31.262	27.716
	256.850	256.639
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 26)	11.057	18.700
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 16)	9.143	16.570
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 15)	605	(453)
	20.805	34.817
Outros custos operacionais		
Outros impostos	8.646	8.294
Perdas em Imobilizações	7.283	3.955
Outros custos operacionais	15.408	20.520(a)
	31.337	32.769
	11.650.345	11.585.968

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na nota 2.24.

A rubrica de outros serviços especializados no montante de mEuros 197.427 teve um aumento significativo em relação ao exercício findo em 2006, em virtude do transporte do Gás Natural que era assegurado, até 30 de Setembro de 2006, data do *Unbundling*, através das redes da Galp Gás Natural, passarem a ser debitados, pela REN no âmbito da referida operação.

8. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Por questões estratégicas, o Grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás & Power;
- Refinação & Distribuição de Produtos Petrolíferos;
- Exploração & Produção;
- Outros.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, em que se desdobram, para melhor detalhe, o segmento de gás e power nas áreas de gás natural e electricidade:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção	
	2007	2006 Reexpresso (a)	2007	2006 Reexpresso (a)	2007	2006 Reexpresso (a)
Proveitos						
Vendas e Prestações Serviços	1.424.897	1.365.509	11.115.421	10.837.818	232.539	140.509
Inter-segmentais	42.623	44.416	3.374	2.452	200.354	136.738
Externas	1.382.274	1.321.093	11.112.047	10.835.366	32.185	3.771
EBITDA (1)	252.908	575.173	831.712	584.350	204.929	100.288
Gastos não Desembolsáveis						
Amortizações & Ajustamentos	(30.086)	(34.065)	(167.666)	(194.444)	(54.912)	(24.002)
Provisões (liq.)	(9.294)	(2.974)	(7.757)	(24.489)	(3.976)	(9.934)
Resultados Segmentais	213.528	544.082	656.289	365.417	146.041	66.352
Resultados Financeiros	62.626	13.226	(26.789)	(19.407)	7.663	1.096
Imposto sobre o Rendimento	(56.261)	(92.433)	(147.748)	(89.263)	(66.580)	(22.580)
Interesses Minoritários	(3.036)	(3.375)	(661)	263	-	-
Resultados Líquido IFRS/IAS	216.857	461.500	481.094	257.010	87.124	44.868
Em 31 de Dezembro 2007 e 2006						
Outras Informações						
Activos do Segmento (2)						
Investimento Financeiro (3)	73.916	73.191	73.958	74.349	-	13
Outros Activos	1.319.525	1.660.503	3.981.963	3.464.859	569.675	434.717
Activos Totais Consolidados	1.393.441	1.733.694	4.055.921	3.539.208	569.675	434.730
Passivos Totais Consolidados	608.142	739.102	2.675.512	2.393.637	185.947	129.812

(1) EBITDA = resultados Segmentais / EBIT+Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(a) Valores reexpressos face às contas aprovadas no exercício de 2006 (vide nota 2.24).

A rubrica de outros serviços especializados no montante de mEuros 197.427 teve um aumento significativo em relação ao exercício findo em 2006, em virtude do transporte do Gás Natural que era assegurado, até 30 de Setembro de 2006, data do *Unbundling*, através das redes da Galp Gás Natural, passarem a ser debitados, pela REN no âmbito da referida operação.

SEGMENTOS GEOGRÁFICOS

O proveito das vendas e das prestações de serviços e os activos totais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 respeitam essencialmente à actividade desenvolvida em Portugal. A actividade de exploração e produção é essencialmente desenvolvida em Angola. Adicionalmente, existe uma componente da actividade localizada em Espanha, respeitante a actividade de distribuição e comercialização de combustíveis, cujo proveito das vendas e prestações de serviços e os activos totais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

ÁREA GEOGRÁFICA	Proveito das vendas e Prestação de serviços		Activos totais	
	2007	2006	2007	2006
Espanha	2.263.334	2.040.720	800.498	694.024

Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
2007	2006 Reexpreso (a)	2007	2006 Reexpreso (a)	2007	2006 Reexpreso (a)	2007	2006 Reexpreso (a)
30.259	30.287	103.846	102.489	(346.849)	(283.874)	12.560.113	12.192.738
2	-	100.496	100.268	(346.849)	(283.874)		
30.257	30.287	3.350	2.221	-	-	12.560.113	12.192.738
2.652	5.503	(4.236)	(5.694)	529	-	1.288.494	1.259.620
(2.999)	(2.943)	(1.187)	(1.185)	-	-	(256.850)	(256.639)
222	-	-	(3.368)	-	-	(20.805)	(34.817)
(125)	2.560	(5.423)	(10.247)	529	-	1.010.839	968.164
(1.104)	(1.070)	(3.521)	(457)	(529)	-	33.349	(6.612)
757	(276)	1.839	1.642	-	-	(267.993)	(202.910)
(871)	(756)	-	-	-	-	(4.568)	(3.868)
(1.343)	458	(7.105)	(9.062)	-	-	776.627	754.774
Em 31 de Dezembro 2007 e 2006							
1.789	568	130	258	-	-	149.802	148.379
93.004	67.067	451.944	816.123	(816.250)	(1.349.838)	5.599.861	5.093.431
94.802	67.635	452.074	816.381	(816.250)	(1.349.838)	5.749.663	5.241.810
91.634	63.394	578.363	1.229.029	(816.250)	(1.349.838)	3.323.348	3.205.136

9. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007	2006
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	8.201	8.390
Outros proveitos financeiros	4.625	20.198
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 29)	3.820	3.746
	16.646	32.334
Custos financeiros		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(26.837)	(35.708)
Juros capitalizados nos activos fixos	976	148
Securitização de contas a receber - Encargos Financeiros (Nota 23)	(10.614)	(8.020)
Outros custos financeiros	(13.341)	(17.058)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 29)	(498)	(1.368)
	(50.314)	(62.006)

A diminuição na rubrica de outros proveitos financeiros ocorreu essencialmente pelo facto de no exercício de 2006 o Grupo ter reconhecido o montante de mEuros 10.760 relativos aos juros moratórios recebidos pela Galp Gás Natural, S.A., ao abrigo do Contrato de Cessão de Direitos de Utilização da Infraestrutura de Telecomunicações celebrado em 1 de Junho de 1999 por um período de 20 anos com a ONITELECOM, S.A., no âmbito da resolução favorável do processo julgado em tribunal arbitral e mEuros 3.846 relativos a juros vencidos no mesmo exercício.

De acordo com a nota 2.14 a política do Grupo é capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo IAS 23 - custos dos empréstimos obtidos.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de mEuros 976, relacionados com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em imobilizado durante o seu período de construção.

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo com sede em Portugal Continental e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 90% passaram, a partir de 31 de Dezembro de 2001, a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A..

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registado com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 representa um imposto a recuperar no montante de mEuros 382.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Verificou-se durante o exercício de 2001 a ocorrência de uma inspecção por parte das autoridades fiscais apresentadas pela Petrogal cujas propostas de correcção se encontram resumidas no ponto ii) abaixo. Adicionalmente, no decurso do exercício de 2004, as declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 2000 a 2002 foram objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcção encontram-se resumidas no ponto iii) abaixo. Por sua vez, no decorrer do exercício de 2006, a declaração fiscal do exercício de 2003 da Petrogal foi objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcções se encontram resumidas no ponto iv) abaixo. As declarações fiscais das empresas do Grupo relativas aos exercícios de 2004 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Galp considera que, as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 Dezembro de 2007;
- Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações gratuitas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos. No decorrer do exercício de 2006, a reclamação relativa ao exercício de 1998 foi indeferida. Por não concordar com o indeferimento, a Petrogal apresentou impugnação judicial da decisão proferida. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 não incluem qualquer provisão para fazer face a estas contingências;
- Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram propostas adicionais à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respectivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de mEuros 11.865. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo ao princípio da prudência, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 7.394 (Nota 26);
- Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspecção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correcção à material colectável comunicada a Petrogal no montante de mEuros 12.098 a que corresponde uma liquidação de mEuros 5.265, que se encontra parcialmente paga no montante de mEuros 2.568;
- Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo ("IRP") determinado com base no regime fiscal Angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se pendentes de pagamento, liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas aos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 nos montantes de 1.668.042 USD, 3.650.434 USD, 4.500.922 USD, 5.373.961 USD e 7.949.024 USD, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo tem constituída uma provisão para este efeito, no equivalente a cinquenta por cento dos valores comunicados pelo Ministério das Finanças de Angola para os anos de 2002 a 2005, no montante global de mEuros 5.160 (Nota 26). A Administração do Grupo entende que aquelas liquidações se encontram em discussão, estando a decorrer um processo de auditoria fiscal extraordinário solicitado pelos parceiros do PSA do Bloco 14, cujo resultado será conhecido no decurso do exercício de 2008, e como tal estima que não se irá pagar a totalidade dos montantes pelos quais a Empresa foi notificada para os anos de 2002 a 2006, existindo fortes indícios de que a provisão já constituída seja suficiente para cobrir os eventuais montantes a pagar após conclusão daqueles trabalhos em curso;
- Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do grupo com sede em território espanhol, o período de reporte dos prejuízos fiscais é de 15 exercícios. Em 31 de Dezembro de 2007, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a aproximadamente mEuros 15.172 e respeitavam na sua totalidade a empresas com sede em Espanha. O Grupo entendeu registar impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspectivas seguras de recuperação;
- De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas do grupo e associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados rendimentos ou gastos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. Não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	2007	2006
Imposto Corrente	202.379	219.298
Excesso/insuficiência de estimativa imposto ano anterior	(1.591)	13.614
Imposto Diferido	67.205	(30.002)
	267.993	202.910 (a)

(a) A demonstração comparativa encontra-se reexpressa (Nota 2.24)

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 e o detalhe dos impostos diferidos:

	2007	2006
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo IFRS/IAS:	1.049.188	961.552
Ajustamento para o normativo POC	(278.738)	50.490
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo POC	770.450	1.012.042
Ajustamento para efeitos fiscais (efeito cumulativo) (a)	1.170.297	1.398.273
Resultado agregado para efeitos fiscais antes de impostos	1.940.747	2.410.315
Acréscimos à matéria colectável	271.162	371.672
Provisões não aceites fiscalmente	111.912	131.246
Realizações de utilidade social não dedutíveis	7.283	13.585
Outros Acréscimos	126.520	210.086
Equivalência Patrimonial	25.447	16.755
Decréscimos à matéria colectável	(1.490.690)	(2.018.284)
Redução / Utilização de provisões tributadas em exercícios anteriores	(100.589)	(96.805)
Excesso de estimativa impostos	(2.596)	(4.530)
Outras deduções	(180.717)	(476.182)
Equivalência Patrimonial	(1.195.743)	(1.432.544)
Resultados negativos para efeitos fiscais	(16.068)	(8.223)
Resultados negativos de Empresas fora do perímetro de consolidação fiscal	5.023	-
Matéria Colectável	721.219	763.703
IRC Liquidado	194.901	201.954
Derrama	6.833	16.682
Tributações autónomas	645	662
Estimativa de imposto corrente do exercício	202.379	219.298
Imposto diferido e excesso de estimativa do exercício	65.614	(16.388)
Imposto sobre o rendimento	267.993	202.910
Taxa efectiva de imposto	25,54%	21,10%

(a) Este montante foi obtido pela soma do resultado antes de imposto de acordo com o normativo POC de todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e que se encontra assim influenciado com a apropriação dos resultados obtidos pela consolidação dos proveitos e custos entre as empresas do grupo.

De acordo com o artigo 15º do Decreto-lei n.º35/2005 de 17 de Fevereiro, para efeitos fiscais, nomeadamente de apuramento do lucro tributável, as entidades que elaborem as contas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade são obrigadas a manter a contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística em Portugal e demais disposições legais em vigor para o respectivo sector de actividade.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a Empresa optou, relativamente ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) pago pela sua subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. em Angola, por considerar o mesmo na rubrica de imposto sobre o rendimento ascendendo este montante a mEuros 64.534, que inclui essencialmente mEuros 47.875 relativos a IRP associado às vendas e empréstimos de petróleo bruto efectuadas, e determinado com base no regime fiscal Angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção ("CPP") em que o Grupo participa e mEuros 16.643 relativos ao abaixo descrito. O montante de IRP relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 ascendeu a mEuros 22.889 (Nota 2.24).

Os CPP, aplicáveis aos blocos em que o Grupo detém participação em Angola, prevê que uma percentagem do valor das vendas realizadas seja recuperado em termos fiscais no petróleo para recuperação de custos (*cost-oil*), estando a restante quantidade de barris, a que respeita o petróleo lucro (*profit-oil*), sujeita ao pagamento imediato de IRP depois de expurgados os barris que são contratualmente cedidos à concessionária (Sonangol). O *cost-oil* é utilizado pelos parceiros na recuperação dos custos em pesquisa, desenvolvimento e produção na declaração anual de rendimentos que apresenta ao Ministério das Finanças de Angola, pelo que sempre que os custos disponíveis para a recuperação sejam inferiores ao montante de *cost-oil* apurado, o respectivo excedente deverá ser transferido para *profit-oil*, originando um ajustamento nas quantidades a ceder à concessionária e um aumento de IRP a liquidar. No decurso do exercício económico de 2007 foi necessário proceder ao ajustamento de *cost-oil*, pela razão atrás mencionada, reforçando o valor do *profit-oil*, o que originou um IRP adicional no montante de 16.643 Euros, o qual foi reconhecido como custo de imposto por contrapartida da rubrica de imposto estimado e o montante adicional de quantidades a ceder à concessionária, no montante de mEuros 21.670, reconhecido como redução às vendas por contrapartida da rubrica de outras contas a pagar.

IMPOSTO DIFERIDO

	Impostos diferidos 2007		Impostos diferidos 2006	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Reavaliações contabilísticas	-	(5.197)	-	(4.338)
Provisões não aceites fiscalmente	23.212	-	39.129	-
Prejuízos fiscais reportáveis	5.510	-	11.823	-
Benefícios de pensões	64.647	(5.300)	60.855	(5.300)
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	5.945	(2.673)	7.637	(3.495)
Mais valias reinvestidas	-	(1.442)	-	(1.625)
Ajustamentos LIFO/FIFO	4	(132.070)	161	(76.204)
Instrumentos financeiros	3	(378)	771	(1.543)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	18.248	-	16.728	-
Dupla tributação económica	12.843	-	7.605	-
Outros	1.479	(533)	788	(422)
	131.891	(147.593)	145.497	(92.927)

	Impostos diferidos 2007		Impostos diferidos 2006	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo Inicial	145.497	(92.927)	158.924	(132.275)
Efeito em resultados:				
Reavaliações contabilísticas	-	(396)	-	1.560
Provisões não aceites fiscalmente	(15.497)	-	(10.782)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(6.313)	-	2.739	-
Benefícios de pensões	3.792	-	6.602	200
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(1.692)	822	(4.164)	(3.495)
Mais valias reinvestidas	-	183	-	251
Ajustamentos LIFO/FIFO	(157)	(55.866)	161	34.059
Instrumentos financeiros	(693)	1.274	823	(1.543)
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	1.520	-	(6.650)	-
Dupla tributação económica	5.238	-	2.653	-
Outros	691	(111)	(729)	8.316
	(13.111)	(54.094)	(9.347)	39.348
Efeito em Capital próprio:				
Derivados financeiros	(75)	(109)	(1.190)	-
Outras reservas (Nota 21)	-	(463)	-	-
Diferenças de perímetro de consolidação:				
Outros ajustamentos:	(420)	-	(2.890)	-
Saldo Final	131.891	(147.593)	145.497	(92.927)

11. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em Dezembro 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007	2006
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	776.627	754.774
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (nota 20)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros)	0,94	0,91

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

12. GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de Dezembro de 2007, conforme segue:

SUBSIDIÁRIAS	Ano de Aquisição	Custo de Aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição		Diferenças de Consolidação	
			%	Montante	2007	2006
Petroleos de Valencia, S.A.	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	7.838
Galpgest - Petrolgal Estaciones de Servicio, S.A.	2003	16.290	100,00%	9.494	6.265	6.723
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	2005	50	100,00%	(353)	403	403
Saaga - Sociedade Acoreana de Armazenagem. de Gás, S.A.	2005	858	67,65%	580	278	278
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	2002/3 e 2007	595	1,028%	319	217	99
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras S.A.	2003/6 e 2007	152	0,94%	107	51	51
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	1.640
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A.	2007	720	10,00%	190	530	-
					17.222	17.032

O *Goodwill* gerado em aquisições anteriores à data da Transição para IFRS, encontra-se registado tal como referido na nota 2.2 d).

O movimento do *Goodwill* durante o ano de 2007 e 2006 é apresentado como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006	20.480
Abates:	
Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	(5.063)
	(5.063)
Aumento devido a aquisição de participações financeiras:	
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras S.A. (aquisição 0,43%)	47
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. (aquisição 25%)	1.640
	1.687
Ajuste do preço de aquisição da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	541
Imputação de perdas por imparidade ao valor líquido das estações de serviço:	
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	(613)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	17.032
Aumento devido a aquisição de participações financeiras (nota 3):	
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A. (aquisição 10%)	530
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (aquisição 0,16%)	118
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. (aquisição 0,03%)	-
Fast Access - Operações Serv. Informação e Comércio Electrónico, S.A. (aquisição 33,33%)	-
	648
Imputação de perdas por imparidade ao valor líquido das estações de serviço:	
Ajuste do preço de aquisição da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	(458)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	17.222

O Grupo procedeu ao reconhecimento de um ajustamento final ao preço de compra da empresa Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.A resultante do cumprimento da cláusula estabelecida no Contrato de Compra, no montante de mEuros 541. Associado a este *goodwill* foi reconhecida uma perda por imparidade sobre o mesmo resultante do estudo da imparidade das estações de serviço realizado em 2007, a qual ascendeu a mEuros 458.

13. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

	2007				
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios
Custo de aquisição:					
Saldo em 01 de Janeiro	204.756	704.239	4.195.196	23.160	4.330
Adições	53	1.865	5.440	336	140
Abates/vendas	(4.678)	(20.711)	(137.724)	(1.381)	(251)
Regularizações	-	1.960	2.667	(33)	8
Transferências	204	20.731	149.399	943	160
Variação de perímetro	-	-	-	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de Dezembro	200.335	708.084	4.214.978	23.025	4.387
Saldo de imparidades em 01 de Janeiro	(5.108)	(14.704)	(21.461)	(120)	(23)
Aumento de Imparidades	(2.661)	(7.678)	(4.458)	(4)	(64)
Reversões de Imparidades	3.473	6.066	2.984	54	14
Utilização Imparidades	-	-	-	-	-
Saldo de imparidades em 31 de Dezembro	(4.296)	(16.316)	(22.935)	(70)	(73)
Saldo de subsídios ao investimento em 01 de Janeiro	(1.283)	(6.073)	(283.520)	-	(8)
Aumento subsídios ao investimento	-	(178)	(9.270)	-	-
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	(325)	-	-
Abates/vendas	1.161	520	10.316	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-	-
Saldo de subsídios ao investimento em 31 de Dezembro	(122)	(5.731)	(282.799)	-	(8)
Saldo em 31 de Dezembro	195.917	686.037	3.909.244	22.955	4.306
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 01 de Janeiro	(3.275)	(402.967)	(2.858.715)	(21.206)	(3.713)
Amortização do exercício	(200)	(25.586)	(178.397)	(995)	(215)
Abates/vendas	260	10.909	90.180	1.381	203
Regularizações	-	(1.932)	(1.478)	22	(1)
Transferências	-	(16)	(10)	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	(3.215)	(419.592)	(2.948.420)	(20.798)	(3.726)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 01 de Janeiro	164	2.721	97.885	-	7
Aumento subsídios ao investimento	-	75	5.888	-	-
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	-	-	-
Abates/vendas	(162)	(134)	(1.731)	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-	-
Saldo de reconhecimento de subsídios em 31 de Dezembro	2	2.662	102.042	-	7
Saldo Acumulado	(3.213)	(416.930)	(2.846.378)	(20.798)	(3.719)
Valor líquido:					
em 31 de Dezembro	192.704	269.107	1.062.866	2.157	587

Os activos fixos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na nota 2.3. As taxas de amortização que estão a ser aplicadas constam na mesma nota.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e activos intangíveis (reconversões) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados, conforme explicado na nota 2.8.

Proveniente da transferência de imobilizado para as empresas distribuidoras de gás *Unbundling*, procedeu-se ao abate de subsídios na empresa de origem, e integração nas empresas distribuidoras pelo valor líquido de subsídios.

					2007	2006
Equipamento administrativo	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamento por conta imobilizações corpóreas	Total de Activos Fixos Tangíveis	Total de Activos Fixos Tangíveis
132.032	149.437	105.316	282.607	3.008	5.804.081	6.750.630
1.269	601	2.884	416.117	3.197	431.902	312.525
(7.548)	(767)	(2.720)	(3.827)	(8)	(179.615)	(1.036.874)
(5)	(264)	(13)	(8.132)	-	(3.812)	9.106
5.178	5.224	2.966	(183.454)	-	1.351	28.533
-	-	-	-	-	-	(259.839)
130.926	154.231	108.433	503.311	6.197	6.053.907	5.804.081
(4.087)	-	(968)	(35.205)	-	(81.676)	(75.504)
(1.207)	(1)	(2.555)	(2.716)	-	(21.344)	(19.176)
754	-	966	-	-	14.311	13.003
-	-	-	35.088	-	35.088	-
(4.540)	(1)	(2.557)	(2.833)	-	(53.621)	(81.676)
(769)	-	-	(13.601)	-	(305.254)	(709.329)
-	-	-	(9)	-	(9.457)	(9.489)
-	-	-	2.893	-	2.568	7.038
-	-	-	8.161	-	20.158	314.907
(769)	-	-	(2.556)	-	(291.985)	(305.254)
125.617	154.230	105.876	497.922	6.197	5.708.301	5.417.150
(111.665)	(131.461)	(58.414)	-	-	(3.591.416)	(3.566.085)
(7.811)	(5.520)	(5.813)	-	-	(224.537)	(231.346)
7.511	766	2.057	-	-	113.267	165.375
22	53	15	-	-	(3.299)	7.478
2	-	(24)	-	-	(48)	(1.073)
-	-	-	-	-	-	34.235
(111.941)	(136.162)	(62.179)	-	-	(3.706.033)	(3.591.416)
736	-	-	-	-	101.513	146.396
19	-	-	-	-	5.982	12.146
-	-	-	-	-	-	(7.038)
-	-	-	-	-	(2.027)	(40.086)
-	-	-	-	-	-	(9.905)
755	-	-	-	-	105.468	101.513
(111.186)	(136.162)	(62.179)	-	-	(3.600.565)	(3.489.903)
14.431	18.068	43.697	497.922	6.197	2.107.736	1.927.247

ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

	2007		
	Despesas de instalação	Despesas investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos
Custo de aquisição:			
Saldo em 01 de Janeiro	3.074	11.756	245.265
Adições	14	35	1.435
Abates/vendas	(32)	(1.215)	(30.443)
Regularizações	(29)	(59)	7.790
Transferências	-	32	9.599
Variação de perímetro	-	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de Dezembro	3.027	10.549	233.646
Saldo de imparidades em 01 de Janeiro			
Aumento de Imparidades	-	(4)	(6.596)
Reversões de Imparidades	-	(5)	(4.229)
Utilização Imparidades	-	4	3.534
Saldo de imparidades em 31 de Dezembro	-	(5)	(7.291)
Saldo de subsídios ao investimento em 01 de Janeiro			
Aumento subsídios ao investimento	-	(8.808)	(570)
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	-
Abates/vendas	-	-	-
Variação de perímetro	-	764	-
Saldo de subsídios ao investimento em 31 de Dezembro	-	(8.044)	(570)
Saldo em 31 de Dezembro	3.027	2.500	225.785
Amortizações e perdas por			
imparidade acumuladas:			
Saldo em 01 de Janeiro	(2.979)	(8.289)	(115.144)
Amortização do exercício	(42)	(866)	(17.477)
Abates/vendas	32	611	13.110
Regularizações	30	157	(2.282)
Transferências	-	-	-
Variação de perímetro	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	(2.959)	(8.387)	(121.793)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 01 de Janeiro			
Aumento subsídios ao investimento	1	6.618	412
Diminuição subsídios ao investimento	-	7	-
Abates/vendas	-	(38)	-
Variação de perímetro	-	-	-
Saldo de reconhecimento de subsídios em 31 de Dezembro	1	6.587	412
Saldo Acumulado	(2.958)	(1.800)	(121.381)
Valor líquido:			
em 31 de Dezembro	69	700	104.404

Os activos fixos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na nota 2.4. As respectivas taxas de amortização que estão a ser praticadas, encontram-se definidas na mesma nota.

As amortizações do exercício decompõem-se da seguinte forma:

	Imobilizado corpóreo	Imobilizado incorpóreo
Amortizações do exercício	(224.537)	(32.344)
Aumento de subsídios ao investimento	5.982	1.301
Aumento de imparidades	(21.344)	(4.470)
Diminuição de imparidades	14.311	4.251
Amortizações (Nota7)	(225.588)	(31.262)

PRINCIPAIS INCIDÊNCIAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2007

Os aumentos do ano, verificados nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de mEuros 465.635 incluem essencialmente:

i) Segmento de Exploração & Produção Petrolífera

- mEuros 125.170 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no Bloco 14 em Angola;
- mEuros 20.609 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 32 em Angola;
- mEuros 41.059 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos operados e não operados no Brasil;
- mEuros 6.264 relativos a despesas de pesquisa em blocos em Timor-Leste.

ii) Segmento de Gás & Power

- mEuros 47.324 relativos à construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes e outras infra-estruturas) de gás natural;
- mEuros 23.734 relativos a investimentos na participação em redes partilhadas e reconversão de consumos para de gás natural;
- mEuros 23.332 relativos ao início das actividades de concepção e construção da Central de Cogeração de Sines.

iii) Segmento de Refinação & Distribuição de Produtos Petrolíferos

- mEuros 21.579 relativos à Unidade de Negócio do retalho essencialmente em remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de actividades, desenvolvimento dos sistemas de informação;
- mEuros 82.911 relativos a investimentos nas refinarias do Porto e Sines, dos quais mEuros 25.085 são relativos a projectos de Conformidade (projectos que visam dar cumprimento a normas legais, designadamente em matérias de ambiente, higiene e segurança, ou de especificação de produtos, bem como os que antecipam o cumprimento de normas futuras) e mEuros 32.783 em consequência do projecto da paragem para a grande reparação da refinaria do Porto, substituição de tubagem e revamping, nos montantes de mEuros 2.912 e mEuros 4.825, respectivamente;
- mEuros 11.675 relativos investimentos na Unidade de GPL (Gás) na modernização de enchimento de garrafas nomeadamente para adaptação de redes, requalificação e aquisição de novas garrafas para o projecto do parque de Sines;

				2007	2006
Trespases	Reconversão de consumos para gás natural	Imobilizado em curso	Adiantamentos por imobilizado intangível	Total de Activos Fixos Intangíveis	Total de Activos Fixos Intangíveis
10.974	283.384	15.717	-	570.170	589.991
-	(224)	32.266	207	33.733	37.085
(1)	(208)	(444)	-	(32.343)	(13.835)
-	(209)	(584)	-	6.909	(1.292)
393	21.368	(32.625)	-	(1.233)	(28.684)
-	-	-	-	-	(13.095)
11.366	304.111	14.330	207	577.236	570.170
(713)	-	-	-	(7.313)	(9.075)
(236)	-	-	-	(4.470)	(717)
713	-	-	-	4.251	2.479
-	-	-	-	-	-
(236)	-	-	-	(7.532)	(7.313)
-	(35.116)	45	-	(44.449)	(40.885)
-	(3.885)	-	-	(3.885)	(10.389)
-	62	-	-	62	6.641
-	-	-	-	764	184
-	-	-	-	-	-
-	(38.939)	45	-	(47.508)	(44.449)
11.130	265.172	14.375	207	522.196	518.408
(10.152)	(68.171)	-	-	(204.735)	(188.124)
(615)	(13.344)	-	-	(32.344)	(34.820)
1	208	-	-	13.962	10.518
(2)	1	-	-	(2.096)	2.140
-	28	-	-	28	1.225
-	-	-	-	-	4.326
(10.768)	(81.278)	-	-	(225.185)	(204.735)
-	4 062	-	-	11.093	12.570
-	1 301	-	-	1.301	5.344
-	128	-	-	135	(6.640)
-	-	-	-	(38)	(180)
-	-	-	-	-	-
-	5 491	-	-	12.491	11.094
(10.768)	(75.787)	-	-	(212.694)	(193.641)
362	189.385	14.375	207	309.502	324.767

No decurso do exercício de 2007 foram alienados bens de natureza tangível e intangível os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de imobilizado levada a cabo neste exercício e incluem:

- i) mEuros 5.675 relativos a venda 11º a 14º andar e 30 lugares garagem na Torre C, Edifício Torres de Lisboa;
- ii) mEuros 1.517 relativos a venda do 2º andar Frente do nº 328 da Av. Infante D. Henrique;
- iii) mEuros 1.207 relativos a venda Loja Av. da República 54 - 54 C;
- iv) mEuros 3.250 relativos a venda de edifício sala controlo PL gás natural;
- v) mEuros 1.582 relativos a venda edifício industrial de armazenagem PL gás natural;
- vi) mEuros 1.786 relativos a venda bairro social Sacavém.

Em 31 de Dezembro de 2007, encontram-se constituídas imparidades de activos no montante de mEuros 61.153 relativo a ajustamentos ao valor dos activos imobilizados, os quais dizem respeito nomeadamente a:

- i) mEuros 23.579 para fazer face à imparidade de postos de abastecimento na rede de Portugal e Espanha;
- ii) mEuros 3.876 para fazer face à imparidade do parque de Aveiro;
- iii) mEuros 5.655 para fazer face à imparidade da monobóia;
- iv) mEuros 2.231 para fazer face à imparidade do Bloco 32.

Durante o exercício de 2007, os blocos 32 e 33 foram vendidos pela Subsidiária Petrogal, S.A., à Galp Exploração, tendo sido incorporada a imparidade do bloco 33 no montante de mEuros 33.325 no valor bruto do activo.

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos tangíveis afectos à actividade de exploração de petróleo bruto e respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas são como segue:

	Valores Brutos	Amortizações e Imparidades Acumuladas	Valores líquidos
Activos Fixos Tangíveis			
Custos de exploração e desenvolvimento relativos a áreas já em produção	314.205	(150.260)	(163.945)
Imobilizado em curso	310.578	-	310.578
	624.783	(150.260)	474.523

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis e intangíveis, deduzido de subsídios e perdas de imparidade), em 31 de Dezembro de 2007, é composto como se segue:

	Activo bruto (líquido de imparidades)	Subsídio ao investimento	Activo líquido
Pesquisa e exploração de petróleo no Bloco 14 e Bloco 14K	159.900	-	159.900
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	78.993	-	78.993
Pesquisa de petróleo no bloco 32 em Angola	66.728	-	66.728
Renovação e expansão da rede	52.988	(879)	52.109
Centrais de coogeração nas refinarias de Sines e do Porto	38.707	-	38.707
Investimentos Industriais afectos às Refinarias	21.945	-	21.945
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique e Timor	7.600	-	7.600
Substituição de tubagem - Leixões	9.579	-	9.579
Armazenagem subterrânea de gás natural	6.869	(1.549)	5.320
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	6.289	-	6.289
Central cogeração de ciclo combinado - Sines	5.776	-	5.776
Construção de navio	4.359	-	4.359
Outros projectos	61.479	(83)	61.396
	521.212	(2.511)	518.701

14. SUBSÍDIOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

PROGRAMA	Valor recebido		Por receber	
	2007	2006	2007	2006
Programa Energia	115.753	116.236	-	201
Interreg II	19.176	19.275	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Económica	204.296	194.941	227	1.861
Dessulfuração de Sines	39.513	13.203	-	26.310
Dessulfuração do Porto	35.307	11.797	-	23.510
Outros	12.342	11.891	-	-
Total	446.095	387.051	227	51.882

Estes subsídios, destinados ao Investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme nota 2.9, de acordo com o período de vida útil dos activos tangíveis e intangíveis respectivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2007 o montante de mEuros 5.353 (Nota 13).

Adicionalmente, no exercício de 2007 foram recebidos subsídios no montante de mEuros 62.988, dos quais mEuros 49.820 respeitaram a subsídios do Estado Português (Nota 15), resultantes do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal" datado de 21 de Dezembro de 1998, por investimentos relativos à dessulfuração de gasóleo nas refinarias de Sines e do Porto.

O montante de mEuros 227 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber é relativo a programas de incentivos a expansão da rede de gás Natural (Nota 15).

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

RUBRICAS	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	133	-	220	-
IVA - Reembolsos solicitados	9.730	-	15.722	-
Outros	924	53	447	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	17.699	-	19.241	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	13.089	539	6.602	13.080
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	12.665	-	11.930	-
Meios de pagamento	9.763	-	9.609	-
Outras contas a receber - empresas associadas, relacionadas e participadas (nota 29)	5.073	722	3.183	807
Adiantamento ao operador Petrobrás	3.149	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.848	-	2.892	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	1.887	-	8.676	-
Pessoal	1.862	-	2.028	-
Empréstimos a clientes	614	2.447	541	2.819
Subsídios a receber (Nota 14)	227	-	2.062	-
Empréstimos a empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29)	-	48.457	-	55.927
Estado Português (Nota 14)	-	-	49.820	-
Operações de Trading de Gás Natural	-	-	22.496	-
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do Bloco 14	-	-	4.531	-
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	3.615	-	3.872
Outros	46.645	1.024	29.265	830
	126.308	56.857	189.265	77.335
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	131.120	-	58.815	-
Swap Petróleo bruto Bloco 14	8.685	-	286	-
Juros a receber	5.531	-	7.833	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos	4.532	-	3.775	-
Rappel a receber sobre compras	1.084	-	1.992	-
Outros acréscimos de proveitos	7.305	-	10.250	-
	158.257	-	82.951	-
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	35.137	-	39.624	-
Custos com catalizadores	3.198	-	3.063	-
Juros e outros encargos financeiros	1.095	41	1.967	33
Seguros pagos antecipadamente	411	-	2	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	207	-	341	-
Benefícios de reforma (Nota 24)	-	32.110	4	28.998
Outros custos diferidos	9.929	141	6.033	390
	49.977	32.292	51.034	29.421
	334.542	89.149	323.250	106.757
Imparidade de outras contas a receber	(4.493)	-	(4.548)	-
	330.049	89.149	318.702	106.757

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2007 na rubrica de imparidades de outras contas a receber.

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo Final
Outras contas a receber	4.548	1.135	(530)	(786)	126	4.493
	4.548	1.135	(530)	(786)	126	4.493

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido de mEuros 605 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 7). O montante de mEuros 17.699 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber pela Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular nº 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 13.089 no activo corrente e o montante de mEuros 539 no activo não corrente correspondem aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações celebrado em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, e encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 5.860 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 9.763 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Dezembro de 2007 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 5.073 registado no activo relativo empresas associadas - outros devedores refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

A rubrica de outras contas a receber - fundo de pensões - recuperação de desembolso no montante de mEuros 1.887 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Dezembro e ainda não reembolsados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e no âmbito do "Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrogal recebeu mEuros 49.820 do Ministério da Economia. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. A contrapartida desta conta a receber, foi registada como dedução ao valor do Imobilizado (Nota 14).

A rubrica outras contas a receber - outros, inclui o montante de mEuros 11.781 a receber da empresa Portgás - Soc. Distribuição e Produção de Gás, S.A., em virtude da resolução do contrato de partilha de rede celebrado entre a Galp Gás Natural, S.A. e aquela empresa.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte, corresponde à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., e Transgás, S.A., no montante de, respectivamente, mEuros 95.214 e mEuros 19.641.

O montante de mEuros 8.685 registado na rubrica de acréscimos de proveitos – *swap* petróleo bruto Bloco 14, referente aos *swaps* sobre *commodities*, destinam-se a cobrir transacções realizadas no mês de Dezembro de 2007, mas cujo fluxo monetário apenas se realiza no mês de Janeiro de 2008. Estas operações foram realizadas com a intenção de fazer um “alisamento” do preço do Brent, para as transacções de venda do bloco 14 durante o exercício económico de 2007, e uma vez que se trata de *swaps* indexados ao preço mensal do Brent, gera fluxos financeiros reais mensais, existindo a necessidade do reconhecimento do custo/proveito, no mês a que a operação de cobertura respeita.

O montante de mEuros 5.531 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, inclui mEuros 4.956 correspondente a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 4.532 diz respeito a consumos efectuados no exercício de 2007 através do cartão Galp Frota e apenas facturados em 2008.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	Não Vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
Aging outros devedores								
2007 Bruto	400.703	12.754	277	2.161	1.399	664	5.733	423.691
Ajustamentos	-	-	(13)	(140)	(150)	(286)	(3.904)	(4.493)
	400.703	12.754	264	2.021	1.249	378	1.829	419.198
2006 Bruto	415.085	2.452	3.405	660	783	495	7.127	430.007
Ajustamentos	-	-	(414)	(91)	(133)	(63)	(3.847)	(4.548)
	415.085	2.452	2.991	569	650	432	3.280	425.459

O Grupo considera como montantes não vencidos, os saldos com outras contas a receber que não estão em mora. Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

16. CLIENTES

A rubrica de clientes, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2007	2006
Clientes conta corrente	1.061.513	939.331
Clientes de cobrança duvidosa	78.226	73.503
Clientes - títulos a receber	4.568	7.410
	1.144.307	1.020.244
Imparidades de contas a receber	(67.248)	(59.965)
	1.077.059	960.279

No quadro seguinte apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2007 da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes:

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo Final
Imparidade de contas a receber	59.965	24.336	(15.193)	(2.922)	1.062	67.248
	59.965	24.336	(15.193)	(2.922)	1.062	67.248

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de mEuros 9.143 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 7).

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	Não Vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
Aging clientes								
2007 Bruto	848.788	193.847	19.173	15.536	6.853	13.806	46.304	1.144.307
Ajustamentos	-	-	(4)	(6.665)	(3.850)	(10.898)	(45.831)	(67.248)
	848.788	193.847	19.169	8.871	3.003	2.908	473	1.077.059
2006 Bruto	739.464	132.906	65.435	21.855	5.750	3.451	51.383	1.020.244
Ajustamentos	-	-	-	(7.091)	(3.600)	(2.908)	(46.366)	(59.965)
	739.464	132.906	65.435	14.764	2.150	543	5.017	960.279

O Grupo considera como montantes não vencidos, os saldos com clientes que não estão em mora. Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

17. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

RUBRICAS	2007	2006
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	262.884	194.568
Outras matérias-primas e materiais diversos	44.529	32.913
Matérias-primas em trânsito	180.673	83.662
	488.086	311.143
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(10.063)	(5.372)
	478.023	305.771
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	376.498	345.982
Produtos intermédios	255.778	164.420
Produtos acabados em trânsito	15.423	55
	647.699	510.457
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(7)	(8)
	647.692	510.449
Produtos e trabalhos em curso	365	143
Mercadorias	297.926	249.677
Mercadorias em trânsito	48	497
	297.974	250.174
Ajustamentos de mercadorias	(2.039)	(1.398)
	295.935	248.776
Adiantamento por conta de compras	49	125
	1.422.064	1.065.264

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 297.926, corresponde essencialmente a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A. no montante de mEuros 235.752.

Em 31 de Dezembro de 2007, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 302.375 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 25).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei nº 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da quantidade e qualidade respectivas. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidades de inventários no período findo a 31 de Dezembro de 2007 foi o seguinte:

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Varição no Perímetro	Saldo Final
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.372	4.573	(30)	-	148	10.063
Ajustamentos de produtos acabados e intermédios	8	-	(1)	-	-	7
Ajustamentos de mercadorias	1.398	644	-	(1)	(2)	2.039
	6.778	5.217	(31)	(1)	146	12.109

O montante de aumento de imparidades líquido de diminuições no montante de mEuros 5.186 foi registado por contrapartida da rubrica de gastos operacionais - inventários consumidos e vendidos da demonstração de resultados (Nota 7).

18. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2007	2006
Derivados sobre <i>Commodities</i>	-	-
Derivados sobre Taxa de Juro	1.216	1.121
Instrumentos financeiros (Nota 28)	1.216	1.121
Outros Títulos e Investimentos	259	274
Outros investimentos correntes	259	274
	1.475	1.395

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2007	2006
Derivados sobre <i>Commodities</i> (Nota 28)	99	6.874
Derivados sobre Taxa de Juro (Nota 28)	591	269
Instrumentos financeiros	690	7.143
Acções em empresas Participadas	11	11
Outros títulos negociáveis	2.628	904
Depósito a prazo	2.260	1.793
Depósito à ordem	567	-
Outras aplicações de tesouraria	-	4.172
Outros investimentos correntes (Nota 19)	5.466	6.880
	6.156	14.023

A diminuição ocorrida no exercício de 2007, deve-se essencialmente ao fecho dos contratos de derivados financeiros sobre *commodities*, por extinção natural dos mesmos, durante o ano de 2007. A 31 de Dezembro de 2007 os derivados financeiros existentes no Grupo encontram-se descritos na nota 28.

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2007	2006
Numerário	3.301	6.435
Depósitos à ordem	78.651	83.537
Depósitos a prazo	2.713	11.133
Outros títulos negociáveis	4.063	-
Outras aplicações de tesouraria	18.448	111.363
Caixa e seus equivalentes no balanço	107.176	212.468
Outros investimentos correntes (Nota 18)	5.466	6.880
Descobertos bancários (Nota 23)	(129.552)	(218.526)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(16.910)	822

A rubrica de Outra aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do grupo:

Galp Serviexpress, S.L.U.	3.148
Petrogal Brasil, Lda.	2.996
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	2.704
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	1.200
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	600
Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal	900
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	6.900
	18.448

20. CAPITAL SOCIAL

ESTRUTURA DO CAPITAL

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (nota 11) de valor nominal de 1 Euro, e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

TIPO DE ACÇÕES	Dezembro 2007	Dezembro 2006
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Número total de acções	829.250.635	829.250.635
Valor nominal acções	829.251	829.251

As acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagradas no artº 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do País de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

ESTRUTURA ACCIONISTA

Em Janeiro de 2007, o Estado procedeu à alienação à Parpública SGPS, S.A. de 40.000.000 de acções do tipo A e 1.494.501 acções do tipo B, representativas de 5,0% do capital da Galp Energia, SGPS, S.A.. Após esta aquisição a Parpública passa a deter 58.079.514 acções da Galp Energia SGPS, S.A., representativas de 7,0% dos direitos de voto, deixando o Estado Português, a partir dessa data de ser accionista directo da Sociedade.

Em virtude de operações realizadas em Bolsa entre os dias 29 de Agosto e 3 de Setembro de 2007, a participação qualificada imputável, indirectamente, ao Banco BPI, S.A., calculada em termos de direitos de voto e de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, passou a ser de 5,09%.

A Caixa Galicia vendeu em diferentes transacções no mercado regulado da Euronext Lisbon, até ao dia 4 de Outubro, 8.700.000 acções da Galp Energia SGPS, S.A.. Após estas vendas, a Caixa Galicia deixou ter uma participação qualificada no capital da Galp Energia.

O capital da Empresa em 31 de Dezembro de 2007 encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º Acções	Valor nominal	% Capital
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	1 Euro	33,34%
Banco BPI, S.A.	42.220.051	1 Euro	5,09%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1 Euro	1,00%
Eni S.p.A.	276.472.160	1 Euro	33,34%
Iberdrola, S.A.	33.170.025	1 Euro	4,00%
Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	1 Euro	7,00%
Restantes accionistas	134.544.214	1 Euro	16,23%
	829.250.635		100,00%

GESTÃO DO CAPITAL

A empresa Galp Energia SGPS, S.A. segue os requisitos da legislação portuguesa, constantes do Código das Sociedades Comerciais.

21. OUTRAS RESERVAS

De acordo com a legislação nacional, Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007	2006
Reservas Legais	118.924	79.047
Reservas Livres	27.977	27.977
Reservas Especiais	(463)	-
	146.438	107.024

Em 2007 a rubrica de reservas legais teve uma variação positiva no montante de mEuros 39.877 decorrente da aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006. Salientamos o facto deste montante ser inferior a 5% do resultado do exercício, do ano de 2006, apurado de acordo com as IFRS/IAS. Tal situação decorre do facto de se tratar de uma imposição legal Portuguesa, devendo consequentemente a reserva legal ser apurada com base no resultado líquido do exercício de 2006 de acordo com o normativo nacional (Plano Oficial de Contabilidade), que no referido ano foi mEuros 797.550.

O montante de mEuros 463 na rubrica de reservas especiais diz respeito a uma correção de impostos diferidos - reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboaagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., (nota 10).

22. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no Capital Próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2007	2006
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (a)	11.285	9.125
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. (b)	5.608	4.846
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	3.090	3.068
Saaga - Sociedade Agoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	1.823	1.699
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	1.224	976
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A. (c)	667	951
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	944	507
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	203	233
Petromar - Soc. Abastecimentos Petrolíferos, Lda.	351	164
Gite - Galp International Trading Establishment	35	40
Combustíveis Líquidos, Lda.	2	2
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A. (d)	-	(51)
Petrogás - Guiné-Bissau Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(301)	(260)
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. (e)	(2.943)	(2.763)
	21.988	18.537

(a) Aquisição pelo Grupo de mais 0,161% do capital da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., passando assim o Grupo a deter 85,19% do capital daquela empresa.

(b) Aquisição pelo Grupo de mais 0,03% do capital da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., passando agora a deter 59,51% do capital desta subsidiária.

(c) A subsidiária Petrogal, S.A. adquiriu 10% do capital da Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A., passando assim o Grupo a deter 60% do capital daquela empresa.

(d) A subsidiária Petrogal, S.A. adquiriu 33,33% do capital da Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A., passando a deter 100% do capital desta subsidiária.

(e) Em 31 de Dezembro de 2006 esta subsidiária apresenta capitais próprios negativos. O Conselho de Administração desta subsidiária efectuou uma proposta de realização de prestações suplementares, acompanhada do reembolso de suprimentos no montante de mEuros 7.267 a ser efectuado pela totalidade dos accionistas na proporção do capital detido. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses minoritários apresentam um saldo devedor.

23. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

RUBRICAS	Dezembro 2007		Dezembro 2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	171.418	93.311	284.574	90.064
Empréstimos externos	27.915	186.866	59.682	195.721
Descobertos bancários (Nota 19)	129.552	-	218.526	-
Desconto de letras	1.294	-	1.716	-
Linhas de crédito renováveis	4.000	-	-	-
	334.179	280.177	564.498	285.785
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	1.588	536	1.583	2.149
	335.767	280.713	566.081	287.934
Project Finance Fees	-	(1.001)	-	(845)
	335.767	279.712	566.081	287.089
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1997 - GDP, SGPS, S.A.	-	-	20.435	-
Emissão de 1998 - Lisboaagás, S.A.	-	15.772	-	15.772
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	210.000	-	210.000
	-	225.772	20.435	225.772
	335.767	505.484	586.516	512.861

Os empréstimos não correntes, excluindo *project finance fees*, em 31 de Dezembro de 2007 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2009	38.359
2010	248.593
2011	27.626
2012	21.585
2013 e seguintes	170.322
	506.485

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos podem ser caracterizados como segue:

DIVISA		Dezembro 2007		Dezembro 2006	
		Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)
Dolares dos Estados Unidos da América	USD	3.020	1.469	336.252	33.233
Meticais	MZM	-	-	96.485	2.799
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	269	229.585	350
Euros	EUR	647.459	477.772	804.060	593.659
			479.510		630.041

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos no ano de 2007 e 2006 foram 4,63% e 3,40% respectivamente.

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EMPRÉSTIMOS

Empréstimos bancários

Dos 4 programas de papel comercial subscritos em Setembro de 2006, no montante de mEuros 275.000, o Grupo manteve 3 contratos a um ano e renováveis por igual período, distribuindo-se da seguinte forma:

Banco Agente	Banco Pagador	Montante
Caixa Geral de Investimento	Caixa Geral de Depósitos	100.000
Banco Santander Negócios	Banco Santander Totta	100.000
Banco Popular Portugal	Banco Popular Portugal	25.000
		225.000

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo tomou papel comercial no montante de mEuros 165.000 incluídos na rubrica empréstimos e descobertos bancários correntes.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de *spreads* variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pela Empresa. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo contraiu a 2ª tranche, no montante de mEuros 19.000, de um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinando exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, totalizando no final do exercício de 2007, o montante de mEuros 58.000. O empréstimo é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável.

Os financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 155.043, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do Grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 655.638.

EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

i) Emissão de 1997 – GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.

Em 25 de Junho de 1997 a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada. Esta emissão encontra-se integralmente reembolsada.

O reembolso do empréstimo foi efectuado ao valor nominal, uma parte no valor de mEuros 29.445 em 2006 e o restante no primeiro semestre de 2007, correspondente ao final do prazo de emissão.

Este empréstimo vencia juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa “Euribor a 6 meses”, adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

ii) Emissão de 1998 – Lisboa GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboa GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (*Call Option*), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboa GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia SGPS S.A., a empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Euribor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	Montante	%
Banco Espírito Santo Investimento	13.517	27,00
Banco Português de Investimento	13.567	27,20
Millennium BCP (ex-CISF)	13.567	27,20
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria	500	1,00
	49.880	100,00

iii) Emissão 2003 - Galp *Investment Fund*

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp *Investment Fund*, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 10.614 (Nota 9).

24. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Conforme mencionado nas notas 2.10. e 2.11., algumas empresas do Grupo assumiram responsabilidades com benefícios de reforma. Durante o exercício de 2007 e em virtude do Grupo contabilizar as suas responsabilidades de benefícios pós emprego de acordo com a IAS 19, a qual prevê que a taxa usada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego deva ser determinada com referência aos rendimentos do mercado à data do balanço em obrigações de alta qualidade de sociedades, actualizou-se a taxa de desconto de 4,60% para 5,45%. A alteração deste pressuposto actuarial, resultou num ganho actuarial pela diminuição nas responsabilidades por serviços passados com o Plano de Pensões da Petrogal e o Plano de Pensões do Grupo GDP.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Petrogal e as empresas do grupo GDP efectuaram dotações para os Fundos de Pensões respectivos, nos montantes de mEuros 6.800 e mEuros 1.971, respectivamente, para cobertura parcial das suas responsabilidades.

O valor mínimo das responsabilidades do grupo Petrogal e do grupo GDP, em 31 de Dezembro de 2007, calculadas de acordo com o método e pressupostos exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal ascende a mEuros 321.556 e mEuros 27.391, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respectiva:

	2007	2006
Obrigações:		
Obrigações taxa fixa euro	194.442	178.779
Obrigações taxa variável euro	24.499	41.368
Outras obrigações não euro	9.241	6.728
Acções:		
Europeias	58.522	52.638
Outras acções	21.732	24.741
Hedge Funds	14.835	11.656
Derivados	2	2
Imobiliário indirecto	4.976	4.964
Edifício Galp (parte)	32.300	23.300
Numerário	4.799	25.957
Outros	102	-
Total	365.449	370.133

A evolução do património dos Fundos de Pensões durante o exercício de 2007 e 2006 foram as seguintes:

	2007	2006
Saldo Inicial	369.719	355.861
Dotações para o fundo	8.771	23.966
Retorno estimado dos activos	18.504	723
Ganhos / (perdas) actuariais	(8.052)	13.585
Pensões pagas no exercício	(23.919)	(24.004)
Variação de perímetro	-	(412)
Saldo Final	365.023	369.719

O total da composição do património dos Fundos de Pensões do Grupo no montante de mEuros 365.449 diverge do saldo final da evolução do património dos Fundos de Pensões no montante de mEuros 365.023, devido ao facto, de no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a empresa Gasfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A. pertencer ao Fundo de Pensões do Grupo GDP, sendo que esta não pertence ao perímetro de consolidação (Nota 3).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo tinha as seguintes provisões registadas relativas a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	2007	2006
Benefícios de reforma		
Activos	639	543
Reformas antecipadas	24.303	22.516
Pré-reformas	30.139	29.842
Reformados	5.034	5.322
Prémio de reforma	5.943	5.622
Flexibilização da idade da reforma	9.906	9.906
Afectas ao Fundo de pensões	5.518	5.840
	81.482	79.590
Outros Benefícios		
Cuidados de saúde	167.557	158.628
Seguro de vida	2.384	2.135
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	2.129	1.827
	172.070	162.590
	253.552	242.180

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo e pela entidade especializada em estudos actuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respectivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	2007	Grupo 2006
Taxa de rendimento dos activos	5,20% - 5,60%	5,00% - 5,20%
Taxa técnica de juro	5,45%	4,60%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	65.750	73.272
Pré-reformados	12.563	13.124
Reformados antecipadamente	17.727	20.796
Reformados e pensionistas	269.520	289.788
Total	365.560	396.980
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	365.023	369.719
Provisões para responsabilidades com benefícios de reforma	5.518	5.840
Por acréscimos e diferimentos (Nota 15)	(31.855)	(28.847)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.10)	26.874	50.268
Total	365.560	396.980
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com activos	592	598
Com pré-reformas	33.713	33.362
Com reformas antecipadas	20.602	20.267
Com prémio de reforma	6.165	6.364
Com reformados	6.151	7.159
Com seguro social voluntário	396	440
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	11.075	11.075
Total	78.694	79.265
Coberturas por provisões:		
Activos	639	542
Pré-reformas	30.058	29.748
Reformas antecipadas	24.303	22.516
Prémio de reforma	5.943	5.622
Reformados	5.034	5.322
Seguro social voluntário (Nota 15)	(255)	(151)
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	9.906	9.906
Sub-Total	75.628	73.505
(Ganhos) e perdas não reconhecidos:		
Activos	(47)	56
Pré-reformas	3.655	3.613
Reformas antecipadas	(3.701)	(2.248)
Prémio de reforma	222	742
Reformados	1.117	1.837
Seguro social voluntário	651	591
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.169	1.169
Sub-Total	3.066	5.760
Total	78.694	79.265

O Grupo tem taxas de rendimento de activos distintas, entre 5,20% e 5,60% para o grupo Petrolgal e 5,50% no grupo GDP. Estas diferenças devem-se ao perfil de aplicação do património dos respectivos Fundos, os quais dependem do posicionamento da sua carteira, dando origem a taxas de rendimento distintas.

A evolução nas responsabilidades do Grupo com pensões no exercício de 2007 foi como segue:

	Afectas ao fundo de pensões	Não afectas ao fundo de pensões	Grupo Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	396.982	79.265	476.247
Custo dos serviços correntes	3.507	301	3.808
Custo dos juros	17.700	2.846	20.546
Benefícios pagos no exercício	(23.920)	(14.710)	(38.630)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	13.242	13.242
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	(28.709)	(2.250)	(30.959)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2007	365.560	78.694	444.254
Custos do ano 2007			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	21.207	3.147	24.354
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	9.418	9.418
Retorno esperado dos activos	(18.504)	-	(18.504)
Amortização do excesso de "corredor"	2.736	447	3.183
	5.439	13.012	18.451

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, líquido do retorno esperado dos activos, no montante total de mEuros 5.850, foi registado na rubrica de custos com o pessoal (Nota 7).

No Grupo, o acréscimo das responsabilidades com pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 no montante de mEuros 13.054 teve como contrapartida: (i) a transferência do montante de mEuros 3.636 da provisão para outros riscos e encargos diversos já reconhecida como custo em exercícios anteriores (Nota 26) e (ii) a rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 9.418.

Os (Ganhos)/Perdas actuariais ocorridos no exercício foram de mEuros 30.959 que poderão ser segregados por:

- (Ganhos)/Perdas por alteração da taxa de desconto a qual passou de 4,60% para 5,45% – mEuros (37.639);
- (Ganhos)/Perdas actuariais por experiência – mEuros 6.680.

Derivado do excesso de "corredor" apurado a 31 de Dezembro de 2006, foi registado o montante de mEuros 3.183 na rubrica de gastos com o pessoal, correspondente à amortização do exercício de 2007 (Nota 7).

Conforme mencionado na nota 2.10, em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2007, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 870 relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Como mencionado na nota 2.10, os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassam os limites definidos no "corredor" de 10%, e são amortizados, a partir do exercício subsequente em que apurados, conforme a seguir descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do "corredor" e o intervalo máximo (10%) do mesmo.

BENEFÍCIOS	Ganhos e perdas não reconhecidos	Intervalo de "corredor" (10%)	Excesso para o intervalo de "corredor"	Valor a reconhecer em 2008
Grupo Petrolgal				
Complemento de reforma (Fundo)	25.987	34.037	-	-
Pré-Reformas	3.580	3.200	380	101
Reformas antecipadas	(3.701)	2.060	(1.641)	(438)
Prémio de reforma	222	616	-	-
Seguro social voluntário	651	40	611	163
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.156	1.078	78	-
	27.895	41.031	(572)	(174)
Grupo GDP				
Complemento de Reforma (Fundo)	887	3.086	-	-
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	1.167	648	519	110
Pré-Reformas	75	171	-	-
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	13	30	-	-
	2.142	3.935	519	110
Grupo Outros				
Complemento de Reforma (Fundo)	(97)	26	(71)	(5)

No grupo Petrolgal, os ganhos e perdas não reconhecidos acumulados, relativos a responsabilidades com pré-reformas, reformas antecipadas, seguro social voluntário e flexibilização da idade da reforma (DL 9/99), excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 572. Estes montantes serão reconhecidos como custos e/ou proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos que à data de 31 de Dezembro de 2007 é de 3,75 anos. Desta forma e no exercício de 2008 serão reconhecidos como proveitos, líquido de custos, o montante de mEuros 174 resultante da amortização do excesso de "corredor".

No grupo GDP, os ganhos e perdas não reconhecidos acumulados, relativos a responsabilidades com complementos de reforma (não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 519. Estes montantes serão reconhecidos como custos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste plano, que é de 4,64 anos para a Lisboa Gás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e 9,88 anos para a GDP Distribuição, SGPS, S.A.. Desta forma, no exercício de 2008 serão registados como gastos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 110, resultante da amortização do excesso de "corredor".

Nas restantes empresas, os ganhos e perdas não reconhecidos acumulados, relativos a responsabilidades com complementos de reforma (cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do "corredor" de 10%, no montante líquido de mEuros 71. Estes montantes serão reconhecidos como proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste plano, que é de 14,40 anos para a Galp Energia, S.A.. Desta forma, no exercício de 2008 serão registados como proveitos, o montante de mEuros 5, resultante da amortização do excesso de "corredor".

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na nota 2.11, o Grupo tem registado em 31 de Dezembro de 2007, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos activos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor actual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos actuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

	Cuidados de saúde		Seguro de vida		Benefício mínimo do plano de contribuição definida	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Taxa técnica de juro	5.45%	4.60%	5.45%	4.60%	5.45%	4.60%
Taxa de crescimento dos custos	4.00%	4.00%	3.00%	3.00%	3.00%	3.00%
Tábua de mortalidade de activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65

MÉTODO	2007 Unidade de crédito projectada	2006 Unidade de crédito projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Cuidados de saúde		
Responsabilidades totais:	188.014	207.864
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	167.557	158.628
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11)	20.457	49.236
	188.014	207.864
ii) Seguro de vida		
Responsabilidades totais:	2.951	2.964
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	2.384	2.135
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11)	567	829
	2.951	2.964
iii) Benefício mínimo do plano contribuição definida		
Responsabilidades totais	2.060	1.505
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	2.129	1.827
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11)	(69)	(322)
	2.060	1.505

A evolução nas responsabilidades da Petrolgal, das empresas do grupo GDP e outras empresas do grupo, com os cuidados de saúde e seguro de vida e benefício do plano de contribuição definida e custos destes contabilizados no exercício de 2007 foi como segue:

	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano de contribuição definida	Grupo Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	207.864	2.964	1.505	212.333
Custo dos serviços correntes	2.847	122	243	3.212
Custo dos juros	9.329	132	69	9.530
Benefícios pagos no exercício	(10.321)	(132)	-	(10.453)
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	(21.699)	(135)	243	(21.591)
Liquidações, cortes e transferências	(6)	-	-	(6)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2007	188.014	2.951	2.060	193.025
Custos do ano 2007				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	12.176	254	312	12.742
Amortização do excesso do "corredor"	7.081	127	(10)	7.198
Liquidações, Cortes e Transferências	(6)	-	-	(6)
	19.251	381	302	19.934

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 12.742 foram registados pelas empresas acima mencionadas na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de gastos com o pessoal.

Derivado do excesso de "corredor" apurado em 31 de Dezembro de 2006, foi contabilizado durante o ano de 2007, pela amortização desse excesso em função do tempo de serviço futuro médio esperado de cada uma das empresas o montante de mEuros 7.198, como custo na rubrica de gastos com o pessoal.

Os (Ganhos)/Perdas actuariais referentes aos Cuidados de saúde, ocorridos no exercício foram de mEuros 21.699 que corresponde essencialmente a:

- (Ganhos)/Perdas por alteração da taxa de desconto a qual passou de 4,60% para 5,45% – mEuros (26.166);
- (Ganhos)/Perdas actuariais por experiência – mEuros 3.853.

Como mencionado na Nota 2.11, os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte que ultrapassa os limites definidos no "corredor", as quais são amortizados a partir do exercício subsequente em que são apuradas conforme abaixo descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do "corredor" e o intervalo da mesma.

BENEFÍCIOS	Ganhos e perdas não reconhecidos	Intervalo de “corredor” (10%)	Excesso para o intervalo de “corredor”	Valor a reconhecer em 2008
Grupo Petrogal				
Cuidados de saúde	19.927	17.698	2.568	643
Seguro de vida	505	253	279	74
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(68)	104	-	-
	20.364	18.055	2.847	717
Grupo GDP				
Cuidados de saúde	505	1.059	21	21
Seguro de vida	90	31	64	14
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(45)	19	(26)	(2)
	550	1.109	59	33
Grupo Outros				
Cuidados de saúde	25	45	-	-
Seguro de vida	(28)	11	(17)	(1)
Benefício mínimo do plano contribuição definida	44	83	-	-
	41	139	(17)	(1)
	20.955	19.303	2.889	749

Os excessos de “corredor” apurados, no montante total de mEuros 2.889 relativo às responsabilidades com os cuidados de saúde, seguro de vida e o benefício mínimo do plano de contribuição definida, serão reconhecidos como custos nos exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos (Petrogal 3,75; Lisboagás 4,64; Beiragás 25,16; Galp Energia, S.A. 27,69 para o seguro de vida, 16,97 para o seguro de saúde; Galp Power 24,10; GDP Distribuição 9,20; Lusitaniagás 26,00; Galp Exploração 27,09; Galp Gás Natural 23,50 e Sacor Marítima 4,91). Deste modo será reconhecido no decurso do exercício de 2008 como custo, líquido de proveitos na rubrica de gastos com pessoal, o montante de mEuros 749, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

RUBRICAS	2007		2006	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	179.874	-	177.205	-
IVA a pagar	175.316	-	140.393	-
Outras tributações	6.125	13	6.316	12
Segurança social	4.677	-	4.089	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	4.383	-	4.055	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29)	-	7.670	84	7.259
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29)	228	-	35	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 17)	302.375	-	252.862	-
Fornecedores de imobilizado	115.680	683	69.129	684
Overlifting - parceiros dos Blocos 1 e 14	49.247	-	26.602	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.141	-	14.460	-
Pessoal	2.495	-	8.390	-
Saldos credores de clientes	1.416	-	1.631	-
Adiantamentos de Clientes	756	-	1.177	-
Outros credores	16.826	2.915	26.548	4.295
	874.539	11.281	732.976	12.250
Acréscimos de custos:				
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	25.636	-	25.996	-
Fornecimento e serviços externos	24.151	-	17.818	-
Prémios de Produtividade	16.766	-	15.099	-
Descontos, Bónus e <i>Rappel</i> relacionados com Vendas	8.704	-	6.819	-
Brindes Fast	5.312	-	6.799	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	308	-	3.070	-
Custos e perdas financeiros	1.794	-	2.152	-
Juros a liquidar	1.717	-	1.296	-
Prémios de Seguro a liquidar	1.930	-	-	-
Outros acréscimos de custos	3.526	-	14.148	-
	89.844	-	93.197	-
Proveitos diferidos:				
Fibra óptica	4.263	47.167	4.751	58.166
Prestação de Serviços	6.236	-	358	-
Outros	6.184	3.309	12.172	182
	16.683	50.476	17.281	58.348
	981.066	61.757	843.454	70.598

O montante de mEuros 49.247 registado na rubrica de outras contas a pagar - *overlifting* - parceiros dos blocos 1 e 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada ao preço de mercado (nota 2.7 e).

O montante de mEuros 15.141, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 13.228 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Dezembro de 2007, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 5.312 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fast refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos a não rebatidos até 31 de Dezembro de 2007, referentes ao Cartão Fast, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de Dezembro de 2007, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 51.430.

O montante de mEuros 6.236, registado na rubrica de proveitos diferidos - prestação de serviços refere-se essencialmente ao valor dos seguros por facturar da subsidiária Tagus RE.

26. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 foi o seguinte:

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Transf./Regulariz.	Saldo Final
Processos judiciais	21.589	1.573	(12.502)	(302)	(1)	10.357
Investimentos financeiros	5.332	-	-	(2.632)	(694)	2.006
Impostos	6.636	37	(128)	(20)	7.782	14.307
Meio ambiente	-	-	(298)	(1.728)	11.034	9.008
Outros riscos e encargos	49.086	24.882	(2.944)	(1.633)	(22.498)	46.893
	82.643	26.492	(15.872)	(6.315)	(4.377)	82.571

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições foram registados por contrapartida das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados:

Provisões (Nota 7)	11.057
Outros custos com pessoal	940
Outros	(1.377)
	10.620

Processos judiciais

A rubrica de processos judiciais em curso no montante de mEuros 10.357 inclui o montante de mEuros 4.397 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do grupo Petrogal relativamente ao diferendo que opõe esta empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos.

A redução no montante de mEuros 12.502 na rubrica de processos judiciais em curso inclui o montante de mEuros 10.156 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do grupo GDP que foram revertidas, por se considerar que se o grupo for responsável pelo pagamento das taxas, este valor será repercutido na tarifa do gás facturada aos clientes das empresas alvo das referidas liquidações (Nota 33).

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 4):

Sonangal - Soc. Distrib. e Com. Combustíveis, Lda.	2.006
	2.006

A redução de mEuros 2.632 ocorrida nesta rubrica refere-se às responsabilidades da Galp Energia pelos prejuízos acumulados na sua subsidiária Central E, S.A. naquele montante (Nota 4). O aumento de capital daquela subsidiária foi realizado apenas pelo accionista maioritário EDP Imobiliária e Participações, S.A., a participação da Galp Energia reduziu de 20% para 0,7%, procedendo em simultâneo à redução do capital no seu montante total para cobertura das perdas de capital acumuladas, anulando-se as responsabilidades que a Empresa tinha àquela data.

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 14.307 inclui essencialmente: (i) mEuros 3.253 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 1998 a 2006 e reforço de 2007 no montante de mEuros 34 relativo à actividade de transporte de gás natural entretanto transferida para a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. no decurso de 2006, mas cujas responsabilidades pelo seu pagamento ainda cabem à Galp Gás Natural, S.A.. Não foi ainda fixado pelas autoridades competentes o montante a pagar de IMI; (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A.; (iii) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionado com uma correcção à matéria colectável da Subsidiária Petrogal relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 10).

Meio Ambiente

O montante mEuros 9.008 registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. Em 31 de Dezembro de 2006 estas provisões, no montante de mEuros 11.034, encontravam-se incluídas na rubrica de provisões para outros riscos e encargos.

Outros riscos e encargos

O total de aumentos de outras provisões, no montante de mEuros 24.882 refere-se essencialmente a:

- mEuros 14.000 constituição de provisão respeitante ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited ("NLNG") e por esta submetido a arbitragem, respeitante à interpretação e aplicação de certas disposições de dois Contratos de Fornecimento de Gás Natural Liquefeito. A Galp Gás Natural contesta as posições assumidas pela NLNG no processo em causa, na medida em que considera as pretensões da NLNG sem fundamento, esperando-se que o Tribunal Arbitral tome a sua decisão no decurso do corrente exercício;
- mEuros 3.313 refere-se a constituição de provisão para fazer face ao processo de reclamação efectuada pela EDP no âmbito das reservas de segurança;
- mEuros 3.976 referentes ao reforço da provisão para custos de abandono do Bloco 14 que é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção do período, conforme alteração de política contabilística referida na nota 2.3;
- mEuros 2.188 constituição de provisão para fazer face a coimas no âmbito do direito da concorrência na UE.

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo da rubrica provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 46.893 refere-se essencialmente a:

- mEuros 14.000 para fazer face ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited ("NLNG");
- mEuros 10.510 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas;
- mEuros 6.210 para fazer face a coimas no âmbito do direito da concorrência na UE;
- mEuros 5.160 para fazer face a liquidações adicionais de IRP em Angola (Nota 10);
- mEuros 3.313 para fazer face ao processo de reclamação efectuada pela EDP no âmbito das reservas de segurança;
- mEuros 2.612 para fazer face a uma reclamação junto de um fornecedor por serviços de *flushing* da linha do terminal Oceânico de Leixões;
- mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões;
- mEuros 940 para fazer face a pré-reformas já negociadas e a ocorrer em 2008.

27. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

	2007	2006
Fornecedores c/c	713.749	414.935
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	241.680	277.444
Fornecedores - títulos a pagar	124	-
	955.553	692.379

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

28. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos *cashflows* futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos *cashflows* futuros esperados da sua actividade.

O aumento verificado no justo valor reflectido no Activo e Passivo, referente a derivados financeiros sobre taxas de juro, e em consequência da variação do justo valor no capital próprio no ano findo em 31 de Dezembro de 2007, no montante de mEuros 686, refere-se essencialmente a coberturas de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas no montante de mEuros 781 deduzido dos respectivos Interesses minoritários no montante de mEuros 105 e adicionado de mEuros 200 referente à variação de justo valor de empresas associadas.

O valor referente ao movimento do justo valor reflectido no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a mEuros 4.797, sendo mEuros 4.805 de justo valor reflectido atribuível a accionistas diminuído de mEuros 317 de Interesses minoritários e adicionado de mEuros 325 referente a variação de justo valor de empresas associadas.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, durante o ano de 2007 e 2006, apresentam as seguintes evoluções:

DERIVADOS SOBRE TAXA DE JURO	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2006	52	32	(5.457)	-
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienções durante o ano	51	-	1.662	79
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	(51)	-	(1.662)	(79)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	334	1.340	(627)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no capital próprio	1.069	(97)	3.865	(40)
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	1.121	269	(252)	(667)
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienções durante o ano	(272)	16	153	39
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	272	(16)	(153)	(39)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(19)	37	627
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	95	341	210	40
Justo valor em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 18)	1.216	591	(5)	-

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de proveitos e custos financeiros.

Dado que o grupo Galp Energia considera que a flutuação de ganhos e perdas de determinados derivados financeiros efectuados com fins de protecção da margem de refinação devam ser classificados como parte integrante da margem bruta (na rubrica de custos da venda), foi alterada a política contabilística até à data adoptada (nota 2.24), de classificação dos mesmos como resultados financeiros. O grupo Galp Energia considera que a alteração de política contabilística reflecte melhor a representação da natureza contabilística desses derivados financeiros. Embora esses derivados financeiros tenham sido reclassificados para a rubrica de custo da venda, continuam a ser contabilizados como “*Macrohedging*” conforme preconizado no normativo IAS 39.

O impacto contabilístico a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 na rubrica do custo da venda, pode ser visualizado no quadro seguinte:

DERIVADOS SOBRE COMMODITIES	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2006	-	2.145	-	(1.864)
Aquisições durante o ano	-	8.237	-	-
Alienções durante o ano	-	(5.439)	-	5.474
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	5.629	-	(5.474)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(3.698)	-	(396)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	-	6.874	-	(2.260)
Aquisições durante o ano	-	3.550	-	-
Alienções durante o ano	-	(5.549)	-	(5.021)
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	199	-	5.021
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(4.975)	-	2.260
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 18)	-	99	-	-

O grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre *Commodities*. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de disponibilidades. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre *Commodities* foram igualmente reclassificados para a rubrica do custo das vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na demonstração de resultados, conforme quadro seguinte:

DERIVADOS SOBRE <i>COMMODITIES</i>	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2006	-	1.223	-	-
Aquisições durante o ano	-	35.974	-	-
Alienações durante o ano	-	(35.357)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(936)	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	-	904	-	-
Aquisições durante o ano	-	25.745	-	-
Alienações durante o ano	-	(20.785)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(4.926)	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2007	-	938	-	-

Os instrumentos financeiros a 31 de Dezembro de 2007 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Total de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Activo				
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Collar	Paga Euribor 6m entre min 1,75% e máx 3,25% (sobre Euribor 6m)	mEur 14.220	2010	378
Caps	Paga entre Euribor 3m e 6m até max 3,25% e 4% (sobre Euribor 3m e 6m)	mEur 49.740	2008 e 2010	262
Swap com Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m até max 3,49% com knock-out 5,25% (sobre Euribor 12m set-in-arrears)	mEur 6.331	2010	86
Swap	Paga entre 3,17% e 4,07% Recebe Euribor 3m e 6m	mEur 70.042	2008 a 2011	831
	Outros Derivados Financeiros			
Swaps	Paga entre 3,37 e 3,94% Recebe Euribor 3 m	mEur 30.000	2008 e 2009	219
Caps	Paga Euribor 3m até máx 4% (sobre Euribor 3m)	mEur 80.000	2008	31
				1.807
Passivo				
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Swaps	Paga Euribor 3m até max 4,49% Recebe Euribor 3m	mEur 3.188	2013	(5) (5)
Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Maturidade		Justo valor de derivados em mEuros
Activo				
Swaps	Sobre Preço do Gás Natural	2008		99 99
Total de Activos				1.906
Não correntes				1.216
Correntes (Nota 18)				690
Total de Passivos				(5)
Não Correntes				(5)
Correntes				-

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

29. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2007 e 2006, respectivamente podem ser resumidas como se segue:

SALDOS ACTIVOS

		2007	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	
		Corrente	

		2006				
		Não corrente		Corrente		
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos concedidos (Nota 15)	Outras contas a receber (Nota 15)	Clientes	Outras contas a receber (Nota 15)	Outros devedores e acréscimos e diferimentos
Empresas associadas e participadas						
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	15.535	13.007	-	2.519	-	9
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	3.456	-	-	-	280	3.176
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	18.841	17.700	-	-	-	1.141
Gasoduto Extremadura, S.A.	14.001	12.349	-	-	-	1.652
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	13.295	9.296	-	1.633	197	2.169
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	5.579	2.598	-	932	1.333	716
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	2.111	168	-	670	1.265	8
Sonangalp - Soc. Distribuição e Comercialização Combustíveis, Lda.	2.112	666	807	634	5	-
Outras empresas associadas e participadas	653	143	-	338	95	77
	75.583	55.927	807	6.726	3.175	8.948
Empresas relacionadas						
Eni, S.p.A.	16.455	-	-	16.455	-	-
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	-	-	-	-	-	-
Enagás, S.A.	8	-	-	-	8	-
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	-	-	-	-	-	-
Outras empresas relacionadas	4	-	-	4	-	-
	16.467	-	-	16.459	8	-
	92.050	55.927	807	23.185	3.183	8.948

Os empréstimos a empresas associadas de médio e longo prazo em 31 de Dezembro de 2007 respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 14.769 e mEuros 9.841, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2007, os quais ascenderam a mEuros 1.504, sendo mEuros 618 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 886 relativos ao Gasoduto Al-Andaluz foram, capitalizados nesta rubrica;
- GDP Distribuição, SGPS, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 7.685 e mEuros 2.849 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2007, ascenderam a mEuros 714 dos quais mEuros 520 relativos a Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros 194 relativos à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., e foram capitalizados nesta rubrica;
- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.598. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2007, ascenderam a mEuros 177;
- Galp Power, SGPS, S.A. à Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. no montante de mEuros 9.976. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2007, ascenderam a mEuros 521.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não tem prazo de reembolso definido

SALDOS PASSIVOS

		2007			
	Total das entidades relacionadas	Não corrente	Corrente		
		Empréstimos obtidos (Nota 25)	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 25)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas					
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	12.666	-	12.666	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	691	853	1.706	-	(1.868)
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	262	-	239	-	23
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	889	-	889	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	909	-	909	-	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	963	-	937	26	-
Outras empresas associadas e participadas	(42)	-	(73)	-	31
	16.338	853	17.273	26	(1.814)
Empresas relacionadas					
Eni, S.p.A.	4.331	2.903	246	-	1.182
EDP - Cogeração	1.253	1.253	-	-	-
Enagás, S.A.	(1.505)	-	(631)	-	(874)
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	889	886	-	-	3
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda.	890	887	-	-	3
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	449	445	-	-	4
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	445	443	-	-	2
Outras empresas relacionadas	202	-	-	202	-
	6.954	6.817	(385)	202	320
	23.292	7.670	16.888	228	(1.494)

		2006			
	Total das entidades relacionadas	Não corrente	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 25)	Corrente
		Empréstimos obtidos (Nota 25)			Acrécimos e diferimentos
Empresas associadas					
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	12.723	-	12.723	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2.276	-	1.581	-	695
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	458	-	34	-	424
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	875	-	875	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	889	-	889	-	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	177	-	163	14	-
Outras empresas associadas e participadas	723	-	327	5	391
	18.121	-	16.592	19	1.510
Empresas relacionadas					
Eni, S.p.A.	4.370	2.902	186	-	1.282
EDP - Cogeração	1.827	1.827	-	-	-
Enagás, S.A.	-	-	-	-	-
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	835	835	-	-	-
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda.	835	835	-	-	-
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	417	417	-	-	-
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	444	443	-	-	1
Outras empresas relacionadas	65	-	-	65	-
	8.793	7.259	186	65	1.283
	26.914	7.259	16.778	84	2.793

O montante de mEuros 2.902 registado a médio e longo prazo a pagar à Eni, S.p.a. respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 886, mEuros 887 e mEuros 445 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog- Combustíveis e Logística, Lda. e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 1.253 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 443 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

TRANSAÇÕES

	2007				2006			
	Proveitos Operacionais	Custos Operacionais	Custos Financeiros (Nota 9)	Proveitos Financeiros (Nota 9)	Proveitos Operacionais	Custos Operacionais	Custos Financeiros (Nota 9)	Proveitos Financeiros (Nota 9)
Empresas associadas								
Central-E, S.A.	-	-	-	-	-	(200)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	16.559	(94)	-	697	16.251	(49)	-	464
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	7.611	(176)	-	194	7.011	17	-	181
Gasfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. e associadas	-	22	-	-	3	-	-	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	6	-	-	-	6	(5)	-	20
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	25.075	-	-	521	25.348	-	-	542
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	6	(11)	-	-	-	-	-	-
Sonangal - Soc. Distribuição e Comercialização Combustíveis, Lda.	1.752	-	-	-	1.131	-	-	-
Brisa Access, S.A.	-	(205)	-	-	-	(414)	-	-
Número Um - Reparação Automóveis, Lda.	-	-	-	-	796	(11)	-	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	(1.816)	-	-	-	2.135	(1)	-	9
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	(556)	-	-	886	543	-	-	755
Gasoduto Extremadura, S.A.	(792)	-	-	618	794	-	-	544
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	3.094	-	-	904	3.318	-	(744)	-
Metragaz, S.A.	414	-	-	-	390	-	-	-
	51.353	(464)	-	3.820	57.726	(663)	(744)	2.515
Empresas relacionadas								
Eni, S.p.a.	117.268	(1.966)	(210)	-	49.963	(4.771)	(194)	-
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	29.711	-	(64)	-	-	-	(48)	-
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	-	-	(33)	-	-	-	(26)	-
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	-	-	-	-	-	-	(105)	-
EDP - Cogeração	-	-	(97)	-	-	-	-	-
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	6.841	(2)	(31)	-	-	-	(24)	-
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda.	-	-	(63)	-	-	-	(48)	-
Enagás, S.A.	2.792	-	-	-	4.307	(351)	(179)	-
	156.612	(1.968)	(498)	-	54.270	(5.122)	(624)	-
	207.965	(2.432)	(498)	3.820	111.996	(5.785)	(1.368)	2.515

O montante de mEuros 207.965 na rubrica de proveitos operacionais refere-se essencialmente a vendas e prestações de serviço.

O montante de mEuros 117.268 na rubrica de proveitos operacionais com a empresa ENI, S.p.a., refere-se essencialmente a vendas de gás natural.

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os anos de 2006 e 2007 foi de mEuros 5.597 e mEuros 5.526, respectivamente, da qual mEuros 3.962 e mEuros 3.562 corresponde a remuneração base, mEuros 915 e mEuros 1.255 a gratificações/prémios, mEuros 440 e mEuros 501 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 280 e mEuros 208 a outros benefícios, respectivamente (Nota 7).

As remunerações pagas aos Administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.p.a., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola S.A., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007 ascendem a mEuros 1.448 e mEuros 1.711 respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos Administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do grupo Galp Energia.

30. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2006 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 252.092, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 28 de Maio de 2007, tendo os mesmos sido liquidados no exercício.

Adicionalmente, por deliberação em reuniões do Conselho de Administração datadas de 19 de Setembro e 4 de Outubro, foram distribuídos dividendos antecipados por conta do resultado líquido de 2007 no montante de mEuros 126.046.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram liquidados mEuros 890 dos quais mEuros 315 na esfera das subsidiárias do grupo Petrolgal e mEuros 575 na esfera das subsidiárias do grupo Galp Power.

Como consequência anteriormente referido, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 379.028.

31. UNBUNDLING

Em 6 de Julho de 2007, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. ("REN") enviou à Galp uma carta contendo três cheques no montante de global de mEuros 24.026, dos quais mEuros 23.335 seriam para pagamento de acordo do preço do *Unbundling* sendo o montante de mEuros 2.515 relativo ao preço de venda dos activos regulados do gás natural e mEuros 20.820 relativos ao acordo no preço da participação financeira na Transgás Atlântico, S.A., mencionado na nota 4, efectuado a coberto do contrato de promessa de compra e venda, celebrado em 30 de Agosto de 2006 e mEuros 691 relativos a juros fixados, nos termos dos nºs 9 a 11 da cláusula 6ª do mesmo contrato de promessa, na sequência das avaliações apresentadas no passado mês de Junho por entidades financeiras contratadas para o efeito.

Em resposta, através das suas cartas de 26 de Junho 2007, de 16 de Julho 2007 e de 6 de Agosto de 2007, a Galp Energia manifestou o seu desacordo quanto ao resultado das avaliações. Por se encontrar em curso, no primeiro semestre de 2007 uma negociação conjunta do acordo de preço e restantes assuntos, o montante recebido não se configurava como certo, motivo pelo qual não foi reconhecido.

No decurso do segundo semestre de 2007 os assuntos em disputa foram separados no processo de negociação com a REN. Por ser entendimento do Conselho de Administração que o montante relativo ao acordo de preço é certo, atendendo à alteração mencionada, não sendo expectável que o mesmo venha a ser revertido, o montante recebido foi reconhecido na demonstração de resultados.

Adicionalmente, encontram-se ainda em negociação um conjunto de assuntos relacionados com o processo de *unbundling*, mas distintos do acordo de preço atrás referido. Deste conjunto de temas fazem parte a aplicação retroactiva da tarifa, a dívida líquida da REN Gasodutos à Galp, vencimentos e prémios de pessoal, questões fiscais, acordo de activos diversos, regularização de subsídios, entre outros.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

GESTÃO DO RISCO

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo e do gás natural, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e seus derivados e da taxa de câmbio.

RISCOS DE MERCADO

a) Risco do preço das *commodities*

Devido à natureza do seu negócio, a Galp Energia está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude dos seus derivados e do gás natural. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla e gere este risco através do mercado derivados de petróleo, para proteger a margem de refinação e os stocks, de movimentos adversos do mercado.

Quanto à actividade de gás natural, o Grupo controla e gere este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O US\$ (dólar dos Estados Unidos da América) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp Energia reporta as suas contas em Euros, este factor, entre outros, expõe a sua actividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o US\$, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre o balanço e os *cash flows*. O nível de exposição dos *cash flows* e especialmente do balanço é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp Energia controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objectivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida.

A 31 de Dezembro de 2007, não se encontravam em vigor quaisquer contratos de cobertura de risco de câmbio.

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objectivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como *swaps*, *caps* e *floors*.

d) Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 7

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do Brent, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como activos e passivos financeiros e derivados financeiros registados no Balanço a 31 de Dezembro de 2007 e 2006. Os instrumentos financeiros afectados pelos riscos de mercado acima mencionados, incluem saldos com clientes, outros devedores, fornecedores, outros credores, *Under* e *Overlifting*, empréstimos, disponibilidades e derivados financeiros. Quando for aplicado cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica de reservas de cobertura, no capital próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Podem existir instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efectuando-se nesse caso a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o Grupo, não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no capital próprio.

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade do preço do Brent:

- Variação do preço de +/- 1 USD/BBL;
- Ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- A análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito do *Under* e *Overlifting*;

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- Variação de taxas de câmbio de +/-10%;
- A análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com clientes, outros devedores, fornecedores, outros credores, empréstimos, derivados financeiros, *Under* e *Overlifting* e disponibilidades;

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- Deslocação paralela de 0,50% na estrutura temporal das taxas de juro;
- A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro;
- O resultado antes de impostos é afectado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com excepção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afectará o capital próprio;

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efectuada aos instrumentos financeiros, registados no balanço:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

		2007		2006	
		Demonstração de resultados	Capital próprio	Demonstração de resultados	Capital próprio
+/- 1 USD/BBL variação no Brent	mEUR	-/+ 325		-/+ 516	
+/- 10% variação em USD/EUR	mEUR	-/+ 12.353		-/+ 5.157	
+/- 0,5% deslocação paralela na taxa de juro	mEUR	-2.115/+2.393	+611/-506	n.d.	n.d.

Nota: USD/BBL - Dólar norte-americano/Barril de Brent

n.d. - não disponível suficiente informação financeira para efectuar uma análise retrospectiva com fiabilidade.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou *cash flows* do negócio são afectados resultante da dificuldade do Grupo em dispor de recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos.

A principal fonte de liquidez do grupo Galp Energia é gerada pela sua actividade.

Adicionalmente o Grupo procura reduzir o seu risco de liquidez, mantendo um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disponibilidade. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses, bem como os eventuais *cash flows* negativos, caso hajam, após as actividades de investimento. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados ascendem a mais de mEUR 1.300.000 em 2007 e a mais de mEUR 1.053.000 em 2006.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de *rating* de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha uma responsabilidade contingente relacionada com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Drifital - Plásticos de Portugal, S.A. envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração da empresa, suportado com parecer do gabinete de apoio jurídico, considera que decorrente deste processo não resultará qualquer encargo para a empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante;
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 1.891 de 1994/95, mEuros 1.016 de 1996, mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 1.145 de 2001, mEuros 1.189 de 2002, mEuros 1.238 de 2003, mEuros 1.288 de 2004, mEuros 1.319 de 2005, mEuros 1.347 de 2006 e mEuros 1.387 de 2007, respeitantes à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo;
- iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. mEuros 104 de 1994/1995; mEuros 71 de 2002, mEuros 77 de 2003, mEuros 216 de 2004 e mEuros 240 de 2005 respeitantes às taxas de ocupação do subsolo;
- iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 23 de 1998, mEuros 26 de 2001 e mEuros 33 de 2007, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- v) A Câmara Municipal da Amadora exige pagamentos de mEuros 6.996 respeitantes às taxas de subsolo de 2006;
- vi) A Câmara Municipal de Sintra exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 11 de 1998, mEuros 47 de 1999, mEuros 275 de 2000, mEuros 417 de 2001, mEuros 469 de 2002, mEuros 478 de 2003, mEuros 545 de 2004, mEuros 614 de 2005, mEuros 665 de 2006 e 752 de 2007, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- vii) A Câmara Municipal de Cascais exige o pagamento à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 403, respeitante à taxa de ocupação do subsolo de 2001 e mEuros 526 respeitantes a taxas de ocupação do subsolo referentes a 2006;
- viii) A Câmara Municipal de Mafra exige o pagamento de mEuros 449, respeitantes à constituição de depósito de GLP de 2005;
A Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. No decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direcção Geral de Energia e Geologia e a Empresa foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após trânsito em julgado da respectiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infra-estruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efectivamente liquidado pelo mesmo.
Dado que as eventuais taxas a pagar por processos até 31 de Dezembro de 2007 e os respectivos juros de mora que venham a ser aplicados, serão repercutidos nas tarifas futuras, a Empresa decidiu reverter as provisões constituídas no passado para estes processos e não recalcular qualquer responsabilidade com processos judiciais em curso liquidados por municípios relativos a este assunto. Pelo exposto a Empresa decidiu reverter a provisão anteriormente constituída (Nota 26);
- ix) A Câmara Municipal da Covilhã exige à Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. o pagamento de mEuros 113 relacionado com um processo judicial em curso e que respeita à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo.
A Administração da Beiragás entende que o processo acima referido não irá ocasionar a ocorrência de responsabilidades para a Empresa;
- x) A Câmara Municipal da Mealhada exige à Lusitaniagás o pagamento de mEuros 8 de 2006 e mEuros 214 de 2007, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos.
A Administração da Lusitaniagás entende que o processo acima referido não irá ocasionar a ocorrência de responsabilidades para a Empresa;
- xi) O processo de reclamação da Nigéria Liquefied Natural Gas Limited ("NLNG") que se encontra em arbitragem (nota 26).

ACTIVOS CONTINGENTES

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet. A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. e Galp Gás Natural, S.A. (anteriormente denominada Transgás, S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

	EDP	Grupo GDP
mEuros por cada 220.000 acções		
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP SGPS, S.A., GDP Distribuição SGPS, S.A. (a qual incorporou por fusão a Transgás SGPS, S.A. no exercício de 2006), Galp Gás Natural, S.A. (anteriormente denominada Transgás, S.A.) e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, S.A., GDP SGPS, S.A. e Transgás, S.A., que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um *upside* para as empresas do grupo GDP, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. e a Transgás, SGPS, S.A..

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2007 são:

- mEuros 5.061 relacionados com encomendas não satisfeitas de activos fixos tangíveis;
- mEuros 1.292 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 333.403, mEuros 6.966 e mEuros 24.654 de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrolgal, Sacor Marítima e grupo GDP, respectivamente (Nota 24);
- mEuros 55.057 e mEuros 33.229 de responsabilidades do grupo Petrolgal com o Plano de pensões, cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo (Nota 24), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 2.10 e 2.11) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 2.142 e mEuros 549 de responsabilidades do grupo GDP com o Plano de pensões, cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo (Nota 24), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do "corredor" de 10% (Nota 2.10 e 2.11) ou por corresponderem a excesso de "corredor" ainda não reconhecido na demonstração de resultados;

- Durante o ano de 2007 prosseguiu a utilização do designado biodiesel de 1ª geração (FAME), obtido por transesterificação dos óleos vegetais, como componente do gasóleo rodoviário. Considerando que a partir de Janeiro 2010 se torna obrigatório incorporar 5,75% (v/v) de biodiesel no gasóleo e, tendo em atenção que o designado FAME apresenta algumas propriedades físicas-químicas que prejudicam a sua aptidão como componente de gasóleo, a Galp Energia arrancou com um projecto duma instalação de produção de biodiesel de 2ª. geração (Greendiesel) adquirindo à UOP/ENI a licença de processo Ecofining, o qual compreende um tratamento combinado de hidrogenação e isomerização que permite, a partir das gorduras animais e vegetais, obter um biodiesel com excelentes características físico-químicas. O projecto em curso, visa a produção de 300.000 t/a de *greendiesel*, devendo estar concluído em 2010;
- Consciente das suas responsabilidades para com o meio envolvente, a Petrogal, decidiu em Setembro de 1998 comprometer-se publicamente na protecção ambiental através da assinatura de um Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental com o Ministério da Economia e com o Ministério do Ambiente. No âmbito deste protocolo que estabeleceu um vasto conjunto de acções de protecção ambiental – Programa de Acções Ambientais – apenas estão em curso as alterações processuais no âmbito da adequação das refinarias às condições estabelecidas no âmbito de Diplomas Legais (PCIP, GIC's), no período 2007/2008. Nestas acções foram despendidos até final de 2007 cerca de mEuros 14.670, prevendo-se o montante de mEuros 47.062 para a sua conclusão;
- Acresce ainda referir, que a Empresa em 2007 deu continuidade ao programa de requalificação da sua rede de postos de abastecimento, garantindo a sua adequação aos requisitos legais e cumprindo o estabelecido no Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental da Petrogal. Em 2007, este programa correspondeu a um montante de investimento total de mEuros 449, aplicados em projectos elegíveis como capitalizáveis em imobilizado. Prevê-se para 2008 intervenções no valor de mEuros 2.753;
- A 18 de Setembro de 2007 foi celebrado um contrato entre a Ventininveste, S.A. e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) que tem como objecto a atribuição de capacidade de injeção de potência na Rede do Sistema Eléctrico de Serviço Público e a identificação dos Pontos de Recepção associados para energia eléctrica produzida nos Parques Eólicos. O contrato estabelece as seguintes obrigações específicas, cuja valorização totaliza cerca de mEuros 619.776, excluindo o desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos:
 - a) construção e exploração de parques eólicos, em valor correspondente a mEuros 460.000;
 - b) prática de um desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos;
 - c) execução de projecto industrial correspondente a mEuros 27.150;
 - d) a realização de investimento industrial indirecto correspondente a mEuros 39.206;
 - e) criação directa de 692 postos de trabalho no Projecto Industrial, correspondente a mEuros 16.733;
 - f) criação de 635 postos de trabalho induzidos relativo ao investimento industrial indirecto, correspondente a mEuros 15.354;
 - g) disponibilização de funcionalidades que permitam contribuir para a gestão técnica do sistema, correspondente a mEuros 19.500;
 - h) contribuição para a constituição de um Fundo de Incentivo à Inovação, correspondente a mEuros 41.833.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de mEuros 25.332 e por fiança prestada pelos accionistas Galp Power, Martifer e Enersis igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do investimento directo total, i.e., mEuros 50.665. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

Para garantia do cumprimento das obrigações específicas relacionadas com o projecto industrial, o montante coberto pela garantia bancária nunca poderá ser inferior a mEuros 902, desde a data de entrada em exploração do projecto Industrial até à última das seguintes datas: (i) termo do prazo de 9 anos a contar da data de entrada em exploração do projecto Industrial; ou (ii) data em que seja atingido um Rácio Exportações/Vendas de 60% relativamente à produção verificada até ao momento, em que a garantia bancária será reduzida para um montante correspondente à multiplicação do número de anos que restem para cumprir o prazo mínimo de 17 anos para a vida útil do projecto Industrial pelo valor de mEuros 113, sendo o montante máximo garantido progressivamente reduzido, em cada ano, no montante de mEuros 113 até ao termo do referido prazo de 17 anos.

Não foram reconhecidos a totalidade dos activos e passivos resultantes deste contrato, visto que à data de 31 de Dezembro de 2007 não se encontravam concretizados todos esses Investimentos e obrigações.

A Galp Power, SGPS, S.A. na qualidade de accionista da Ventininveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projecto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 126.252 e mUSD 111.789, sendo constituídos essencialmente por:

- i) Garantias prestadas a Tribunais no montante de mEuros 93 pela Caixa Geral de Depósitos devido a acções litigiosas relacionadas com serviços;
- ii) Garantias no montante de mEuros 7.751 constituídas a favor do Tribunal Administrativo Fiscal, anteriormente designado por Tributário de 1ª Instância de Lisboa - 5º juízo - 1ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos;
- iii) Garantias no montante de mEuros 23.585 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;
- iv) Garantias no montante de mEuros 13.573 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do contrato de concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.;
- v) Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do contrato de concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- vi) Garantias no montante de mEuros 12.379 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- vii) Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Galp Gás Natural, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	Tipo	Totais de créditos mUSD	Parte Galp Gás Natural mUSD
BEI	Bancária	234.509	78.909
ICO	Bancária	120.000	32.880
		354.509	111.789

Em 31 de Dezembro de 2007, existiam garantias no montante de mEuros 43.141 a favor de terceiros por conta de empresas do Grupo e associadas.

- viii) Garantia no montante de mEuros 19.952, constituída a favor do Tribunal da Comarca de Lisboa, 2ª vara – 1ª Secção, no âmbito do processo judicial em curso referente à reprivatização da Driftal.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do grupo Galp Energia.

As instalações abrangidas pelo Comércio de Emissões no primeiro triénio 2005 a 2007 - são a refinaria de Sines e a refinaria do Porto ambas respeitantes à Petrogal e as instalações de Cogeração respeitantes às empresas Carrigo Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. e Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., do grupo Galp Power.

Pelo Despacho conjunto 686-E/2005 de 13 de Setembro de 2005, foi aprovada a lista de instalações existentes participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período 2005/2007.

Assim foram atribuídas às instalações das empresas anualmente licenças, bem como foram emitidas as seguintes quantidades de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) pelas instalações supra mencionadas durante o ano de 2007:

Empresa	Instalações	Licenças Ton/CO ₂ atribuídas	Gases emitidos durante o ano 2007(a)	Licenças acumuladas Ton/CO ₂ em carteira
Petrogal	Refinaria de Sines	2.313.908	2.065.557	2.761.813
	Refinaria do Porto	951.969	842.896	1.008.408
	Subtotal grupo Petrogal	3.265.877	2.908.453	3.770.221
Carriço Cogeração Powercer	Cogeração	139.284	125.526	182.302
	Cogeração	38.831	41.084	35.128
	Subtotal grupo Galp Power	178.115	166.610	217.430
	Total grupo Galp Energia	3.443.992	3.075.063	3.987.651

a) Valores pro-forma de Gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditorias ambientais

Nos termos do Despacho n.º 19 649/2006, foi aprovada uma alteração à licença de emissão a atribuir para o período 2005-2007, do qual faz parte integrante a Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., do grupo Galp Power. Foram atribuídas adicionalmente 333 Ton/CO₂ por ano para o triénio 2005-2007.

O grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Conforme supra indicado, e apenas no caso das instalações da Powercer, as licenças atribuídas revelam-se inferiores ao volume de gases emitidos estimados para o ano, por um montante considerado não significativo e que pudesse vir a ter efeito nas demonstrações financeiras. Em 31 de Dezembro de 2007, as licenças atribuídas ao Grupo revelam-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os principais eventos subsequentes ocorridos após 31 de Dezembro de 2007 são como segue:

ESTRUTURA ACCIONISTA

No decurso de 2008, a Iberdrola procedeu à alienação de acções da Galp Energia de que era titular a investidores qualificados institucionais, mediante uma operação fora de mercado executada através de uma colocação particular realizada pela Merrill Lynch International. A operação implicou a alienação 31.772.282 acções da Galp Energia, representativas de 3,8314% do seu capital, deixando de ter uma participação qualificada no capital da Galp Energia.

Após diversas transacções realizadas em Bolsa durante o mês de Janeiro, a participação qualificada imputável, indirectamente, ao Banco BPI, S.A., calculada em termos de direitos de voto e de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, é de 3,995%.

CO₂

Foi publicado em Diário da República o Despacho nº2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão ("LE"). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações, actualmente em operação e considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

No quadro abaixo apresentam-se as instalações actualmente operadas pelo Grupo, bem como as respectivas licenças de Emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão):

Sector	Instalação	LE (tCO ₂ /ano)
Energia/Refinação	Refinaria de Sines	2.137.550
	Refinaria do Porto	1.098.025
Energia/Cogeração	Powercer	47.192
	Carriço Cogeração	161.539
		3.444.306

SEGMENTO DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Em Fevereiro de 2008 foram pagos os Bónus de assinatura no total correspondente a mEuros 9.843 relativos aos blocos CM-593, SM-1162, SM-1163, SM-1227, PEPB-M-783, PEPB-M- 837, PEPB- M-839 adquiridos na 9ª rodada realizada pela Agência Nacional de Petróleos em Novembro de 2007. A Galp Energia participa nestes blocos como não operadora.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de Abril de 2008, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luis Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Dr. Franceso Antonietti
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Enrico Grigesi
Eng. Manuel Domingos Vicente
Eng. Camillo Gloria
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares
Eng. Angelo Fanelli

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva
Dr. Marco Alverà
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA - CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 5.749.663.000 Euros e capitais próprios de 2.426.315.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 776.627.000 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos seus fluxos de caixa e das alterações no seu capital próprio; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 1 de Abril de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL - CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas

No exercício das suas atribuições referentes ao ano de 2007, o Conselho Fiscal teve oportunidade de acompanhar de forma circunstanciada o funcionamento da sociedade em todas as matérias do seu âmbito de competências, tendo contado com a colaboração de:

- Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva, nomeadamente no que se refere ao serviço de Auditoria Interna por que são, respectivamente, responsável e responsável pelo acompanhamento administrativo;
- Administrador, membro da Comissão Executiva responsável pelas áreas de Finanças Corporativas e de Contabilidade e Tesouraria;
- Responsáveis operacionais pelos serviços internos atrás referidos;
- Auditor Externo, função exercida em acumulação com a de Revisor Oficial de Contas tanto da Galp Energia SGPS, S.A. como de todas as sociedades por aquela maioritariamente participadas.

Todas estas entidades responderam cabalmente às questões que lhe foram sendo colocadas pelo Conselho Fiscal, nomeadamente no que se refere ao modo como exercem, concretamente, as suas funções de fiscalização e de controlo de riscos, e aos procedimentos associados.

Tomou-se conhecimento do elevado grau de profissionalismo com que são exercidas estas actividades, da elevada preocupação em adoptar as melhores práticas internacionais aplicáveis e da disponibilidade para, sempre que necessário, recorrer seja à aquisição de serviços prestados por entidades externas particularmente qualificadas, seja aos serviços de outros departamentos internos melhor posicionados para se pronunciarem sobre os assuntos em análise.

No decurso do ano de 2007, a Direcção de Auditoria Interna viu consideravelmente reforçados, tanto em quantidade como em qualidade, os recursos humanos de que dispõe, com consequente melhoria da sua eficácia..

Em final de exercício, o Conselho Fiscal debruçou-se particularmente sobre o modo como são tratadas, contabilisticamente, todas as situações de natureza patrimonial cuja avaliação poderá dar lugar a intervenções de índole mais discricionária ou menos objectiva. Confrontados, tanto os serviços internos responsáveis como o revisor oficial de contas e auditor externo, com um conjunto de questões expressas sobre o modo como foram avaliadas e tratadas estas situações, uma a uma, quer no balanço consolidado quer na demonstração consolidada dos resultados, as respostas obtidas foram inteiramente satisfatórias. Cabe realçar, a este respeito, como factor de conforto e segurança:

- a forma conservadora como são contabilizadas as despesas efectuadas na actividade de exploração e produção de petróleo;
- a forma conservadora como, no final do ano, são constituídas as provisões e os ajustamentos às contas, e avaliadas as potenciais contingências;
- o grau de detalhe do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, cujas explicações foram, em todos os casos, consideradas satisfatórias.

Senhores Accionistas

Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria das contas consolidadas emitidos, nos termos da legislação em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas (auditor externo), com o qual concordamos, somos de Parecer que:

- seja aprovado o Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício de 2007 e bem assim o Relatório sobre a Estrutura e as Práticas de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade que o acompanham;
- sejam aprovadas as Contas Consolidadas (Balanço Consolidado, Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, Demonstração dos fluxos de caixa consolidados, Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio e correspondentes anexos) relativas ao exercício de 2007.
- O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 10 de Abril de 2008

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal - José Gomes Honorato Ferreira

Vogal - José Maria Rego Ribeiro da Cunha

7.3 GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS

GLOSSÁRIO

AROMÁTICOS

Hidrocarbonetos cíclicos insaturados caracterizados por terem pelo menos um anel de benzeno. São conhecidos por aromáticos pelo seu aroma doce. Os aromáticos mais comuns são o benzeno, o tolueno e o xileno.

BARRIL DE PETRÓLEO (“bbl”)

Unidade de volume utilizada na indústria petrolífera que equivale a 0,15891 m³ de petróleo bruto a 60°F (15,6°C).

BETUME

Mistura de hidrocarbonetos sólidos, semi-sólidos ou viscosos, obtido através da destilação primária de petróleo bruto ou pela destilação no vácuo do resíduo da destilação atmosférica. Tem propriedades adesivas e isolantes e é sobretudo utilizado na pavimentação de estradas, podendo também servir para fins industriais.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Combustíveis como o álcool carburante, o bioetanol e o biodiesel produzidos a partir da biomassa.

BIODIESEL

Combustível diesel que contém componentes derivados de matérias-primas tais como óleos vegetais e gordura animal.

BRENT

Petróleo bruto leve do Mar do Norte que passou, a partir de Julho de 2006, a incorporar as ramas Forties e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

BRENT DATED

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, na África e no Médio Oriente e uma das referências mais importantes para os preços do mercado *spot*.

CO₂

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado que o ar, do qual é um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais como o ciclo do carbono e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

COGERAÇÃO

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de electricidade e de calor. A vantagem da cogeração é a sua capacidade de captar o calor produzido pela queima do combustível, enquanto que na geração tradicional de electricidade este calor é perdido. Este processo permite também que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de electricidade tanto de clientes industriais como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

COMBINED CYCLE GAS TURBINE (“CCGT”)

Central de geração de electricidade que normalmente integra duas turbinas, uma a gás natural e outra a vapor. As CCGTs combinam um turbo-gerador a gás natural - que gera electricidade através da combustão do gás natural - com um turbo-gerador a vapor. Neste processo, os gases de escape (calor) produzidos pelo turbo-gerador a gás natural são aproveitados para alimentar a caldeira do turbo-gerador a vapor para produzir mais electricidade.

COMPLEXIDADE

Medida relativa utilizada na indústria da refinação que procura medir a capacidade de uma refinaria processar petróleo bruto e outras matérias-primas, tais como transformar petróleo bruto mais pesado e com um teor de enxofre mais elevado em produtos de valor acrescentado. Tipicamente, quanto mais elevada a complexidade e mais flexível a utilização de diferentes tipos de matérias-primas, melhor posicionada se encontra a refinaria para tirar partido da utilização de diferentes tipos de petróleo bruto que em determinado momento sejam mais vantajosos em termos de custo, e desta forma aproveitar oportunidades de incremento da margem bruta. A complexidade de uma refinaria é medida por um “índice de complexidade”, que é calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um factor de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, com base principalmente no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade e tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um factor de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do factor de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada dez vezes mais “complexa” do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

CONDENSADOS

Hidrocarbonetos que, armazenados nas suas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se essencialmente de pentano e de outros produtos mais pesados.

CONVERSÃO

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reacção principal se efectua sobre as ligações de carbono, podendo ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está associado, tipicamente à conversão do fuelóleo em fracções mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

COQUE

Resíduo sólido, com elevado conteúdo de carbono, que resulta da decomposição térmica dos resíduos de refinação do petróleo.

CRACK SPREADS

Diferença entre o preço dum produto final e o preço do petróleo bruto.

CRACKING

Transformação por ruptura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas com o objectivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando desta maneira a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela acção do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais selectiva de fracções que podem ser mais pesadas.

DENSIDADE API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela fórmula: API° = (141,5/g) – 131,5 em que g é a densidade do petróleo a 60°F (15,6°C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

DESSULFURAÇÃO

Processo de purificação que consiste em eliminar o enxofre e simultaneamente o azoto, o oxigénio e os metais presentes nos produtos semi-acabados obtidos a partir do petróleo bruto. A dessulfuração pode fazer-se por processos catalíticos ou químicos.

DESTILAÇÃO

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efectuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final.

DESTILAÇÃO ATMOSFÉRICA

Destilação do petróleo bruto efectuada à pressão atmosférica da qual resultam fracções petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas fracções, são os componentes dos produtos acabados.

DESTILAÇÃO NO VÁCUO

Destilação que se realiza numa coluna de fraccionamento a uma pressão inferior à pressão atmosférica. À destilação no vácuo são submetidos os resíduos (fracção mais pesada) obtidos por destilação atmosférica. A redução da pressão baixa o ponto de ebulição das fracções pesadas e permite separá-las dos resíduos a uma temperatura que não corre o risco de os decompor. Aplica-se, por exemplo, no início da cadeia de fabrico dos óleos base.

DESTILADOS

Qualquer tipo de produto produzido através da destilação do petróleo bruto.

EFEITO DE ESTUFA

Efeito pelo qual a radiação infravermelha ambiente é retida num espaço fechado. O efeito de estufa produzido pelo dióxido de carbono atmosférico, entre outros gases, tem como consequência possível o aquecimento da superfície terrestre.

EMISSIONES

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de dióxido de carbono durante a queima de combustíveis.

ENERGIA EÓLICA

Energia cinética – isto é, relacionada com o movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o accionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia eléctrica.

ENERGIA RENOVÁVEL

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições actuais ou num futuro previsível.

EXPLORAÇÃO OFFSHORE

Exploração de petróleo que tem lugar no mar podendo ser dividida em três tipos, águas rasas, águas profundas e águas ultra-profundas, consoante a exploração ocorra a uma profundidade menos de 1.000 pés, entre 1.000 e 5.000 pés, ou acima de 5.000, respectivamente.

EXPLORAÇÃO ONSHORE

Exploração de petróleo que tem lugar em terra.

FATTY ACID METHYL ESTER (“FAME”)

Biodiesel de primeira geração obtido por trans-esterificação.

FLUID CATALYTIC CRACKING (“FCC”)

Processo de cracking em que o catalisador se encontra fluidificado e é continuamente regenerado. É um processo eficaz para aumentar a taxa de produção de gasolina a partir do petróleo bruto.

FREE FLOAT

Percentagem das acções duma sociedade cotada que é livremente transaccionada no mercado, ou seja, que não é detida por investidores estratégicos.

FUELÓLEO

Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo em função da viscosidade, que condiciona a sua utilização.

GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO (“GPL”)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão e líquidos por elevação da pressão ou por redução da temperatura, permitindo o transporte e o armazenamento. Os mais comuns são o propano e o butano.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO (“GNL”)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefacção é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160°C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

GASÓLEO

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

GASOLINA

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o “ciclo Otto”. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à auto-inflamação.

GERAÇÃO

Processo de produção de energia eléctrica através da transformação de outras formas de energia. A energia pode ser expressa em *joules*, quilowatts-hora, calorias ou unidades térmicas britânicas. Estas unidades podem ser aplicadas a qualquer tipo de energia, independentemente da sua origem.

HEDGE FUNDS

Carteiras de investimentos geridas com estratégias avançadas e de risco – que incluem a venda de activos a descoberto e a utilização de instrumentos derivados – com o objectivo de obter taxas de rendimento elevadas tipicamente para um círculo restrito de investidores profissionais. Estas carteiras são normalmente compostas por activos financeiros.

HENRY HUB

Preço de referência mensal para o gás natural nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm diversos mercados - *spot* e de futuros – para o gás natural. Os futuros de gás natural são negociados na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque. O *Henry Hub* é o preço do gás natural mais utilizado nos Estados Unidos. O contrato de gás natural do NYMEX obriga à entrega num local no estado da Louisiana chamado *Henry Hub*. No entanto, menos de 1% dos contratos de futuros chegam ao vencimento. O contrato de gás natural cotado na NYMEX serve de valor de referência para a fixação mensal do *Henry Hub*.

HYDROCRACKING

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a acção de catalisadores que permite converter fracções petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em fracções leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior selectividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reacção são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

ÍNDICE DE OCTANO

Escala convencional utilizada para caracterizar, em valor numérico, as propriedades antidetonantes duma gasolina para motor de combustão do ciclo *Otto*. Quanto mais elevado, melhores são as características antidetonantes do combustível.

ISOMERIZAÇÃO

Transformação de hidrocarbonetos parafínicos de cadeia linear ou pouco ramificada em hidrocarbonetos parafínicos de cadeia muito ramificada. Esta reacção dá-se na presença de um catalisador e de hidrogénio. Tem como principal aplicação a obtenção de uma fracção leve e com elevado índice de octano, muito importante na composição das gasolinas.

JET FUEL

Combustível para motores a jacto utilizados na aviação.

LUBRIFICANTES

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

MARGEM DE REFINAÇÃO DE ROTERDÃO OU *BENCHMARK* DE ROTERDÃO

Margem de refinação mais utilizada como referência na Europa. As margens de refinação são normalmente comparadas com as margens de referência dos três principais centros de refinação do mundo: a Costa do Golfo Americana (USGC), a Europa do Noroeste (NWE – Roterdão) e Singapura. Em cada um destes casos, as margens baseiam-se num tipo único de petróleo bruto próprio da região e num conjunto optimizado de produtos com base numa configuração genérica da refinaria, também própria dessa região. As margens são estabelecidas numa base semi-variável, ou seja, margens deduzidas de todos os custos variáveis e dos custos fixos de energia. A margem de refinação da Europa do Noroeste é determinada pela utilização, como referência, dos preços formados na refinação de produtos na região de Antuérpia - Roterdão - Amsterdão.

MATÉRIA-PRIMA

É definida como um produto de elevada homogeneidade, produzido em larga escala por muitos produtores diferentes. Exemplos de matérias-primas são o petróleo, os cereais e os metais.

MERCADO *SPOT*

Relativamente a mercadorias como o petróleo, designação utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respectiva procura e disponibilidade.

MTBE

Éter butílico terciário de metilo, componente oxigenado (aumenta o rendimento dos combustíveis), utilizado na produção de gasolina.

NAFTA

Fracção petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

ÓLEO BASE

Componente principal de misturas para lubrificantes, obtido a partir de destilados, depois de submetidos a várias operações.

PARQUE DE ARMAZENAGEM

Instalação utilizada por empresas de oleodutos principais e colectores, produtores de crude e operadores de terminais (excepto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

PARQUE EÓLICO

Conjunto de aerogeradores para produção de energia eléctrica interligados a um sistema de rede comum através dum sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através dum sistema informático de monitorização, complementado por inspecção visual.

PÉ

É uma unidade de medida de comprimento. Um pé equivale a 30,48 centímetros.

PETROQUÍMICOS

Produto intermédio da refinação do petróleo bruto que é utilizado como matéria-prima para polímeros e outros produtos químicos.

PRODUÇÃO *NET ENTITLEMENT*

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção.

PRODUÇÃO *WORKING*

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

QUEROSENE

Combustível destinado à alimentação de motores de reacção, por exemplo na aviação, ou para iluminação e aquecimento. Contém aditivos que lhe conferem as características de segurança necessárias para a sua utilização.

REFINARIA

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes, etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias, ditas de “segunda geração” (por exemplo indústria petroquímica).

REFORMAÇÃO CATALÍTICA OU *PLATFORMING*

Transformação duma fracção leve de petróleo bruto (por exemplo gasolina pesada), obtida por destilação primária, numa fracção mais pesada à base de hidrocarbonetos aromáticos (reformado), caracterizada por um elevado índice de octano e que constitui um dos principais componentes das gasolinas para motores. As reacções libertam hidrogénio no seu conjunto e dão-se na presença dum catalisador à base de platina. O reformado constitui também a principal matéria-prima da petroquímica de base (produção de benzeno, tolueno e xilenos).

REGASEIFICAÇÃO

Processo de passagem do gás natural liquefeito ao estado gasoso por permuta térmica, com água ou ar atmosférico.

RECURSOS CONTINGENTES

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões, como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projecto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades), ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infra-estruturas para levar o produto até aos clientes). As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas.

RESERVAS PROVADAS (P90)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir duma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas actuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo “certeza razoável” destina-se a exprimir um elevado grau de confiança de que as quantidades serão recuperadas. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas de facto serem iguais à estimativa ou excederem-na. A definição das condições económicas actuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção actual ou por testes de formação. Neste contexto, o termo “provada” refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delineada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa, ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

RESERVAS PROVÁVEIS (P50)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas, ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas.

RESULTADOS A REPLACEMENT COST

Por as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com as IFRS, o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas é valorizado a FIFO, o que pode originar uma grande volatilidade nos resultados em momentos em que existam grandes oscilações nos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas de *stocks* que podem não traduzir o desempenho operacional da empresa, a que chamamos *efeito stock*. De acordo com esta metodologia, o custo das mercadorias vendidas e matéria-prima consumida é valorizado ao replacement cost, i.e., à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (POC e IFRS), não sendo consequentemente adoptado para efeitos da valorização de existências e não reflecte o custo de substituição de outros activos.

RESULTADOS AJUSTADOS

Para além da utilização da metodologia *replacement cost*, os resultados ajustados excluem determinados eventos de carácter não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação, que podem afectar a análise dos resultados da empresa, e que não traduzem o seu desempenho operacional.

TAKE OR PAY

Cláusula utilizada em contratos de fornecimento de gás natural, que obriga uma parte a comprar quantidades acordadas, independentemente de a entrega ter lugar.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE CRUDE

Rácio da quantidade total de crude processado nas unidades de destilação de crude em relação à capacidade máxima de exploração dessas unidades.

ABREVIATURAS

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V.

AQS: Ambiente, Qualidade e Segurança

bbl: barril de petróleo

BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco

bcm: mil milhões de m³

boepd: barris de petróleo equivalente por dia

bopd: barris de petróleo por dia

CDP: Conceptual Development Plan

CGD: Caixa Geral de Depósitos, S.A.

CIF: Costs, Insurance and Freight (custos, seguros e fretes)

COCO: Company Owned Company Operated

CODO: Company Owned Dealer Operated

DWT: Deadweight tonnage. Capacidade de carga dos navios.

E&P: Exploração & Produção

EMPL: Europe Magrebe Pipeline

Eni: Eni, S.p.A.

EPCI: Engineering, Procurement, Construction and Installation

EPS: Resultado líquido por acção

ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

€: euro

FOB: Free on Board

FPSO: Floating, Production, Storage and Offloading

G&P: Gas & Power

GEE: Gases com efeito estufa

GIC: Grandes instalações de combustão

IOC's: International Oil companies

ISC: Interstate Committee

M ton: milhões de toneladas

M€: milhões de euros

m³: metro cúbico

mboepd: mil barris de petróleo equivalente por dia

mbopd: mil barris de petróleo por dia

Mbopd: milhões de barris de petróleo por dia

NOC's: National Oil Companies

O&M: Operação e Manutenção

Opex: Custos operacionais

PNBEPH: Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico

PSA: Contrato de Partilha de Produção

R&D: Refinação & Distribuição

REN: Rede Eléctrica Nacional, S.A.

SPE: Society of Petroleum Engineers

TL: Tombua-Lândana

ton: tonelada

Usd: dólar americano

WPC: World Petroleum Council

DISCLAIMER

Este Relatório & Contas contém declarações prospectivas (“forward looking statements”), no que diz respeito aos resultados das operações e às actividades da Galp Energia, bem como alguns planos e objectivos da empresa face a estas questões. Os termos “antecipa”, “acredita”, “estima”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeia”, e outros termos similares, visam identificar tais forward looking statements. Os forward looking statements envolvem, por natureza, riscos e incertezas, em virtude de estarem associados a eventos e a circunstâncias susceptíveis de ocorrerem no futuro. Os resultados e desenvolvimentos reais poderão diferir significativamente dos resultados expressos ou implícitos nas declarações em virtude de diferentes factores. Estes incluem, mas não se limitam, a mudanças ao nível dos custos, alterações ao nível de condições económicas e alterações a nível regulamentar.

Os forward looking statements reportam-se apenas à data em que são feitos, não assumindo a Galp Energia qualquer obrigação de os actualizar à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros, nem de explicar as razões porque os resultados efectivamente verificados são eventualmente diferentes.

EDIÇÃO



REVISÃO DE TEXTO



DESIGN E CONCEPÇÃO

STRATDESIGN ➤

FOTOGRAFIAS

Manuel Aguiar e Banco de Imagem.



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Direcção de Relações com Investidores e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Telefone: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpenergia.com
www.galpenergia.com